



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN)
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO (PROPEG)
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS (PROFLETRAS)

MARIA VAGNA BEZERRA LUCENA

**ARGUMENTAÇÃO EM PRODUÇÃO TEXTUAL ARTICULADA À CULTURA
INDÍGENA E AFRO-BRASILEIRA NOS MUNICÍPIOS DE PORTALEGRE E
VIÇOSA/RN**

PAU DOS FERROS/RN 2020

MARIA VAGNA BEZERRA LUCENA

**ARGUMENTAÇÃO EM PRODUÇÃO TEXTUAL ARTICULADA À CULTURA
INDÍGENA E AFRO-BRASILEIRA NOS MUNICÍPIOS DE PORTALEGRE E
VIÇOSA/RN**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado Profissional em Letras
(PROFLETRAS), da Universidade Estadual do
Rio Grande do Norte (UERN), na linha de
pesquisa Leitura e Produção Textual:
diversidade social e práticas docentes, como
requisito obrigatório, para obtenção do título de
Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Gilton Sampaio de Souza

PAU DOS FERROS/RN 2020

A dissertação “Argumentação em Produção Textual Articulada à Cultura Indígena e AfroBrasileira nos Municípios de Portalegre e Viçosa/RN, autoria de Maria Vagna Bezerra Lucena, foi submetida à Banca Examinadora constituída pelo PROFILETRAS/UERN, como requisito obrigatório à obtenção do grau de Mestre em Letras, outorgado pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Dissertação defendida em 04 / setembro / 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilton Sampaio de Souza - UERN/APERN (Presidente/ Orientador)

Profa. Dra. Clécida Maria Bezerra Bessa - UFRSA Coorientadora

Prof.
Prof. Dr. Jairo José Campo da Costa – UNILEAL (Examinador Externo)

Prof.
Profa. Dra. Maria Lúcia Pessoa Sampaio – UERN (Examinador Interno)

Prof.
Profa. Dra. Maria do Socorro Maia Fernandes Barbosa – UERN (Suplente Interno)

À Manoela Amábile e à Mariana Aimê,
*minhas filhas, meu ter, meu ser, são o que tenho de mais precioso, são o que sou na essência,
só a existência delas, sinto-me capaz de vencer mais essa batalha. Amor sem limites.*

A Romeu,
meu pai, por tudo que sou hoje.

À Amábília,
minha mãe, minha inspiração, para essa pesquisa.

**Ao meu orientador, Gilton; e à
minha coorientadora, Clécida,**
*pela disponibilidade, atenção, preocupação, contribuições, e, sobretudo, por acreditar nesta
pesquisa, respeitando minhas condições pessoais e me apoiando.*

Dedico

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a meu Supremo **Deus**! Eterna gratidão por tudo que conquistei e principalmente por tudo que sou, porque sou apenas o que sou, pelo o amor que sinto, que ele tem por mim. Te amo infinitamente e sei que o amor que tens por mim também é infinito. Obrigada meu Deus!

Obrigada ao sol, ao céu e as estrelas, os meus fiéis e compreensíveis amigos que sempre me escutam, me entendem e me aconselham com sabedoria e leveza.

Agradeço as minhas vidas, minhas filhas **Manoela Amábile e Mariana Aimê**, por toda compreensão pelas vezes em que precisei ausentar-me, para dedicar-me aos estudos, aulas e à pesquisa.

Ao meu pai, Romeu (in memória) por estar presente em todos os momentos mais marcantes da minha vida, pela torcida, pela alegria, pelo sorriso, pela confiança e pelo eterno sim. O sim, que sempre gostava de dizer: “Sim, vai dar certo!” Mesmo com tantas dificuldades a vencer, porém aquele sim já era meio caminho andado. Obrigada, papai!

A minha mãe, Amábília, pelas palavras certas e fortes, pela sensatez e principalmente pela compreensão e sabedoria, por sempre dizer: “Tudo tem seu tempo!”. Mulher guerreira, cabocla brava, mãe vencedora! Apesar de carregar em si o sentimento de órfã, a fé a transformou num ser de luz. A qual me proporcionou uma vida de aprendizagem, ouvindo suas histórias de índios e de negros. Ao relembrar isso, víamos sua emoção nas palavras e nos movimentos corporais, como se todo aquele sofrimento das vítimas da história lhe doesse no corpo e principalmente na alma. Minha inspiração para essa pesquisa.

Ao meu esposo, Neto da EMATER, pelo apoio, pela confiança e principalmente pela compreensão, por estar sempre presente com as nossas filhas, acompanhando e cuidando mais ainda, quando eu estava ausente. Obrigada!

Ao professor **Dr. Gilton Sampaio**, pelas orientações certas, com palavras que agregaram valores e conhecimentos imensuráveis, pela confiança em mim, por ter acreditado que eu conseguiria, e pela compreensão. A sua orientação excedeu os estudos voltados à pesquisa. Só posso lhe dizer muito obrigada, por ser essa pessoa, humilde, bondosa e amiga, sobretudo. Essa conquista também é sua.

À professora Dra. Clécida Maria Bezerra Bessa, por aceitar ser minha coorientadora, pelas significativas contribuições em minha pesquisa, muito me ensinou e trouxe valores e conhecimentos que fez acreditar que era possível concluir mais essa etapa da minha vida pessoal

e profissional. Sobre tudo pela enorme paciência, humildade e carinho. Também por participar da minha banca de qualificação. Muito obrigada!

Aos meus irmãos: Dorinha, Gonzaga, Vanderleia, Vanusia e Vania, pela torcida sem medida, apoio necessário, preocupação e por cuidar das minhas filhas.

Às minhas sobrinhas, Pedrina, por estar sempre disponível a me ajudar; e **Maria Expedita**, pelo carinho com minhas filhas.

A tia Darc, amiga e fiel amiga das minhas filhas, cuidando e amando sempre, como fada madrinha das bichinhas (Manoela e Mariana).

A Nubia, minha eterna amiga, sempre que precisei, você fez com amor e carinho, pois minhas filhas sentiram-se as crianças mais amadas e felizes do mundo.

A Jéssica, minha amiga, por estar sempre em casa, cuidando e zelando de todos nós, em particular, minhas filhas, que foram muito bem cuidadas.

A Rita Lucena, prima sempre presente, companhia fiel nas minhas viagens a Pau dos Ferros, durante esses dois anos. Grata amiga!

Aos colegas, professores e funcionários da Escola Estadual 29 de Março.

Agradeço aos meus alunos dos 8º e 9º anos, da Escola Estadual 29 de Março, pela confiança e valorosa contribuição a esse estudo significativo para a vida pessoal e profissional.

Às pessoas das comunidades quilombolas e descendentes de indígenas (idosos das cidades de Viçosa e Portalegre), por terem oportunizado as entrevistas, com relatos dos seus antepassados, histórias emocionantes e lembranças envolventes, marcadas de emoção e sentimentos. Obrigada meus amigos, pois essa convivência proporcionou amizades para a vida.

Aos amigos e companheiros do mestrado, pelas palavras de incentivo, torcida e brincadeiras. Agradeço a vocês por cada momento compartilhado, pois, para mim, foram de grande valia, durante todo o percurso. Formamos, assim, uma família com defeitos e qualidades.

Aos colegas do grupo “Orientandos de **Gilton**”, **Wilca, Max Miliano, Corrinha Cordeiro e Mônica**, hoje meus amigos, por toda a força, as luzes no momento certo. Gratidão!

Ao Profletras, representado na pessoa de **Edneudo**, secretário; também a **Marília**, pelo respeito e atenção para com todos os discentes do programa.

À UERN, por ofertar, na comunidade de Pau dos Ferros e cidades circunvizinhas, os cursos de mestrado e de doutorado de qualidade, contribuindo com o crescimento profissional e pessoal de muitas pessoas que investem na educação. Devo minha formação profissional a essa instituição, desde a graduação, especialização ao mestrado. Amo a UERN!

Aos terceirizados, bibliotecários e professores, por vestir a camisa da UERN, atendendo a todos com presteza e carinho, muito obrigada pelo cafezinho também.

*A escrita é uma coisa, e o saber; outra.
A escrita é fotografia do saber; mas não o saber em si.
O saber é uma luz que existe no homem.
É a herança de tudo aquilo que
nossos ancestrais
puderam conhecer e que se encontra
latente em tudo que nos transmitiram...*

Tierno Bokar

RESUMO

Nesta pesquisa, analisamos a argumentação na produção do gênero dissertação escolar, escrita por alunos do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, tendo como tema gerador a cultura indígena e afrodescendente nos municípios de Portalegre e Viçosa/RN. Objetivamos compreender as teses defendidas, os valores argumentativos e suas hierarquias. Além disso, investigamos como ocorre a produção textual, a partir de uma intervenção didática, articulando argumentação sobre a cultura local dos municípios. Os textos foram produzidos pelos alunos nas aulas de Língua Portuguesa, durante oficinas realizadas, pela atividade de intervenção, compondo o *corpus* da pesquisa. A temática é pertinente a realidade em geral dos municípios de Portalegre e Viçosa, pois grande parte desses alunos, da escola onde foi aplicada a atividade de intervenção, Escola 29 de Março, em Portalegre/RN, são remanescentes de quilombolas, advindos de comunidades dos sítios Pêga e Arrojado. Este trabalho caracteriza-se por ser uma pesquisa qualitativa e interdisciplinar, com vistas a estimular os alunos a participarem de eventos sociais do município em que residem, promovendo aproximação da sua identidade com a diversidade cultural local, como eventos alusivos ao dia do índio e dia da consciência negra. Como aporte teórico para nossas discussões, há os estudos de Perelman; Tyteca, Souza, Reboul, Abreu e outros sobre Argumentação no Discurso, Retórica, A Nova Retórica, os conceitos de orador e auditório, teses, valores e suas hierarquias. Apresentamos também o gênero textual dissertação escolar e um tópico com enfoque em memórias coletivas e individuais, segundo os estudos de Halbwachs. A partir de oficinas, realizamos um levantamento histórico, como a origem dos municípios de Portalegre e Viçosa e sua relação com a cultura indígena e negra. Isso foi feito a partir do resultado de documentários e entrevistas realizadas com idosos. Dessa forma, foi possível confirmar a importância do estudo acerca dos aspectos argumentativos na produção dos textos dos alunos, analisados segundo a nova retórica. Assim como, no tocante à temática histórica do nosso estudo, acreditamos ser muito relevante sua relação com os referenciais curriculares regulamentados pelo Ministério da Educação, para o ensino de Língua Portuguesa, que é a Base Nacional Comum Curricular. Mais do que isso, percebemos a importância da argumentação na construção e conscientização dos temas vivenciados cotidianamente em nossas aulas.

Palavras-chave: Produção Textual. Argumentação. Cultura indígena. Cultura Afro-brasileira.

ABSTRACT

In this research, we analyze the argumentation in the production of the school dissertation genre, written by students of the 8th and 9th years of Elementary School, having as a generator theme the indigenous and Afro-descendant culture in the municipalities of Portalegre and Viçosa/RN. We aim to understand the defended theses, the argumentative values and their hierarchies. In addition, we investigate how textual production occurs, based on a didactic intervention, articulating arguments about the local culture of the municipalities. The texts were produced by the students in Portuguese Language classes, during workshops, through the intervention activity, composing the corpus of the research. The theme is pertinent to the reality in general in the municipalities of Portalegre and Viçosa, since most of these students, from the school where the intervention activity was applied, Escola 29 de Março, in Portalegre/RN, are remnants of black men, coming from communities of the Pêga and Arrojado sites. This work is characterized by being a qualitative and interdisciplinary research, in order to encourage students to participate in social events in the municipality where they live, promoting an approximation of their identity with the local cultural diversity, such as events related to the Indian day and day of black consciousness. As a theoretical contribution to our discussions, there are the studies of Perelman, Tyteca, Souza, Reboul, Abreu and others on Argumentation in Discourse, Rhetoric, The New Rhetoric, the concepts of speaker and audience, theses, values and their hierarchies. We also present the textual genre school dissertation and a topic focusing on collective and individual memories, according to studies by Halbwachs. Based on workshops, we conducted a historical survey, such as the origin of the municipalities of Portalegre and Viçosa and their relationship with indigenous and black culture. This was done based on the result of documentaries and interviews with elderly people. In this way, it was possible to confirm the importance of the study about the argumentative aspects in the production of the students' texts, analyzed according to the new rhetoric. As well, with regard to the historical theme of our study, we believe its relationship with the curricular frameworks regulated by the Ministry of Education to be very relevant for the teaching of Portuguese, which is the National Common Curricular Base. More than that, we realize the importance of argumentation in the construction and awareness of the themes experienced daily in our classes.

Keywords: Textual Production. Argumentation. Indigenous culture. Afro-Brazilian culture.

LISTA DE SIGLAS

ABL - Academia Brasileira de Letras

CAERN - Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte

CMEI - Centro Municipal De Educação Infantil Portal Do Saber

COSERN - Companhia Energética do Rio Grande do Norte

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCNEM - Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio

PROFLETRAS - Programa de Mestrado Profissional em Letras

PROPEG - Pró-Reitoria de Pós-Graduação

PUC-RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

SADT - Serviço Auxiliar de Diagnóstico e Terapia

STF - Supremo Tribunal Federal

SUS - Sistema Único de Saúde

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UFF - Universidade Federal Fluminense

URSAP/RN - Unidade Regional de Saúde Pública do Rio Grande do Norte

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Descrição das entrevistas com idosos, em Viçosa e Portalegre/RN.....	92
QUADRO 2 - Títulos dos textos selecionados para análise.....	102
QUADRO 3 - Teses defendidas por alunos do 8º ano.....	104
QUADRO 4 - Valores, hierarquias e lugares da argumentação mobilizados por alunos do 8º ano em seus textos.....	105
QUADRO 5 - Teses defendidas por alunos do 9º ano.....	110
QUADRO 6 - Valores, hierarquias e lugares da argumentação mobilizados por alunos do 9º ano em seus textos.....	111

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 - Evento com apresentação da dança de São Gonçalo no Sítio Pêga.....	20
IMAGEM 2 - Terminal Turístico Fonte da Bica, Portalegre/RN.....	21
IMAGEM 3 - Semana do índio, Auditório Cantofa e Jandi, Portalegre/RN.....	22
IMAGEM 4 - Pesquisadora Mônica Freitas em Palestra com alunos, Portalegre/RN.....	22
IMAGEM 5 - Casa da cultura Palácio das Louceiras, Viçosa/RN.....	59
IMAGEM 6 - Pórtico “Maria Suassuna de Alencar”, Viçosa/RN.....	60
IMAGEM 7 - Auditório Cantofa e Jandi, Casa de Câmera e Cadeia, Portalegre/RN.....	63
IMAGEM 8 - Cemitério dos índios, Viçosa/RN.....	66
IMAGEM 9 - Entrevista com Dona Lourdes (93 anos), Portalegre/RN.....	69
IMAGEM 10 - Coreografia da dança de São Gonçalo.....	70
IMAGEM 11 - Semana da Consciência Negra, Comunidade Quilombola/Pêga, Portalegre/RN.....	72
IMAGEM 12 - Cova da Índia Cantofa, Portalegre/RN.....	76
IMAGEM 13 - Leitura do conto “A negrinha”.....	86
IMAGEM 14 - Projeção de vídeo na oficina 1.....	87
IMAGEM 15 - Projeção de vídeo na oficina 1.....	88
IMAGEM 16 - Aplicação da oficina 2.....	90
IMAGEM 17 - Aplicação da oficina 2.....	92

SUMÁRIO

1 PASSOS INTRODUTÓRIOS	14
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA	14
1.2 A RELEVÂNCIA DESSE ESTUDO: MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA	25
1.3 PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS DE PESQUISA.....	26
1.4 FOCO DA PESQUISA	27
1.5 CONSTRUINDO O ESTADO DA ARTE	28
1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	299
.....	31
2 MARCO TEÓRICO DO ESTUDO	33
2.1 RETÓRICA.....	33
2.2 A NOVA RETÓRICA	35
2.3 O ORADOR E O AUDITÓRIO.....	37
2.4 TESES	40
2.5 VALORES E SUAS HIERARQUIAS.....	41
2.6 OS LUGARES DA ARGUMENTAÇÃO.....	44
2.7 LÍNGUA MATERNA E ARGUMENTAÇÃO EM PRODUÇÃO DE TEXTOS.....	46
2.8 GÊNEROS TEXTUAIS	50
2.8.1 Gênero dissertação escolar	53
3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	57
3.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA.....	58
3.2 OS SUJEITOS E O UNIVERSO DA PESQUISA	59
3.3 OBJETOS DE ESTUDO.....	62
3.3.1 Os municípios de Portalegre e Viçosa.....	62
3.4 TEMÁTICA DO OBJETO DE ESTUDO: AS HISTÓRIAS DOS MUNICÍPIOS DE PORTALEGRE E VIÇOSA E SUA RELAÇÃO COM A CULTURA INDÍGENA E QUILOMBOLA	71
3.4.1 Histórias sobre as fugas e resistência nas comunidades quilombolas, de Portalegre.....	71
Viçosa	67
3.4.2 A história dos massacres dos índios Tapuias Paiacus: as lutas dos índios pela vida de	

Cantofa e Jandi	76
3.4.3 O legado da cultura indígena nos municípios de Portalegre e Viçosa	79
3.4.4 Os reflexos das culturas negra e indígena nos municípios de Portalegre e Viçosa nos dias atuais	79
3.5 ATIVIDADE DE INTERVENÇÃO	83
3.5.1 Oficinas com os alunos da Escola Estadual 29 de Março, em Portalegre	84
3.5.2 Oficinas 1: Proposta de leitura com alunos no Ensino Fundamental (dos 8º e 9º anos) do conto “A negrinha”, de Monteiro Lobato	84
3.5.3 Oficina 2: Roda de conversa com os alunos para trabalhar o texto dissertativo argumentativo, também argumentação, teses e valores a partir do conhecimento prévio acerca das histórias das culturas indígena e afro-brasileira.....	89
3.5.4 Oficina 3: Relatos de idosos entrevistados nos municípios de Portalegre e Viçosa.	93
3.5.5 Oficina 4: Produção textual articulada às culturas indígena e afro-brasileira dos municípios de Portalegre e Viçosa	100
3.5.6 Oficina 5: Roda de leitura dos textos produzidos pelos alunos	102
4 ANÁLISE DOS TEXTOS À LUZ DA NOVA RETÓRICA	104
4.1 TESES, VALORES E LUGARES DA ARGUMENTAÇÃO NA PRODUÇÃO TEXTUAL DOS ALUNOS DOS 8º E 9º ANOS, DA ESCOLA ESTADUAL 29 DE MARÇO	105
4.2 TESES, VALORES E LUGARES DA ARGUMENTAÇÃO NA PRODUÇÃO TEXTUAL DOS ALUNOS DOS 8º E 9º ANOS, DA ESCOLA ESTADUAL 29 DE MARÇO	112
5 CONSIDERAÇÕES CONCLUSÓRIAS DO ESTUDO	1199
REFERÊNCIAS	121

1 PASSOS INTRODUTÓRIOS

Neste capítulo introdutório apresentamos o tema central da pesquisa, a justificativa e os motivos que nos levaram a escolher a temática, como também os objetivos e as questões da pesquisa, para as quais esperamos obter respostas. Contém ainda, o foco da pesquisa, a construção do estado da arte, alguns referenciais teóricos e a estruturação dos capítulos.

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

Nesta pesquisa, tratamos da análise argumentativa, identificando teses e valores em textos produzidos por alunos do Ensino Fundamental sobre as culturas indígena e afrodescendente. Com intuito de trazer, para o ambiente escolar, essa temática, que se encontra presente nas comunidades de alguns municípios do Rio Grande do Norte, como nas cidades de Portalegre e Viçosa, universo de nosso estudo. Especialmente em Portalegre, onde existe comunidades Remanescentes de Quilombolas, localizadas nos sítios Pêga, Arrojado e Sobrado em que as raízes culturais se mantêm contemporâneas e de maneira forte.

Dois aspectos são relevantes para a preservação das raízes culturais dos povos, que são: a identidade cultural e as memórias coletivas e individuais. Ambos fatores são importantes para a compreensão do fato de que as raízes culturais são à base de tudo, o alicerce de uma cultura. Assim, ao nos referirmos ao termo raízes culturais, estamos tratando da história da construção dos elementos ou das manifestações culturais de uma região, que é o embasamento dos conhecimentos construídos e adquiridos e praticados por um povo (VIEIRA, 2005).

Segundo o dicionário Larousse *raízes* tem a ‘(...) função de fixação, de absorção; base... princípio, origem, ...algo que prende, vínculo, elo’. E cultura ‘(...) é o conjunto de conhecimentos adquiridos, instrução, saber’ (COELHO, 1997, p. 2). (Grifos do autor)

Com base nessa citação, podemos afirmar que as raízes culturais são o alicerce e a base dos conhecimentos construídos, adquiridos e praticados por um povo. Ou seja, o princípio, a origem, algo que produz um vínculo inicial, representando o nascimento de um elemento de sua cultura. Isso revela a importância do fato de as raízes culturais serem importantes, por isso julgamos relevante as pessoas conhecerem os marcos iniciais dos elementos de sua cultura, em especial os das culturas indígena e quilombola.

Para Machado (2019, p. 103), os elementos culturais se apresentam inicialmente de uma forma bem definida, com o tempo e devido ao desenvolvimento e evolução da cultura, esses elementos sofrem modificações. É necessário que esse conhecimento seja resgatado e preservado na memória do povo, para que os mesmos, com o tempo e devido ao desenvolvimento e evolução da cultura, o conhecimento não se perca. Segundo a autora, não é possível compreendermos as transformações, o desenvolvimento, as mutações da cultura se não conhecemos o ponto de partida.

Paralelamente ao desenvolvimento social e histórico das cidades de Portalegre e Viçosa, o conhecimento sobre a formação original precisa ser transmitido para as futuras gerações, para que possam assimilar o processo de evolução até os dias atuais. Caso contrário, esse conhecimento correrá o risco de ser perdido com o tempo. Esse é um conhecimento que faz parte da história cultural do Brasil, por isso é relevante que esteja presente na construção de conhecimentos dos alunos (VIEIRA, 2005).

Acerca disso, Machado e Viera nos fazem concluir que as transformações culturais, ocorridas nas comunidades remanescentes de quilombolas e indígenas, são salutares e benéficas, porque demonstram que a cultura não está inerte, pelo contrário, tem evoluído e se desenvolvido, por isso, é importante a existência dos registros das atividades anteriores.

Para Arias (2002, p. 103), não há uma identidade imutável, pois, as pessoas têm sua identidade cultural própria da identificação com suas raízes. Assim, essa identidade pode ser construída e reconstruída, uma vez que a comunicação e a interação entre as pessoas proporcionam uma assunção e/ou incorporação de elementos culturais, passando a identificar-se com os traços culturais do outro. Essas interações culturais fazem com que a cultura de uma comunidade seja inserida ou participe de outra comunidade e vice-versa. Desta forma, adquire e incorpora outras identidades culturais. Isso é importante para preservação das raízes culturais, pois a identidade não é fixa, ela pode ser reconstruída por memórias coletivas e individuais.

Quando o autor Teixeira Coelho (1997) diz, no Dicionário Larousse, dicionário crítico de política cultural: “memória é a atividade biológica e psíquica, que permite reter as experiências anteriormente vividas. Lembrança, recordação”. Entendendo essa citação e aplicando esta definição à identidade cultural, acreditamos que, para a preservação das raízes culturais, é imprescindível que as pessoas tenham viva na memória a tradição cultura de seu povo, conhecendo a cultura, sua origem, sua contribuição, como ela se apresentava inicialmente e quais eram as suas características peculiares iniciais. Assim, segundo Haigert apud (ROUSTON, 2005, p. 102), a memória é importante, pois representa:

O suporte fundamental da identidade é a memória, mecanismo de retenção de informação, conhecimento, experiências, quer em nível individual, quer social, e por isso mesmo, eixo de atribuições, que articula, categoriza os aspectos multiformes de realidade, (...), A ‘construção’ da memória, por sua vez, está diretamente relacionada ao sentimento de identidade...

Dessa forma, Rouston (2005, p. 102) afirma que a memória é o que sustenta a identidade de um indivíduo, pois é ela guarda as informações pessoais, sociais e coletivas relacionados com suas raízes. Portanto, a identidade e a memória estão essencialmente ligadas, esses elementos dependem um do outro, para a continuação e evolução da cultura. Assim, sem a memória, não há identidade, desaparece a cultura e destrói a consciência coletiva. É a identidade cultural e a memória que asseguram nosso patrimônio cultural, representando o que fomos, somos, temos e teremos.

Dessa forma, é importante o incentivo ao esclarecimento e ao conhecimento de ambas as culturas, a indígena e a afrodescendente. Assim, há relevância dos termos “identidade cultural” e “memória cultural” para a preservação das raízes culturais dos povos, preservando o sentido de se manterem viva a história cultural de um povo e a transmissão desse conhecimento para as gerações futuras.

O aparecimento da argumentação está ligado à vida em sociedade, pois relacionar-se exige de cada um a habilidade de fazer uso adequado das palavras, para persuadir os outros a fazer ou concordar com as próprias ideias, empregar argumentos, para que possa, através destes, serem estabelecidos acordos. Portanto, é através da argumentação que conseguimos apresentar nossos posicionamentos sobre determinados assuntos. A escola é um dos espaços em que são reproduzidos alguns dos posicionamentos e práticas, os quais nossa sociedade conserva, contribuindo para a produção de desigualdades sociais, tais como preconceitos e discriminações raciais, regionais/territoriais e socioeconômicas, bem como naturalização de explorações, exclusões, injustiças e barreiras ao pleno exercício dos direitos. Para a redução desse processo de desigualdades e para a democratização dos direitos, é importante que a educação seja também um processo de reeducação das relações étnico-raciais, que visa contribuir para a necessária mudança cultural que favoreça a promoção da igualdade racial (BRASIL, 2013).

É nesse contexto que as lutas dos movimentos sociais por respeito e dignidade são também lutas pela formulação, aprovação e implementação de legislação que garanta a defesa do pluralismo, multiculturalismo, reconhecimento da diversidade étnica, cultural e religiosa e

direitos dos povos tradicionais. O reconhecimento dos Remanescentes de Quilombos feito pela Constituição Federal de 1988 é uma das conquistas alcançadas por essas comunidades.

Nesse sentido, as Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/1996), tornaram obrigatório o ensino de história e culturas afro-brasileira, africana e indígena nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Ensino Médio, públicos e privados. Ainda assim, existem escolas que não cumprem as recomendações legais, deixando de cumprir o papel de levar para as crianças o conhecimento cultural em prol do respeito mútuo e coletivo (MAIA, 2012).

Conforme definido em lei, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. E ela estabelece conhecimentos, competências e habilidades, esperadas que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos, que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

O Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte do Ensino Fundamental, consolidado em regime de colaboração com o Estado e os Municípios, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), apresenta as dez Competências Gerais Da Educação Básica, enquanto que as do Rio Grande do Norte consistem em doze, sendo elas: 1) Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva; 2) Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas; 3) Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural; 4) Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Língua Brasileira de Sinais [Libras], e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos

que levem ao entendimento mútuo; 5) Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. 6) Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade; 7) Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta; 8) Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas; 9) Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza; 10) Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários; 11) Utilizar os serviços e recursos da tecnologia assistiva, promovendo a inclusão dos estudantes com deficiência para o desenvolvimento de sua autonomia e efetiva participação em diferentes grupos e contextos; 12) Respeitar todas as formas de vida como condição necessária para o equilíbrio dos ecossistemas e a sobrevivência humana (BRASIL, 2018).

Entendemos, então, que as competências se configuram no Documento Curricular como finalidade educativa primordial e remetem aos campos do saber: saber, fazer, ser e conviver. Assim, para garantir uma política curricular de ações afirmativas, reparações, reconhecimento, valorização de pertencimento e de identidades, de atitudes, de posturas, de valores, que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial. A partir disso, faz-se necessário pensar um currículo que motive a construção e a transformação socioeducacional do indivíduo, de modo a reformular o projeto político-pedagógico e garantir que os componentes curriculares da BNCC contemplem, ao longo do ano letivo, a educação das relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, na perspectiva de proporcionar aos

estudantes uma educação compatível com uma sociedade democrática, multicultural e pluriétnica. Além de estabelecer, no calendário escolar, o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra, como momento de culminância das atividades desenvolvidas ao longo do ano letivo. Garantir formação continuada de professores, gestores e funcionários de apoio que proporcione estudos sobre a educação das relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (BRASIL, 2018).

A rica diversidade cultural brasileira, uma marca do Brasil, é fruto da mescla das raízes indígenas, negras e lusitanas. No país, segundo Machado (2019), o debate sobre a causa negra surge como parte dos movimentos sociais, que se fortalecem em torno dessa identidade negra, da cidadania, seja por meio da politização em torno de uma consciência negra com sua cultura, intentando marcar uma cidadania diferenciada, cidadãos e cidadãs com todos os direitos garantidos e enquanto negros/as, afirmados/as pela sua cultura, música e suas práticas esportivas, como a capoeira.

A identidade negra foi colorida e repintada nas cores da tradição afrobrasileira. Identidade que se afirma como projeto político e como construção cultural. Identidade que é ao mesmo tempo resgate e criação. A contínua construção da identidade afrodescendente é uma necessidade da experiência da forma cultural afro-brasileira (OLIVEIRA, 2006).

As palavras de Machado e a citação de Oliveira nos fazem compreender que a identidade negra precisa ser ressignificada desde a educação básica, para que seja possível formar alunos com maiores noções sociais, incentivando a construção cidadã atuante.

A exemplo de manifestações culturais afrodescendentes no município de Portalegre, um grupo de homens e mulheres realiza anualmente um evento com apresentação da “Dança de São Gonçalo”, em 24 de janeiro, dia em que se comemora o santo. Uma das autênticas manifestações culturais desse nível, no estado do Rio Grande do Norte. A dança, além de ser uma manifestação cultural, se tornou um evento social no município de Portalegre, do qual participamos como expectadores.

Esta dança é de origem Portuguesa e foi introduzida no Brasil pelos fiéis do Santo, sendo logo assimilada pelos negros. A dança é centenária, e as comunidades negras do Pêga e Arrojado são localizadas na zona rural de Portalegre/RN, encarregam-se de mantê-la viva. Assim, “Esse retorno às origens perpassa caminhos cada vez mais carregados de significados, símbolos, marcados pela tradição oral e pelos ancestrais, encantamento!” (MACHADO, 2019).

Nas palavras de Falcão (2006) e Machado (2019), ao incorporar elementos africanos ao seu dia a dia, os afrodescendentes construía uma nova identidade, e nos legaram o que hoje chamamos de cultura afro-brasileira, assim, vemos a valorização das tradições dos ancestrais africanos, que conservam um arquivo da memória, dos que chegaram aqui e lutaram por sua liberdade.

IMAGEM 1 Evento com apresentação da dança de São Gonçalo no Sítio Pêga



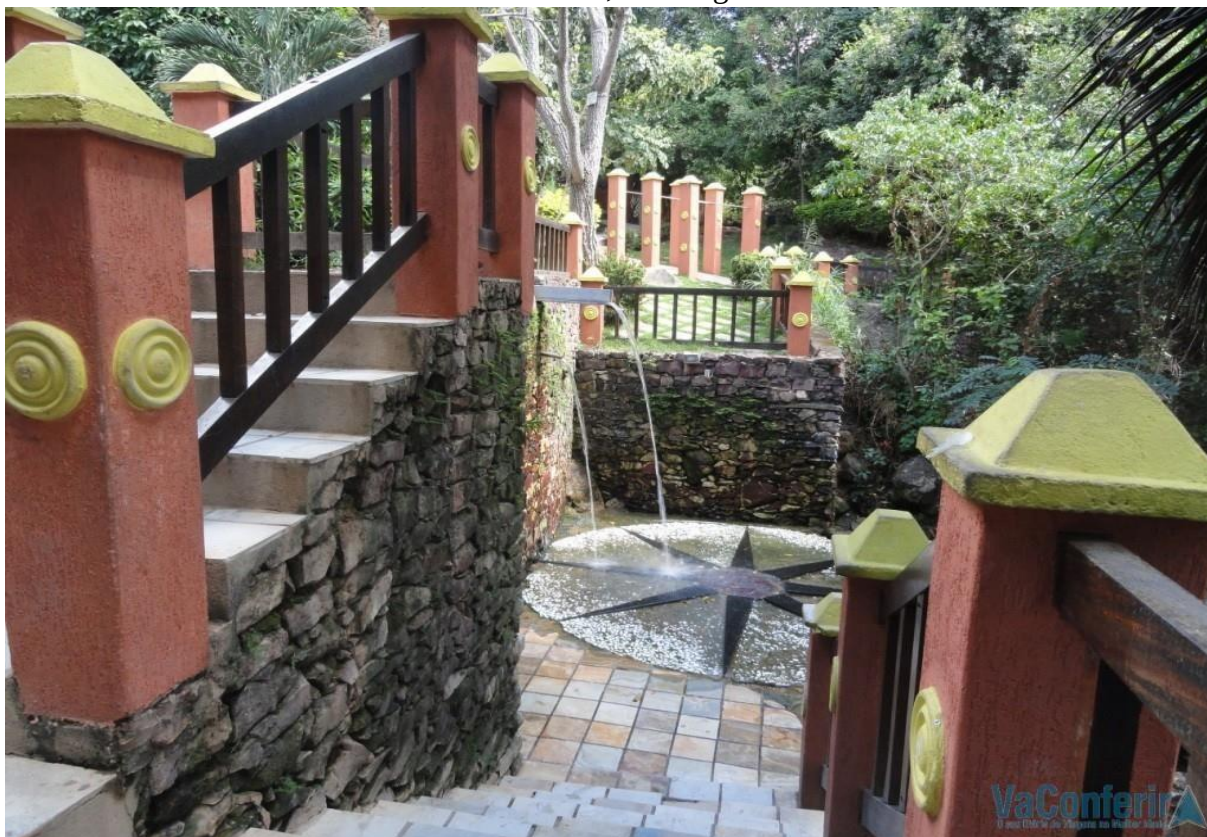
Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Eduardo Oliveira (2007) aponta que a produção do conhecimento, a obediência à norma da ancestralidade respeitar os idosos e a vivência por excelência devem garantir o bem de todos e de cada um, para trabalhar para o progresso da família, da comunidade e da integração, como o meio ambiente, que são pilares fundamentais da educação africana e afrodescendente.

Entendemos, assim, que o esforço social africano está voltado para o bem-estar da comunidade, pois a história da África é fundamental para que nós brasileiros/as possamos nos comprometer com o pensamento social.

Os reflexos da cultura indígena também estão presentes, em dias atuais, sobretudo nos marcos históricos, que fazem parte do turismo local nas cidades de Portalegre e Viçosa. A presença dos índios na região está registrada no documento datado de 3 de novembro de 1825, que fala da prisão e do fuzilamento dos índios na vila de Portalegre, os quais foram enterrados no município de Viçosa. Os índios Luíza Cantofa e João do Pêga, incentivadores da revolta indígena contra os moradores da vila, conseguiram escapar. Mais tarde, Cantofa foi assassinada e sepultada no mesmo lugar de sua morte, nas proximidades da Fonte da Bica, lugar que se tornou parte do Terminal Turístico de Portalegre. Na cidade de Viçosa, essa presença encontrase no famoso cemitério, onde acreditam-se estarem sepultados muitos índios.

IMAGEM 2 Terminal Turístico Fonte da Bica, Portalegre/RN



Fonte: Página oficial da Prefeitura de Portalegre/RN (2019).

No tocante aos dias atuais, uma professora e pesquisadora, Mônica Freitas, palestrou no Centro Municipal De Educação Infantil Portal Do Saber (CMEI), sobre a cultura indígena, para as crianças e professores da escola, em comemoração ao Dia do Índio. Na ocasião, a professora falou sobre a cultura indígena, seu trabalho de dissertação de mestrado, que tratou sobre o massacre de 70 índios no pé da serra de Portalegre, falou ainda sobre as índias Cantofa e Jandi, tão conhecidas pelos moradores. A professora ainda relatou sobre os costumes dos índios e destacou que ser índio não é só pintar o rosto, mas é ser pertencente a uma etnia.

Para a escola, alunos e professores, a presença da professora Mônica, trazendo a temática do índio, foi um momento valioso, uma experiência que deveria ser repetida mais vezes em mais oportunidades nas escolas do município e em demais lugares. Assim, julgamos ser uma experiência exitosa, que merece ser repetida em escala maior.

IMAGEM 3 Semana do índio, Auditório Cantofa e Jandi, Portalegre/RN



Fonte: Arquivo da Casa de Câmera e Cadeia (2019).

IMAGEM 4 - Pesquisadora Mônica Freitas em Palestra com alunos, Portalegre/RN



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Portalegre/RN (2019).

Dessa forma, por todo exposto, desejamos incluir e articular tais temáticas nas aulas de Língua Portuguesa de alunos do Ensino Fundamental, através de um trabalho de intervenção, com oficinas, culminando em uma proposta de produção textual, onde a argumentação é analisada pela Nova Retórica, promovendo a aprendizagem por intermédio das culturas indígena e afro-brasileira, tão fortes e marcantes nos municípios de Portalegre e Viçosa/RN.

1.2 A RELEVÂNCIA DESSE ESTUDO: MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Numa época em que o ensino da história, da cultura afro-brasileira e indígena se tornou obrigatório na grade curricular escolar. Assim, com a criação da Lei 11.645/2008, percebemos avanços conquistados pelos povos indígenas e quilombolas. Então, propomos repensar as formas de buscar os saberes múltiplos de comunidades diversas, para entender suas tradições e formas de se fazerem dentro das aulas de Língua Portuguesa.

Das nossas razões pessoais relativas para a produção deste trabalho, escolhemos dissertar sobre as culturas indígena e afro-brasileiras, reforçar, renovar e ressignificar costumes e saberes dessas culturas dentro do ambiente escolar. Assim, acreditamos ser esse o caminho de políticas públicas educacionais positivas no país. Também optamos por trabalhar com essa temática por termos afeições com essas culturas, com as suas histórias de lutas e superações, por respeitarmos o legado que elas nos deixaram, e, sobretudo, por nos identificarmos inclusive com as dificuldades e discriminações pelas quais alguns alunos ainda passam na escola. E por nos sentirmos parte desse contexto, por termos raízes negra e indígena, pela convivência e pertencimento das comunidades quilombolas e descendentes indígenas.

No tocante às razões acadêmicas e profissionais, a prioridade e relevância estão em analisar a produção textual de alunos do Ensino Fundamental, das séries finais, com a temática da cultura dos municípios de Portalegre e Viçosa, contemplando aspectos da argumentação como um fator de maior destaque na produção textual.

A escolha do gênero textual dissertação escolar, para o *corpus* desta pesquisa parte da ideia de ser flexível e apresentar conteúdo social, estimulando a reflexão diante dos acontecimentos e histórias. A argumentação sempre está presente na sala de aula e em todos os gêneros, através da retórica, que procura questionar, instigar e persuadir, seja de maneira implícita ou explícita, além de ser indispensável para se viver em sociedade.

Este trabalho se justifica também, porque possibilita ao aluno a integração em seu contexto de identidade cultural, pois o motiva fazer reflexões, ao buscar soluções, para os

desafios da comunidade em que vive, além de possibilitar ele a expressar opiniões sobre a temática, desenvolvendo argumentos em seus textos. Assim, esta pesquisa traz benefícios valiosos proporcionados às comunidades e à escola, estando de acordo com uma das linhas de trabalho do curso de Mestrado Profissional em Letras, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN).

1.3 PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS DE PESQUISA

Compreendendo o processo educacional entre populações negras e indígenas, a partir da promulgação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de conteúdos referentes à história e às culturas afro-brasileira e indígena. O ensino formal, institucionalizado, através de leis e livros didáticos participa da construção ideológica dos educandos, assim é fundamental entender como a escola pode ressignificar a etnia e as culturas indígenas e afrodescendentes. Além disso, é relevante buscar evidenciar as práticas culturais de comunidades quilombolas e indígenas da região, como também a maneira como devem ser inseridas no contexto escolar.

Para a efetivação do ensino formal, é necessário ser esclarecido que as culturas afrobrasileira e indígena fazem parte da identidade do povo brasileiro, não somente a lusitano-europeia. Uma vez que estas culturas, indígena e afrodescendentes-quilombolas, são trabalhadas em grande parte, como folclore no ambiente escolar, fruto de preconceito velado, existente na sociedade brasileira. A educação deve se comprometer com as questões étnico-raciais, com o intuito de se criar políticas afirmativas e inclusivas. Temos à frente um grande desafio que é a busca da verdadeira democracia racial, presente nas práticas cotidianas da sociedade brasileira, principalmente a democracia educacional.

Considerando a finalidade do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), como também as nossas, enquanto alunos, pesquisadores e professores, tratamos do aumento da qualidade do ensino quanto à competência e ao declínio das taxas de evasão, pois é o que almejamos, além de contribuir com o desenvolvimento de pedagogias, que efetivem e tornem as atividades exitosas. Assim, apresentamos a temática da cultura local, como forma de aproximar o aluno da sua identidade.

Diante disso, lançamos algumas perguntas, para esta pesquisa: **a)** Como se constrói a argumentação sobre as culturas indígena e afrodescendente, em produções de dissertações escolares de alunos do 8º e 9º anos, do Ensino Fundamental, nos municípios de Portalegre e Viçosa/RN?; **b)** Quais teses são defendidas pelos alunos em dissertações escolares, nas aulas de

Língua Portuguesa, cujo tema gerador é a cultura indígena e afro-brasileira, em Portalegre e Viçosa/RN?; **c)** Como os valores argumentativos e suas hierarquias estão presentes em dissertações escolares, nas aulas de Língua Portuguesa, cujo tema gerador é cultura indígena e afro-brasileira, em Portalegre e Viçosa/RN?; **d)** De que maneira a intervenção didática contribui para a articulação entre argumentação e cultura local, em produções de dissertação escolar, em Portalegre e Viçosa/RN?

Para responder a esses questionamentos, estabelecemos os seguintes objetivos. Geral: Analisar a argumentação na produção de dissertações escolares, escritas por alunos dos 8º e 9º anos, do Ensino Fundamental, tendo como tema a cultura indígena e afrodescendente, nos municípios de Portalegre e Viçosa/RN. Específicos: **a)** Compreender as teses defendidas por esses alunos, em suas produções, em aulas de Língua Portuguesa, com o tema sobre as culturas indígena e afro-brasileira, nos municípios de Portalegre e Viçosa/RN; **b)** Verificar os valores argumentativos e suas hierarquias em dissertações escolares, tendo como tema gerador as culturas indígena e afrodescendente; **c)** Investigar como se dá a produção textual a partir de uma intervenção didática, que articule a argumentação e a cultura local dos municípios de Portalegre e Viçosa/RN.

1.4 FOCO DA PESQUISA

Este trabalho tem como foco analisar a produção textual de alunos, dos 8º e 9º anos, do Ensino Fundamental, de uma escola do município de Portalegre/RN, e investigar as teses e valores argumentativos presentes nestes textos, que têm como tema a cultura indígena e afrodescendente. Os textos foram produzidos pelos alunos nas aulas de Língua Portuguesa, durante oficinas realizadas na atividade de intervenção, compondo o *corpus* da pesquisa.

A temática é pertinente à realidade em geral dos municípios de Portalegre e Viçosa, pois grande parte desses alunos contribuiu com a aplicação da atividade de intervenção, na Escola 29 de Março, de Portalegre, pois são remanescentes de quilombolas, advindos de comunidades encontradas nos sítios Pêga e Arrojado.

Este trabalho caracteriza-se por ser uma pesquisa qualitativa e interdisciplinar. Assim, interessa-nos estimular os alunos a participarem de eventos sociais do município em que reside, promovendo aproximação e identificação com a diversidade cultural local, como eventos alusivos ao dia do índio e ao dia da consciência negra.

Ao encontrar respostas para as questões, que motivaram nossa investigação, cumprimos os objetivos estabelecidos, ressaltando a importância de trazer o estudo da argumentação para as aulas de Língua Portuguesa, de forma mais consistente e relevante ao aproximar a cultura local dos alunos.

1.5 CONSTRUINDO O ESTADO DA ARTE

A expressão “estado da arte” tem a compreensão de que se pretende apontar, descrever e comparar, de forma breve, alguns estudos que foram levantados e que trabalham com as temáticas que são abordadas tanto na pesquisa quanto na intervenção deste trabalho. É uma forma de aproximação ou distanciamento do tema deste trabalho.

A construção de um estado da arte, envolvendo o tema e as teorias abordadas neste estudo, evidenciam que dois fenômenos estão envolvidos no âmbito da pesquisa e da intervenção, dentro do processo de ensino-aprendizagem de línguas. Ocorre a interação de temáticas associadas ao fazer didático-pedagógico: a história indígena, a história do negro brasileiro, dos remanescentes quilombolas residentes no município de Portalegre/RN. Assim, ocorre o ensino de produção textual com o gênero dissertação escolar, sobre essa temática e baseados nos relatos das memórias presentes nos discursos orais, de moradores idosos entrevistados, nos municípios de Portalegre e Viçosa/RN.

Para fundamentar esta pesquisa, trouxemos neste estado da arte, alguns trabalhos que nos deram suporte para dissertar sobre a argumentação, como a tese de doutoramento de Souza (2003). Encontramos também, como fonte, os trabalhos de mestrado de Silva (2018), Vieira (2019), Dantas (2015), Lopes (2015), Queiroz (2015), Soares (2015), Sousa (2017) e Lima (2017), que apresentam análises dos procedimentos argumentativos baseados na retórica. Além desses, há o trabalho de Freitas (2018), tratando da temática indígena.

Em seu trabalho, Souza (2003) analisa os processos argumentativos de textos jornalísticos da mídia impressa, tendo como *Corpus*, artigos de opinião, editoriais e reportagens jornalísticas, que discutem a falta de desenvolvimento da região Nordeste, construindo argumentativamente efeitos de sentido para os leitores. O objetivo dessa pesquisa é verificar como o Nordeste se constrói discursivamente na mídia, como também em discursos do Sudeste. O objetivo volta-se, portanto, para uma análise retórica e discursiva nos textos desse gênero. Na análise do *corpus*, considerou-se o processo dialógico da linguagem, as técnicas argumentativas empregadas e os gêneros discursivos aos quais os textos pertencem. Essa análise revelou que, na construção da imagem da região Nordeste pela mídia, segundo o pesquisador, há um

desencontro de sentidos, porque as causas para os problemas no Nordeste são consequência da indústria da seca. Essa indústria é promovida por políticos nordestinos

“astutos”, segundo o autor, ligados aos coronéis. Já na região Sudeste, deve-se ao resultado da ineficiência de sucessivos governos brasileiros na implementação de políticas, para promoção de uma melhor distribuição de renda no Brasil.

Silva (2018) tem como título de seu trabalho “Memórias Literárias de Riacho de Santana: argumentação em produções textuais no ensino de português”, que concentra sua pesquisa na argumentação presente em textos escritos por alunos do Ensino Fundamental. Sua proposta é analisar processos argumentativos presentes nas narrativas produzidas pelos alunos e nas narrativas subjacentes a ela, tais como a hierarquização de valores, lugares da argumentação e as principais técnicas argumentativas.

A dissertação de Viera (2019), “Argumentação em crônicas produzidas em aulas de Língua Portuguesa: teses, valores e hierarquias na construção dos heróis de areias, zona rural de Uiraúna”, é um trabalho que tem como objetivo analisar os processos argumentativos, mais especificamente as teses, os valores e as hierarquias e lugares da argumentação na produção e ensino de texto, no gênero crônica, escrita por alunos do ensino fundamental das séries finais, além disso utiliza o ensino de Língua Portuguesa como mediação entre aluno e cultura local, em articulação com os processos argumentativos, como um meio de promover a aprendizagem.

Trazemos as contribuições de alguns outros trabalhos, a exemplo, a dissertação de Dantas (2015), pois sua pesquisa tem foco na argumentação presente em textos escritos por alunos do Ensino Fundamental, baseados em uma lenda local, da cidade de São Miguel/RN. O objetivo da sua proposta é analisar processos argumentativos presentes nas narrativas produzidas pelos alunos, sendo eles a hierarquização de valores, lugares da argumentação e as principais técnicas argumentativas.

Também a dissertação de Lopes (2015), que, em sua proposta, estudou a argumentação em textos narrativos produzidos por alunos do Ensino Fundamental, com a temática da passagem da Coluna Prestes pelo município de São Miguel/RN. A autora analisa processos argumentativos nas produções textuais, bem como as contribuições das narrativas andantes em aulas de campo, para o ensino de Língua Portuguesa.

A dissertação de Queiroz (2015) investiga os processos argumentativos em textos de memórias literárias, produzidos para a Olimpíada de Língua Portuguesa, por alunos de 7º e 8º anos, comparando textos não premiados com textos premiados nacionalmente, considerando os objetivos delimitados para o concurso, os conteúdos e as habilidades da área de Língua

Portuguesa. Como ilustração de pesquisas, com as quais dialogamos, temos a dissertação de Soares (2015), que faz uma análise do percurso argumentativo realizado pelos alunos, na produção de artigos de opinião, para a Olimpíada de Língua Portuguesa.

Outra pesquisa realizada a partir de intervenção em aulas de Português, de Sousa (2017), investiga como alunos do Ensino Médio produzem argumentação, em artigo de opinião, no município de Milagres/CE. E objetiva analisar a construção do processo argumentativo no gênero proposto, principalmente no que diz respeito à temática cultural e ao contexto escolar, focando nas contribuições da argumentação, para o ensino de Língua Portuguesa.

Também contribuiu a dissertação de Lima (2017), investigando processos argumentativos em discursos falados, constituindo a comunidade Riacho do Meio. Seu objetivo é analisar a construção das técnicas argumentativas, os recursos de presença, as hierarquias de valores e os lugares da argumentação mobilizados nas defesas das teses de cada discurso.

Freitas (2018), “Relatos sobre o massacre de 70 índios na serra de Portalegre/RN: argumentação em discursos de liderança indígena e alunos do ensino fundamental”, analisa processos argumentativos em textos. Seu objetivo é analisar a construção argumentativa quanto à temática cultural e ao contexto escolar, focando nas contribuições da argumentação, para o ensino de Língua Portuguesa.

Alguns desses trabalhos têm em comum com nosso trabalho o fato de desenvolver uma proposta de intervenção nas aulas de Língua Portuguesa, como também por serem pesquisas realizadas para o trabalho de conclusão de curso de Mestrado Profissional em Letras.

Partindo desse contexto, esta pesquisa apresenta o viés da argumentação em textos escritos por alunos do Ensino Fundamental, tendo como tema as culturas indígena e negra. Além disso, destacamos a argumentação em discursos orais de idosos, entrevistados sobre a mesma temática. Por isso, citamos estudos que utilizaram outros gêneros textuais.

Com essa pesquisa, desejamos resgatar dentro do ambiente escolar os valores perdidos ao longo dos anos, além de aproximar as identidades culturas indígena e negra com as dos alunos e professores. O autor Ângelo (2003) diz, em sua pesquisa, que a obrigatoriedade da instalação de escolas nas aldeias e nos quilombos, acabou por desviar de maneira direta e indireta os valores próprios e a identidade étnica desses povos. Então, em nosso estudo, desejamos tratar, de forma não somente pontual, dos assuntos culturais no cotidiano escolar. Almejamos que as atividades, fruto desta pesquisa, sejam continuadas e desenvolvidas por demais professores e alunos. Pois, como afirma Paulo Freire, “fazendo pesquisa educo e estou

me educando [...], pesquisar e educar se identificam em um permanente e dinâmico movimento!” apud (BRANDÃO, 2007).

Ter acesso e fazer estudos de cada uma dessas pesquisas foi de grande importância para a realização dessa dissertação, visto que trazem a base teórica sobre argumentação (Nova Retórica). O referencial teórico tem como base central a teoria da argumentação na Nova Retórica, difundida por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Como suporte, temos os desdobramentos de Abreu (2001), Reboul (2004), Souza (2003). Apresentam ainda outros aspectos, como intervenção em aulas de Português, análises envolvendo textos e temáticas relacionadas à cultura e à identidade, entre outros pontos em comum. Além disso, há fundamentos de livros de autores, que dialogam, de forma mais próxima, com nossa proposta.

1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Para realizarmos nossa pesquisa, atingimos etapas e processos que culminaram neste trabalho. Foram discussões sobre o que nos propusemos estudar, como também sobre a maneira como conquistamos esses objetivos. Assim, mostramos a maneira como organizamos capítulos.

No capítulo I (um), apresentamos os Passos Introdutórios do nosso trabalho, trazendo o tema, a relevância desse estudo, nossa motivação e a justificativa. Informamos a pertinência da pesquisa, a problemática, o foco, o objetivo geral e os objetivos específicos, para compreendermos o propósito da pesquisa em questão, bem como apresentamos as questões levantadas, para a formulação dos objetivos. Assim, trazemos, também neste capítulo, o estado da arte, que apresenta pesquisas já realizadas nessa área, propondo-nos estudar as contribuições desses trabalhos. E, ainda, exibimos a estrutura da dissertação, que faz uma apresentação de como a dissertação está organizada.

No capítulo II (dois), trazemos o Marco Teórico, apresentamos as discussões que norteiam nossa pesquisa, além dos estudos que serviram de aporte para desenvolver as ideias e compreensões sobre os tópicos em discussão. Assim, consideramos pertinente discutir, neste capítulo, principalmente, sobre a argumentação, a tese argumentativa com seus sentidos e estratégias, começando pela Retórica, A Nova Retórica, passando pelos conceitos de orador, auditório, persuasão, como também pelos valores e suas hierarquias. Apresentamos também teses, língua materna e argumentação em produção de textos, o gênero textual dissertação escolar e um tópico com enfoque em memórias coletivas e individuais, segundo os estudos de Halbwachs.

No capítulo III (três), separamos o percurso metodológico da pesquisa, destacamos sua caracterização, o universo do estudo e da amostra. Também há o levantamento histórico da pesquisa, como a origem dos municípios de Portalegre e Viçosa e sua relação com a cultura indígena. Além disso, tratamos das histórias sobre as fugas e a resistência nas comunidades quilombolas Portalegre e Viçosa, como também da história dos massacres dos índios Tapuias Paiaçus. Discute-se sobre o legado e os reflexos das culturas negra e indígena, nos municípios de Portalegre e Viçosa, nos dias atuais. Apresentamos o resultado das entrevistas realizadas com os idosos nos municípios de Portalegre e Viçosa. E, por fim, a intervenção realizada em sala de aula, com alunos da Escola 29 de Março, do município de Portalegre/RN, em 2019, assim como o detalhamento de cada oficina aplicada durante a intervenção.

No capítulo IV (quatro), apresentaremos a análise de textos produzidos por alunos, durante a atividade de intervenção explicitada no capítulo IV. As análises se ancoram, teoricamente no estudo da Nova Retórica. Assim, buscamos as teses e os valores da argumentação na produção dos textos escritos. Dessa forma, apresentamos trechos das produções textuais de alguns alunos com as suas apreciações.

Para finalizar, trazemos, no Capítulo V (cinco), as Considerações conclusivas do estudo. Com elas, retomamos os principais aspectos do trabalho, as teorias que nos orientaram, e as análises que realizamos. Confirmamos, também, a importância da realização deste trabalho, para pesquisadores, para o curso de Mestrado Profissional em Letras, como também para os alunos e as pessoas idosas, que foram sujeitos e colaboradores da pesquisa.

2 MARCO TEÓRICO DO ESTUDO

Neste capítulo, apresentaremos as discussões que norteiam nossa pesquisa e os estudos que contribuíram para desenvolver as ideias e compreensões sobre os tópicos em questão. Consideramos pertinente discutir, neste capítulo, principalmente, sobre a argumentação, a tese argumentativa com seus sentidos e estratégias. A começar pela Retórica, os conceitos de orador, auditório e persuasão, como também os valores e suas hierarquias. Apresentamos também o gênero textual dissertação escolar. Além de fazermos uma discussão, enfocando as memórias coletivas e individuais, segundo os estudos de Halbwachs.

Trazemos aqui o referencial teórico da nossa pesquisa. Para isso, usaremos as discussões de Perelman e Tyteca, Souza, Reboul, Abreu e outros estudiosos da Teoria da Argumentação no Discurso e Nova Retórica. Como aspectos da argumentação, destacamos os conceitos centrais do capítulo, os quais são esclarecidos adiante, em subtópicos: retórica, nova retórica, auditório e orador, valores e suas hierarquias, os lugares da argumentação, teses, língua materna, e argumentação em produção de textos, gêneros textuais.

2.1 RETÓRICA

Etimologicamente, Retórica (do latim *rhetorica*); do substantivo *rhêtor* (orador) é a arte de usar uma linguagem, para comunicar de forma eficaz e persuasiva. A *retórica* nasceu no século V a.C., na Sicília, e foi introduzida, em Atenas, pelos sofistas (sábios, aqueles que professam a sabedoria. Os mais importantes foram Pitágoras e Górgias), desenvolvendo-se nos círculos políticos e judiciais da Grécia antiga. Originalmente visava persuadir uma audiência

dos mais diversos assuntos, mas acabou por tornar-se sinónimo da arte de bem falar (COSTA, 2019).

Foi esse pensamento que provocou a célebre afirmação de Pitágoras: O homem é a medida de todas as coisas, que o levou, inclusive, a afirmar que o verdadeiro sábio é aquele capaz de julgar as coisas segundo as circunstâncias em que elas se inserem, e não aquele que pretende expressar verdades absolutas. A retórica trabalhava, pois, com a teoria dos pontos de vista ou paradigmas, aplicados sobre os objetos de seu estudo. Por esse motivo, foi inevitável o conflito entre retóricos ou sofistas, de um lado; e os filósofos, de outro, que estudavam dicotomias como verdadeiro/falso, bom/mau etc., conforme (ABREU, 2009).

A Retórica como uma arte que se dedica a dirigir discursivamente uma questão tida por premente, a qual requer uma decisão através do emprego deliberado de estratégias persuasivas encaminhadas a um conjunto particular de pessoas, visando transformar uma dada situação – existente e problemática – por intermédio da adopção de novas formas de pensamento e ação (MATEUS, 2018).

A Retórica Clássica ou também conhecida por Antiga Retórica, desenvolveu-se a partir de Aristóteles com a invenção um Tratado sobre este tema. Que afirma que os métodos retóricos são necessários em assuntos práticos, tais como a defesa da culpa ou inocência de alguém, quando acusado perante a lei ou para decidir um curso de ação prudente a ser tomado por uma assembleia deliberativa. O que importava era a arte de falar em público de modo persuasivo, encontrava-se restrita ao uso da linguagem falada, do discurso perante uma multidão, sempre com a intenção de obter a adesão desta com relação à tese que lhes apresentava. A primeira tarefa da retórica clássica tinha natureza heurística. Tratava-se de descobrir temas conceituais para discussão (COSTA, 2019, p. 355-384).

A antiga retórica aristotélica admitia algumas provas não-técnicas, as quais ancoravam o discurso em transcrições de confissões, em leis, testemunhos, contratos e na própria confissão. E, dentro desse sistema argumentativo, Aristóteles evidenciava a necessidade de existência de quatro partes respectivas: a invenção, a disposição, a elocução e a ação (REBOUL, 2004).

Entendemos com as palavras dos autores Abreu (2009), Mateus (2018) e Costa (2019) e Reboul (2004) que, no início, a retórica ocupava-se do discurso político falado, a oratória, antes de se alargar a textos escritos e, em especial, aos literários. A oratória é um dos meios pelos quais se manifesta a retórica, mas não o único. Pois, certamente, pode-se afirmar que há retórica na música, na pintura, na publicidade. Logo, a retórica, enquanto método de persuasão, pode se manifestar por todo e qualquer meio de comunicação.

Ao aproximar os discursos da Retórica Tradicional-Antiga-Clássica, algumas ideias são preservadas. Em sua principal publicação sobre essa temática, Perelman e Tyteca (1996) fazem uma justaposição teórica entre a argumentação no discurso (ou Nova Retórica, como eles a denominam), ressaltam a extensão entre elas e o racionalismo cartesiano, marcante nos dias atuais. Dessa forma, esses autores reconhecem que:

A publicação de um tratado consagrado à argumentação e sua vinculação a uma velha tradição, a da retórica e da dialética gregas, constituem uma ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio, oriundo de Descartes (grifo do autor), que marcou com seu cunho a filosofia ocidental dos três últimos séculos. (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 1).

Esses autores fazem crítica especialmente ao fato de que, para Descartes, a evidência é a marca da razão, pois só há verdade nas demonstrações lógicas. Ou seja, aquilo que foge ao campo da evidência não tem credibilidade. Por isso, o campo da argumentação, da retórica, não tem valor científico, para os estudos racionalistas de Descartes. Numa crítica a esse tipo de racionalismo, em defesa da retórica, a dialética aristotélica é retomada. Essa dialética surge numa relação de afinidades com a antiga retórica. Elas se encaminham, para a área dos conhecimentos dialéticos ou prováveis, o que as distinguem da Lógica Formal.

2.2 A NOVA RETÓRICA

Algumas ideias se conservam sobre a retórica tradicional, como a de auditório, pois é importante, quando se pensa em discurso, salientando que os princípios da argumentação não variam por se tratar de oralidade e de escrita.

Portanto, pensando no uso efetivo do discurso em situações reais de interação social, jamais podemos ver a linguagem verbal como linear, unívoca, totalmente racional; ao contrário, temos de vê-la como um meio de interação, como algo que emerge de sujeitos históricos e culturalmente situados e se dirige a outros sujeitos em situações semelhantes, refletindo, nessa interação, as ambiguidades, as controvérsias; enfim, as relações dialéticas e dialógicas que permeiam as relações humanas (FREITAS, RODRIGUES, SAMPAIO, 2008, p. 60).

Os estudos da argumentação no discurso, ou nova retórica, são igualmente importantes para o funcionamento discursivo da linguagem. Refletindo acerca das próprias práticas discursivas, na perspectiva de interações, considerando os aspectos sociais e históricos, os

diálogos discursivos na organização das ideias pelos interlocutores em seus processos de discursivização, de convencer, argumentar e conscientizar.

Portanto, a argumentação no discurso deve ser entendida como uma ação humana, que implica o ato de convencer o outro sobre a validade de uma opinião defendida. Assim, entendemos se tratar de uma ação, que, para ser efetivada, necessita de uma interação entre o orador e um auditório, em situações reais de uso da linguagem. Dessa forma, para Perelman e Tyteca (1996):

O objetivo de toda argumentação [...] é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos dos interlocutores às teses que se apresentam a seu assuntamento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abração) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifesta no momento oportuno (1996, p. 50).

Assim, conforme Perelman e Tyteca (1996), a argumentação busca a adesão dos interlocutores às teses que se apresentam. Segundo Souza (2003), o ato de argumentar envolve tanto uma tese (*logos*) a ser defendida pelo orador/enunciador quanto a imagem que tem do auditório (*pathos*), como também de sua auto imagem (*ethos*). Portanto, o orador consegue a adesão do auditório às suas teses. A argumentação “visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual”, conforme Perelman e Tyteca (1996, p. 16). Ela é fruto da interação entre orador e auditório, envolvendo uma tese, com argumentos caracterizados pelo orador e o auditório.

Breton (1999a) postula que o orador busca sempre um acordo “prévio” com o auditório, como uma estratégia argumentativa. É nesse “acordo prévio”, nesse “contato intelectual”, que o auditório influencia o orador na construção de seu texto. Então, podemos entender que a argumentação pressupõe um contato intelectual de forma prévia entre orador e auditório.

Além do orador ou enunciador, opina com seus argumentos ao auditório. A cerca disso, Breton alerta para o contexto de recepção do discurso, pois é nesse contexto que encontramos as opiniões, valores e julgamentos, que são compartilhados por um auditório, e “vão determinar um papel na recepção do argumento, na sua aceitação ou na sua adesão variável que ele vai provocar” (BRETON, 1999a, p. 29).

Portanto, para o autor, é no contexto holístico, de como acontece a interação entre orador e seu auditório, que são desenvolvidos os argumentos, para defender sua tese, assim como os

valores, a hierarquia desses valores e os seus lugares. Assim, numa perspectiva de delimitação do que seja um auditório, apresentamos, no tópico a seguir, sua definição.

2.3 O ORADOR E O AUDITÓRIO

Para entender a nova retórica, devemos compreender e conhecer alguns significados, como o de orador e auditório. Assim, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 22):

orador é compreendido como a peça fundamental do discurso argumentativo. Isso ocorre porque para acontecer um processo de interação discursivo é necessário a presença de um interlocutor bem como a presença de um destinatário. Mesmo se tratando de atividades interdependentes quando se relaciona esses componentes, a ação do orador é se pautar em um discurso exitoso no que diz respeito a conseguir a adesão do auditório. Portanto, o orador é aquele que fala, que organiza o discurso. É a pessoa que utiliza de sentidos estratégicos para convencer através do que diz ou escreve, para atingir uma outra parte envolvida no processo de interação dentro das situações comunicativas que é o auditório.

Dessa forma, entendemos que o orador é fundamentalmente o ponto de partida da argumentação, pois é ele quem inicia o processo de interação com um público destino. Ele constrói a ação pautada em um objetivo com um destinatário, que é o auditório. A esse respeito, Abreu (2009) traz outra definição de orador, “o orador é quem destina os argumentos e tese ao auditório”.

Compreendendo a definição de Abreu, entendemos que o conceito de auditório está intimamente ligado ao objetivo de um orador, conquistar um dado público com sua tese. A escolha de uma linguagem comum ao auditório, fazer parte de um mesmo meio, manter relações sociais, tudo isso facilita e promove o êxito.

Assim, é preciso ainda considerar a necessidade de condições prévias referentes ao conhecimento daqueles, que o orador pretende alcançar. Dessa forma, a argumentação poderá ser eficaz, porque o bom orador necessita saber a quem dirige seu discurso (REBOUL, 2004).

Sendo assim, é condição da argumentação que o orador tenha um contato positivo com o auditório. A escolha de uma linguagem coerente com o público alvo do auditório permite a maior aceitação, por promover o máximo entendimento. Fazer parte de um mesmo meio, manter relações sociais também coopera no acordo. O orador precisa conhecer muito bem o grupo de pessoas, ou a pessoa para quem se dirige antes de organizar suas ideias, definir as teses a serem defendidas, para obter maior êxito ao argumentar para chegar ao acordo.

Nesse sentido, todo o processo argumentativo construído tem um destino específico, o seu auditório. Entendemos, então, que sem a presença desse elemento não há como construir interação, pois é a ele que cabe a aceitação ou não das teses que são defendidas pelo orador no decorrer da construção do discurso. O conceito de auditório é “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 22). Abreu (2009) traz outra definição: “O auditório é o conjunto de pessoas que queremos convencer e persuadir”.

De maneira que entendemos o auditório como responsável por determinar os argumentos do orador, para que um discurso seja realmente convincente, aceitável e capaz de persuadir, é importante que o orador se adapte às condições sociais e intelectuais do auditório, conheça suas características, o perfil e os interesses.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 50) fazem também uma classificação do auditório, dividindo-o em três tipos, sendo eles: o auditório universal; o auditório formado no diálogo pelo interlocutor a quem se dirige; e o auditório constituído pelo próprio sujeito, quando ele delibera ou figura as razões de seus atos. A divisão permite compreender que, no ato de argumentar, os tipos de auditório considerados são o universal e o particular. Esta classificação dos autores é importante, para entendermos as características do auditório.

Sobre as divisões de auditório, Abreu (2009, p. 40) traz duas definições: o auditório universal e o auditório particular. O autor define auditório universal como “um conjunto de pessoas sobre cujas variáveis não se têm controle”. O tamanho do auditório varia muito, pode ser composto por muitas pessoas, um pequeno grupo ou ser apenas uma única pessoa. Tal situação pode acontecer mesmo quando o auditório é constituído de um único indivíduo, se não existir o controle, então, é classificado como universal.

Entendemos, assim, que um auditório universal apresenta características diversificadas quanto à classe social, idade, gênero, profissão, valores morais, religião, posições políticas, grau de instrução, entre outros aspectos. Essa diversidade pode dificultar consideravelmente a organização do discurso do orador, além de embaraçar o êxito dos argumentos.

A definição de Auditório Particular, segundo Abreu (2009, p. 40), é “um conjunto de pessoas cujas variáveis controlamos”. Aqui o orador encontra-se diante de um público-alvo, onde há controle. Em outras palavras, há uniformidade nas características do auditório, o que torna mais fácil organizar seu discurso argumentativo, para alcançar o acordo desejado, pois o orador saberá elaborar seu discurso de forma mais conveniente e segura. É preciso ter cuidado diante de um auditório particular ao manifestar um ponto de vista que não possa ser defendido

também dentro de um auditório universal por questões de ética e auto interesse. Assim, a definição de Abreu (2009) é importante, para compreendermos o conceito de auditório.

Os autores Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) destacam que o auditório universal se define por uma população específica, podendo ser até mesmo uma nação ou a humanidade inteira. O auditório particular se define a partir de situações mais particulares, como é o caso dos ouvintes de uma palestra, público constituído de alunos em sala de aula, entre outros. As distinções de um auditório para outro se dão na forma de controle que pode ser exercida pelo orador ou não.

Assim, também é possível compreender que é no processo de interação que ocorre a influência do orador sobre o auditório, quando desenvolve as suas teses, as quais persistem dentro de um contexto de uso dos mais diversos recursos, que compõem as estratégias argumentativas, constituindo tanto os tipos de argumentos como as formas de exploração de recursos, valores e acordos, que se estabelecem no decorrer da argumentação.

Entendendo essas definições de auditório e orador, como também sua importância no campo da argumentação, o orador saberá elaborar seu discurso de forma mais segura e exitosa. Como afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 23): “O conhecimento daqueles que se pretende conquistar é, pois, uma condição prévia de qualquer argumentação eficaz”. Assim, as características do auditório é uma condição que deve ser observada e seguida no decorrer de todo o discurso:

O importante, na argumentação, não é saber o que o próprio orador considera verdadeiro ou probatório, mas qual é o parecer daqueles a quem ele se dirige. (...) É, de fato, ao auditório que cabe o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 26-27).

Conclui-se, assim, que, na argumentação, é ao auditório que cabe o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e do comportamento dos oradores. Sendo o propósito da argumentação convencer, persuadir e conscientizar determinado auditório. Assim, é imprescindível saber sobre o auditório, independente do que acredita o orador. É com essas variáveis, que o orador tem que se preocupar, analisar e construir seu discurso, para que, assim, sua tese seja aceita. Ao argumentar, o orador acaba sendo influenciado pelo seu próprio ponto de vista, assim, na tese, estarão presentes marcas próprias de quem tenta defendê-las.

2.4 TESES

A argumentação parte de uma ideia, não uma ideia que surge sem motivo, ela é formulada para afirmar, negar, responder, contestar, definir, solucionar perguntas, gerando divisão de opiniões e de posicionamentos. Essas ideias são definidas como tese, conforme (KRITERION, 2009). Assim, ao ser postulada, espera-se que não mais exista uma divisão de posicionamentos, ou mesmo que exista, não seja mais tão evidente, pois o maior número de pessoas passará a compartilhar um mesmo posicionamento a partir da tese elaborada.

Tese é a parte mais importante de um texto argumentativo. Ela é um posicionamento crítico, geralmente traz alguma opinião reflexiva e impessoal. É elemento essencial para o texto dissertativo-argumentativo, sua função é a de persuadir o leitor a respeito daquilo que o orador acredita. E persuadir é conseguir que as pessoas façam algo que se queira, além de conscientizá-las sobre essa ideia defendida. Isso só se torna possível, quando gerencia de maneira positiva o relacionamento com o outro. Assim, a primeira lição da persuasão é aprender a educar a própria sensibilidade para os valores do outro, é preciso, contudo, que se trate de valores éticos (KRITERION, 2009, p. 251-268).

Dessa forma, o orador necessita de argumentos consistentes para fundamentar a tese que está propondo. Segundo Abreu (2009, p. 35). “A primeira condição da argumentação é ter definida uma tese e saber para que tipo de problema essa tese é resposta (...). No plano das ideias, as teses são as próprias ideias, mas é preciso saber quais as perguntas que estão em sua origem”. Entendemos, a partir dessa afirmação, que a tese se caracteriza pela defesa de uma ideia, de um ponto de vista, ou pelo questionamento acerca de um determinado assunto.

Uma segunda condição da argumentação é apresentar linguagem comum com o auditório. A terceira é ter um contato positivo com o auditório, inclusive saber ouvi-lo. Finalmente, a quarta condição e a mais importante delas: agir de forma ética, argumentando de forma honesta e transparente.

Partindo da ideia de que a tese é o princípio, há de se definir a que ela se propõe. Assim, é necessário apresentar o propósito definido da tese. “As teses, portanto, se definem como proposições que afirmam ou negam algo, sendo que toda proposição carrega em si um ponto de vista do orador, consciente ou inconscientemente”, segundo Souza e Alves (2016, p. 6).

Então, entendemos que as teses sofrem influências do ponto de vista do orador. Esta influência acontece de forma explícita, por desejo do orador ou não. Ainda assim, estarão presentes marcas próprias de quem tenta defendê-las, afinal como aponta Souza (2003, p. 65):

“as teses de um texto revelam os discursos, historicamente situados e argumentativamente construídos nos textos”. Cabe ainda ressaltarmos que, segundo Souza (2003, p. 65), “A tese deve ser buscada na ideia central mais verossímil, provável, naquele que os argumentos utilizados colaboram para sua delimitação”.

Assim, a tese é um posicionamento a ser defendido, algo que resume o raciocínio a ser apresentado e que, a partir daí, constroem-se os argumentos. Segundo Souza (2003), é reforçada a ideia de que a tese é o centro da argumentação, bem como reflete os efeitos de sentido e os posicionamentos socioideológicos do orador, pois a tese e sua argumentação são construídas utilizando-se de técnicas conhecidas, que são apresentadas no tópico a seguir.

2.5 VALORES E SUAS HIERARQUIAS

Ao discutirmos as premissas da argumentação, verificamos que suas escolhas ocupam valor argumentativo na construção do raciocínio. Dentre essas premissas, estão os valores, presentes em toda e qualquer argumentação.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 84): “A existência dos valores, como objetos de acordo que possibilitam uma comunhão sobre modos particulares de agir, é vinculada à ideia de multiplicidade de grupos”.

Assim entendemos que, para que uma argumentação seja realizada exitosamente, alguns passos devem ser seguidos. Um deles é encontrar as características do auditório, que são determinados por valores. Em seguida, deve-se categorizá-las de maneira hierárquica, em ordem de interesse e importância. Assim, a união estabelecida com esses valores contribui, para que os auditórios tenham pensamentos e ações comuns, formando grupos mediante valores.

Os valores são objetos de acordo do preferível e pertencem ao auditório particular por terem presença constante nas argumentações, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 84-85), “recorre-se a eles para motivar o ouvinte a fazer certas escolhas em vez de outras e, sobretudo, para justificar estas, de modo que se tornem aceitáveis e aprovadas por outrem”.

O orador, estando com o seu auditório, precisa perceber quais valores defendem, pois o conhecimento destes o levará a uma argumentação fluente, no que diz respeito a aprovação do auditório às teses apresentadas. “Aquele que quer persuadir deve saber previamente quais são os verdadeiros valores de seu interlocutor ou do grupo que constitui o seu auditório” (ABREU, 2009, p. 79). Assim, os valores do auditório serão um atributo, dos quais o orador necessita, para obter prestígio em seu discurso, pois, conforme Reboul (2004, p. 165), os valores:

estão simultaneamente na base e no termo da argumentação. Mais ainda que os fatos, variam segundo o auditório. É certo que há valores universais, mas estes são formais, toda a sociedade admite o justo e o belo, mas com conteúdos diferentes.

Este estudo confirma as palavras do autor, pois os valores que ora discutimos constituem a base da argumentação e variam de acordo com cada auditório, como tratamos anteriormente. Mesmo existindo os valores universais, cada sujeito/orador carrega em si seus próprios valores, de acordo com a sua vivência, com o meio em que habita. Isso indica que os valores estão no campo do preferível, embora haja valores universais.

Quando nos referimos aos valores, precisamos esclarecer que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) apresentam-nos como abstratos e concretos. Assim, os autores colocam que esses valores merecem ser distinguidos no campo da argumentação. Os valores abstratos podem ser visualizados como a justiça ou a veracidade, sendo aceito por todos, ou seja, não estão presos a uma instituição particular, nem a uma pessoa, fundando-se na razão. E os valores concretos estão vinculados às pessoas, aos seres e às instituições.

Nesse sentido, as pessoas se apoiam em valores, sejam eles concretos ou abstratos, pois cada um vive em determinada cultura, que, por sua vez, carrega em seus próprios valores, que não devem ser contestados. Dessa forma, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 87) dizem que:

valor concreto é o que se vincula a um ente vivo, a um grupo determinado, a um objeto particular, quando os examinamos em sua unicidade”. Enquanto valores abstratos não levam em consideração pessoas e parecem fornecer critérios para quem quer modificar a ordem estabelecida.

Não é simples estabelecer a diferença entre valor concreto e valor abstrato. O que é concreto; em certos casos, nem sempre o é. Portanto, faz-se necessário examinar determinado valor sob seu aspecto de realidade única. O que quer dizer que um valor é concreto pode depender do público/auditório, pois o que é considerado relevante para alguns pode não ter a mesma prioridade para outros.

Desse modo, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 87), “sejam quais forem os valores dominantes, num meio cultural, a vida do espírito não pode evitar apoiar-se tanto em valores abstratos como em valores concretos”. Assim, é inevitável negar os valores que pertencem a uma comunidade de espírito em nossa sociedade.

Dessa forma, a argumentação sempre se baseia, conforme as circunstâncias, e, assim, faz uso, ora de valores abstratos ora de valores concretos. O auditório é determinante na escolha

e hierarquização, que os oradores fazem com relação aos valores, visto que os argumentos que sustentam as teses estão relacionados com os valores do auditório. Entendemos que os valores abstratos dependem do também do auditório, do momento em questão e da maneira como foram apresentados podendo ser entendidos como abstratos ou não.

Os valores são por demais importantes para definir um auditório, para que o orador conheça e saiba em quais pontos deve tocar para persuadi-lo, no entanto o auditório não tem seus valores em uma mesma escala de importância, existindo assim uma hierarquia de valores. Esta hierarquia torna-se mais importante para o orador do que mesmo os próprios valores, pois importa saber como os valores são hierarquizados pelos grupos que formam um auditório.

Sendo assim, a hierarquia de valores divide um auditório e, como nos diz Abreu (2009), “as hierarquias de valores variam de pessoa para pessoa, em função da cultura, das ideologias e da própria história pessoal”. E não têm a mesma importância. Podemos afirmar que, num processo persuasivo, a maneira como o auditório hierarquiza os seus valores chega a ser, às vezes, até mais importante do que os próprios valores em si.

Os valores vão sendo hierarquizados e essa hierarquia sofre modificações significativas a depender das mudanças ocorridas em nossas vidas. As alterações são constantes, não podemos comparar valores de momentos passados com os valores do presente. A formação, as experiências adquiridas, tudo modifica nossos pensamentos, nosso comportamento, e, assim, os valores se modificam bem como a hierarquia destes. A cada situação vivida damos prioridade a determinados valores, por isso, a necessidade de observar cuidadosamente o contexto que envolve o auditório.

Se dois grupos de pessoas possuem os mesmos valores, mas em escalas diferentes, acabam por configurar dois grupos diferentes. Devido à hierarquia de valores, podemos ter um mesmo auditório, mas por viver situações diferentes esses valores passam por alterações significativas. Desta forma, o que era prioridade em um determinado momento para aquele auditório pode não ser mais em outro momento. Reafirmamos, assim, a necessidade de que o orador tem que conhecer bem o auditório, de forma mais específica, a necessidade de conhecer a hierarquia de valores em determinado momento, pois é a hierarquia de valores que estabelece uma melhor aceitação ou não do auditório com relação à tese. A exploração das hierarquias é um campo extraordinário em um processo persuasivo. A intensidade de adesão a valores diferentes sinaliza uma escolha hierárquica.

Além dos valores concretos e abstratos, discorreremos acerca das hierarquias, que se apresentam como especial em nossa pesquisa, pois, como trabalhamos com um *corpus* cuja

temática é cultural e está representada em dissertações escolares, consideramos necessário analisar como cada aluno/articulista/orador hierarquiza seus valores.

2.6 OS LUGARES DA ARGUMENTAÇÃO

Os lugares da argumentação são premissas de ordem geral, utilizadas para reforçar a adesão a determinados valores. O nome lugares era utilizado pelos gregos, para denominar locais virtuais facilmente acessíveis, onde o orador pudesse ter argumentos à disposição, em momento de necessidade. São os seguintes os lugares da argumentação: lugar de quantidade, lugar de qualidade, lugar de ordem, lugar de essência, lugar de pessoa e lugar do existente.

Segundo Souza (2003, p. 50-51): “Os lugares usados por Perelman e Olbrechts-Tyteca têm uma finalidade de colaborar com o entendimento e domínio geral da argumentação, e de se prestar a todos os auditórios, pois são bastante gerais”. Assim, o Tratado da Argumentação, grande referência no campo da argumentação, nos apresenta seis lugares de estudo, sobre os quais trazemos a seguir as definições e ilustrações:

I - Lugares da quantidade: o lugar de quantidade é onde coisas valem mais que outras em função de razões quantitativas. Segundo os autores, um bem que serve a um número muito grande de pessoas tem mais valor do que um bem que serve apenas a um pequeno grupo. Um bem mais durável é superior a um bem menos durável, assim por diante. Um dos traços mais característicos do lugar de quantidade é a utilização de números e estatísticas.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) nos afirmam que “o lugar da quantidade, a superioridade do que é admitido pelo maior número, é que fundamentam certas concepções da razão que assimilam está ao senso comum”. Entendemos, então, que por apresentar um maior número, a pluralidade é considerada superior, pois é usada como argumento para convencer e para confirmar a tese.

II - Lugares da qualidade: O lugar de qualidade se contrapõe ao lugar de quantidade, pois contesta a virtude do número. Valoriza o único, o raro, o que tem um valor demasiado. Por se apresentar em extinção, passa a ser reconhecido de forma mais significativa. Confirmamos isso através de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), quando nos apresentam que “o único é ligado a um valor concreto: o que consideramos um valor concreto nos parece único, mas é o que nos parece único que se nos torna precioso”. A preciosidade remetida ao que nos parece único é um exemplo de lugar de qualidade, pois é justamente o que o torna diferente que se destaca na sua qualidade.

III - Lugares de ordem: o lugar de ordem afirma a superioridade do anterior sobre o posterior, das causas sobre os efeitos, dos princípios sobre as finalidades etc. O lugar de ordem é o fundamento das competições. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), “a superioridade dos princípios, das leis, sobre os fatos, sobre o concreto, que parecem ser a aplicação dos primeiros, é admitida no pensamento não-empirista. O que é causa é razão de ser dos efeitos, e por isso, lhes é superior”.

Aqui se determina o que vem primeiro e o que ocupa o segundo lugar, tudo uma questão de ordem, de superioridade por determinados motivos. Sempre será apresentado um resultado que se baseia na ordem de êxito, primeiro, segundo, terceiro, etc., tudo uma questão de requisitos alcançados para cumprir uma meta. A ordem determinada costuma ter um propósito em si, seja pela prioridade ou pela consequência de resultados.

IV - Lugares do existente: o lugar do existente dá preferência àquilo que já existe, em detrimento daquilo que não existe. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), “os lugares do existente afirmam a superioridade do que existe, do que é atual, do que é real, sobre o possível, o eventual ou o impossível”. Sendo assim, não é possível contar com uma suposição. O que ainda não existe não tem validade, sua suposição não favorece, não traz contribuições. É favorável contar com o real.

Isto significa que na elaboração de argumentos, fazendo uso dos lugares do existente, é importante darmos preferência por citar aquilo com que temos certeza de que existe, do que é possível confiar na veracidade.

V - Lugar da essência: o lugar de essência valoriza indivíduos próximos daquilo que um auditório, em determinado tempo e local, considere a particular. Para Abreu (2009), este lugar valoriza o indivíduo como representantes bem caracterizados de uma essência. Imagina-se o que mais se aproxima do melhor representante para determinado fim, com determinada essência. Aquilo que realmente traz o necessário, o que é preciso e que certamente é capaz de resolver algo, ou preencher os espaços de forma sublime, sem falhas nem restrições.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) dizem que “trata-se de uma comparação entre indivíduos concretos: assim, é que atribuímos de imediato um valor a um coelho, que apresenta todas as qualidades de um coelho; será, para nós, ‘um belo coelho’”. Compreendemos, assim, que é necessário representar da forma mais holística com o que de fato é essencial.

VI - Lugares da pessoa: o lugar de pessoa afirma a superioridade daquilo que está ligado às pessoas. Primeiro as pessoas, depois as coisas. De acordo com Perelman e Olbrechts-

Tyteca (2005), “pode ser fundamentado nos lugares da essência, da autonomia, da estabilidade, mas também na unicidade e na originalidade do que se relaciona com a personalidade humana”.

Isto significa a superioridade do que está ligado às pessoas. A pessoa em primeiro lugar, depois as coisas. Destaca-se o que há de original na pessoa, o que resulta de sua essência e o que de fato a representa.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 105) afirmam que “poder-se-ia pensar em reduzir todos os lugares aos da quantidade ou da qualidade, ou mesmo em reduzir todos os lugares aos de uma única espécie”. Sobre essa citação, conseguimos perceber ligação entre os lugares da argumentação, pois estão relacionados uns com os outros. No entanto, conservam o papel representado por cada um dos lugares.

Concluimos, sobre os estudos dos processos argumentativos, observando a função e utilidade de cada um na elaboração de um discurso, que há presença e importância da argumentação tanto em produções orais quanto em escritas.

Por fim, serão e são esses processos que consideraremos, ao analisar as produções textuais dos alunos e as respostas das entrevistas feitas aos idosos, como resultado da intervenção em aulas de Português. No que diz respeito aos estudos da Nova Retórica, a argumentação se faz presente, contribuindo consideravelmente para a qualidade das produções textuais.

2.7 LÍNGUA MATERNA E ARGUMENTAÇÃO EM PRODUÇÃO DE TEXTOS

A aprendizagem da língua é um ato de reflexão sobre a linguagem: as ações linguísticas que praticamos nas interações em que nos envolvemos demandam esta reflexão, pois compreender a fala do outro fazer-se compreender pelo outro tem a forma de diálogo: quando compreendemos o outro, fazemos corresponder à sua palavra uma série de palavras nossas; quando nos fazemos compreender pelos outros, sabemos que às nossas palavras fazem compreender uma série de palavras suas (GERALDI, 1997, p. 17).

Neste tópico, propomo-nos discutir o ensino de Língua Portuguesa, especialmente a argumentação em produção textual. Iniciamos a discussão acerca da língua materna, para compreendermos a educação como um todo, após tratarmos de apresentar a argumentação em produção textual em sala de aula.

Partindo da premissa de que o trabalho com produção textual é um dos maiores desafios nas aulas de Língua Portuguesa, entendemos que é necessário melhorar a realidade atual, pois continuar trabalhando apenas trechos de obras no livro didático e regras gramaticais não levará o aluno a pensar de maneira crítica, a ponto de usar seu conhecimento empírico e de relacionar as temáticas abordadas em seu cotidiano escolar. Nesse sentido, o nosso trabalho foi realizado através de oficinas, com uma temática cultural.

Trabalhar temáticas culturais em sala de aula, usando a produção textual, tão exigida pela escola, nas aulas de Língua Portuguesa, é um desafio sugerido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, especialmente envolvendo a argumentação pertinente, para interagir com os alunos a realidade social do município, revitalizando a cultura e trazendo novas informações inerentes para o ensino e aprendizagem. No Capítulo II, o artigo quinto das diretrizes determina que “a cultura é conceituada como o processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade” (BRASIL, 2012, p. 2). Tais diretrizes postulam que a cultura é um processo de produção, que envolve o contexto social de cada comunidade, sendo esse contexto representado por símbolos e valores que cada indivíduo carrega em si, através de suas ideologias e crenças.

O ensino de Língua Portuguesa é discutido por vários estudiosos, sobretudo, no que se refere à produção textual em nossas escolas. Promover uma discussão acerca do ensino de Língua materna se faz necessário, pois evidenciamos as mudanças ocorridas ao longo do tempo. É importante situar que inicialmente o ensino se pautava na gramática, ou seja, a escola priorizava o ensino gramatical, tendo em vista que para escrever um bom texto precisava-se ter que dominar as regras gramaticais.

Assim, vale ressaltar que muitas de nossas escolas ainda trabalham o ensino pautado na gramática normativa, sem o devido trabalho com a linguagem oral, elemento imprescindível para a comunicação interpessoal. De acordo com Geraldi (2006, p. 133), “obviamente, a teoria gramatical tradicional que embasa os estudos escolares não tem critérios muito precisos - ora os critérios são morfológicos, ora semânticos, ora sintáticos”. A gramática não é trabalhada unida ao texto, quando é proposto esse trabalho geralmente solicita-se a retirada de elementos para análise gramatical.

Considerando a existência de pressupostos teóricos sobre o ensino de língua materna em nosso estudo, para melhor fundamentá-lo, temos a abordagem acerca das concepções de linguagens e seus respectivos tipos de ensino, o que nos faz refletir sobre as mudanças ocorridas

na disciplina de Língua Portuguesa, sobre o estudo do texto e do uso da língua. Dessa forma, o estudo da linguagem em Língua Portuguesa e a maneira como é concebida vigoram a importância no processo de interação em sala de aula. De acordo com Geraldi (2006, p. 67):

Mais do que ver a linguagem como uma capacidade humana de construir sistemas simbólicos, concebe-se a linguagem como uma atividade constitutiva, cujo lócus de realização é a interação verbal. Nesta relacionam-se um eu e um tu e na relação constroem os próprios instrumentos (a língua) que lhes permitem a intercompreensão.

Assim, a linguagem é vista como a possibilidade de interação humana, assumindo um caráter social e interativo. Os autores confirmam que a interação verbal constitui a realidade da língua e se apresenta no meio social, realizada através das enunciações.

Outro fator importante é que o ensino da gramática não é desconsiderado, uma vez que não se pode anular sua importância nas aulas de Português. Isso está bem claro nas diretrizes: “[...] o homem, em suas práticas orais e escritas de interação, recorre ao sistema linguístico – com suas regras fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas e com seu léxico” (BRASIL, 2006a, p. 25). A visão defendida por elas confirma a interação do homem com suas práticas orais e escritas, sem que abandone o estudo da gramática ou que se fundamente também nele. É preciso, entretanto, ter clareza de que noção gramatical e o ensino de gramática devem ser comentados quando se propõe ensinar isso.

Em sala de aula não se estuda apenas a gramática, mas se considera a reflexão, a criticidade e a interação social, para o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos. Assim, a produção textual não apresenta um único sentido, pois no momento de escrita, os alunos apresentam o contexto social e histórico em seu texto.

É necessário que os professores de Língua Portuguesa iniciem o ensino da argumentação desde os anos iniciais, visto que a argumentação está presente em todos os gêneros do discurso. É no momento de interação e produção, que o aluno apresenta seus argumentos e defende seus pontos de vista. Sendo a argumentação mais um tipo de texto a ser desenvolvido pelos alunos, a argumentação não se resume a uma sequência ou tipo textual. A argumentação é essencial para o ser humano, pois ela está presente nos gêneros discursivos. Assim, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 20) afirmam que:

Para que uma argumentação se desenvolva, é preciso, de fato, que aqueles a quem ela se destina lhe prestem alguma atenção. A maior parte das formas de publicidade e de propaganda se preocupa, acima de

tudo, em prender o interesse de um público diferente, condição indispensável para o andamento de qualquer argumentação.

O aparecimento da argumentação está ligado à vida em sociedade, pois relacionar-se exige de cada um a habilidade de fazer uso adequado das palavras, para persuadir os outros a fazer ou concordar com as próprias ideias, empregar processos argumentativos para que possa através dos discursos serem estabelecidos acordos. Portanto, é através da argumentação que conseguimos apresentar nossos posicionamentos sobre determinados assuntos, sobretudo em sala de aula, pois a todo momento estamos defendendo pontos de vista.

Abreu (2009) diz que a argumentação é por definição “a arte de convencer e persuadir”. Fazendo a ligação do que diz o autor com a etimologia, temos que convencer e saber gerenciar informação, é construir algo no campo das ideias e persuadir é sensibilizar o outro para agir. Em outras palavras, o autor nos leva a refletir que persuasão e o convencimento parecem sinônimas nas não são, dessa forma podemos entender que pessoas são convencidas, mas não persuadidas, outras persuadidas sem estarem convencidas. Definições etimológicas são fundamentadas na origem das palavras. É preciso, contudo, prestar atenção a um fato importante, às vezes, as definições etimológicas não correspondem à realidade atual.

Os princípios da argumentação não variam por se tratar de oralidade e de escrita. Haverá sempre uma tese para ser defendida diante de um auditório a ser conhecido, para que nosso discurso alcance o objetivo desejado. Como nos diz Souza (2003, p. 51):

Portanto, quando argumentamos objetivamos convencer alguém de nossas teses, temos necessariamente, que recorrer a algum lugar da argumentação, em cujos lugares buscamos os valores e os acordos a serem estabelecidos com o possível auditório; por isso eles são conceitos centrais da Nova Retórica.

Compreendemos, com as palavras de Souza, conceitos essenciais para a argumentação. Entendemos que o auditório, a quem desejamos convencer, os valores e os acordos encontrados em algum lugar da argumentação, tudo para que nossa tese seja aceita. Assim, a argumentação é aplicada, tendo em vista uma tese, que, para ser aceita pelo auditório, se faz necessário que o orador o conheça de maneira favorável, sabendo quais são seus valores e a hierarquia de valores, para que possa construir os argumentos válidos, para conseguir o desejado, que é o convencimento do argumentado.

Ainda sobre as diversidades da antiga retórica para a nova retórica, os estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 06) trazem a Retórica antiga compreendida pela arte de falar em público de modo persuasivo. Ela encontrava-se restrita ao uso da linguagem falada, e era aplicada em discursos com a intenção de convencimento do público com relação à tese que lhes apresentava. Enquanto a Nova Retórica, como não limitada ao discurso oral e dirigido à público grande, esta preocupa-se com a importância e o papel moderno dos textos impressos. São nos escritos que a Nova Retórica encontra material para seus estudos. O que se conserva da retórica tradicional é a ideia mesma de auditório.

A argumentação é empregada para que uma tese seja aceita por um auditório específico, o qual deseja-se convencer. O que faz necessário que o orador o conheça e com suas especificidades, as quais podemos definir como seus valores, e, assim, possa construir os argumentos válidos, para conseguir persuadir acerca de sua tese. Por essa razão, durante a argumentação, é importante conhecer o auditório, visto que o seu posicionamento interfere no discurso do orador, que apresenta os argumentos. Se não houver discordância entre a tese defendida pelo orador, e no que acredita o auditório, não há necessidade de serem construídos argumentos, pois desta maneira já existe um acordo.

Ao argumentar, objetiva-se convencer alguém de uma tese, recorrendo-se a algum lugar da argumentação, em cujos lugares buscam-se os valores e os acordos a serem estabelecidos com o crível auditório. Estes termos são conceitos centrais da Nova Retórica (Souza, 2003).

2.8 GÊNEROS TEXTUAIS

Toda manifestação escrita da língua se dá por meio de textos. Eles surgem de acordo com as atividades humanas, podendo ser agrupados em gêneros textuais. O ensino de língua com base no conhecimento, compreensão, análise e produção de gêneros textuais pode tornar-se o mais próximo possível de como ela é em seu uso cotidiano. As aulas de Língua Portuguesa são mais atrativas e interativas com propostas reais de produção textual. E é preciso conhecer o auditório, os alunos, para alcançar resultados exitosos.

Considerando a importância e a necessidade de tornar o educando apto a escrever textos com qualidade, críticos, com autonomia e com o intuito de tornar o aluno capaz de se posicionar através de textos escritos diante dos desafios de seu cotidiano, aumentando sua capacidade de

compreensão de mundo e, conseqüentemente, a sua percepção em relação à elaboração de textos argumentativos, optamos por abordar, neste estudo, o texto dissertativo argumentativo.

Uma vez que uma das dificuldades que os educandos demonstram no que se refere à produção de textos se dá pela falta de conhecimento das tipologias e, a partir disso, das diferenças entre elas. Um outro problema é o desconhecimento do que seja o gênero propriamente dito e o funcionamento da argumentação em vários outros gêneros que circulam na sociedade e se fazem presentes em outras esferas de circulação de textos. O que há, comumente, é a prática de redação. Prática essa que se configura apenas como uma simulação do uso da língua, conforme ensina Benveniste:

A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso. Por isso, pressupõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a mim, torna-se o meu eco ao qual digo tu e que me diz tu (BENVENISTE, 1976, p. 286).

A respeito disso, há confirmação de que não se é possível se comunicar se não por gêneros textuais, e que há sempre um outro nessa relação entre a tríade, locutor texto e o outro. Assim, a linguagem, o discurso, assim como o texto só possível existir nessa relação de um com o outro. E na prática escolar não seria diferente, mesmo quando se produz um texto sem destinatário ou quando este é apenas o professor, conforme afirma Geraldí:

Na prática escolar, porém, o “eu” é sempre o mesmo; o “tu” é sempre o mesmo. O sujeito se anula em benefício da função que exerce. Quando o aluno produz linguisticamente, tem sua fala tão marcada pelo eu-professor-escola que sua voz não é voz que fala, mas voz que devolve, reproduz a fala do eu-professor-escola (GERALDI, 2012, p. 89).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais assumem uma concepção de linguagem, que é tida como fenômeno social, posto que nasce da necessidade de interação entre os homens, conforme afirmação a seguir:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato fisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 1999, p. 123).

Para que a interação entre os interlocutores aconteça, eles se valem de enunciados. Para Bakhtin (1992), os tipos relativamente estáveis de enunciados são chamados de gêneros

discursivos. Marcuschi (2008), refere-se aos textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Ainda de acordo com este autor:

Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas (MARCUSCHI, 2008, p. 154).

Já, segundo Machado (2005, p.157), “Os gêneros discursivos são formas comunicativas que não são adquiridas em manuais, mas sim nos processos interativos”. Sendo assim, como os gêneros são práticas discursivas necessárias para interagir na sociedade, alguns podem ser adaptados, transformados ou até mesmo criados a partir das necessidades que o homem tenha de se comunicar.

Desde a década final do século XX, documentos norteadores da educação no Brasil direcionam esse ponto de vista para um referencial teórico que extrapola o código como objeto do trabalho didático-pedagógico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as diretrizes curriculares, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) e outros documentos afins trazem objetos linguísticos – sobre os quais produzimos o conhecimento a respeito da língua e da linguagem – vinculados à língua não apenas como representação, mas sobretudo como uma “atividade interativa de natureza sociocognitiva” (MARCUSCHI, 2002a). Marcuschi esclarece bem como devemos entender a distinção entre língua e linguagem nessa perspectiva de interação humana.

Nessa perspectiva da variação dos textos em razão dos contextos em que circulam, a linguística, sobretudo aquela de orientação pragmática, tem proposto e desenvolvido a categoria discursiva de gêneros textuais, na pretensão de caracterizar as especificidades das manifestações culturais concernentes ao uso da língua e de facilitar o tratamento cognitivo desse uso, seja oral, seja escrito (ANTUNES, 2009, p. 210).

A base da classificação de gêneros textuais está, portanto, na conformidade ao contexto sociocomunicativo: é nas práticas sociais e discursivas que uma cadeia de enunciados (sentenças ou palavras) constitui ou não um texto. É situada em suas condições de produção, que uma sequência de palavras articula sentidos. Tudo porque os textos são formatados segundo as necessidades de seus objetivos e das relações sociais entre seus interlocutores. Consequentemente, diferentes gêneros vão sendo formatados de maneiras diferentes ao longo das práticas discursivas.

Os gêneros surgem de acordo com sua função na sociedade e é isto que fundamenta o conteúdo, o estilo e a forma de cada texto (LANDEIRA, 2009). São usados para as comunicações mais diversas possíveis e geram expectativas sobre a estrutura, a forma de interação com o outro, e o conteúdo que poderá apresentar. As noções de certo e errado, no uso da língua, estão, dessa maneira, associadas ao gênero textual. A cada gênero diferente corresponde um nível de formalidade diferente: alguns gêneros admitem abreviaturas, por exemplo, outros exigem tratamento formal do interlocutor; alguns permitem gírias, outros admitem a construção de sentidos apenas sobre usos já culturalmente legitimados pela norma de prestígio. De outra forma, alguns gêneros exigem usos menos formais de linguagem, seja para manter a proximidade entre os interlocutores, seja para realizar outra estratégia de eficácia textual. Assim, o professor José Luís Landeira (2009, p. 4-5) nos apresenta uma definição pertinente sobre gêneros textuais e através dela nos esclarece que:

Os gêneros são produtos da cultura de determinada sociedade. Constituídos por certos conteúdos, além de estilo e forma próprios, apresentam funções sociais específicas. Tornam-se, desse modo, modelos comunicativos que permitem a interação social. O trabalho com gêneros textuais na escola pressupõe um modo próprio de se relacionar com a linguagem e com o currículo da língua portuguesa. Significa cultivar uma atitude educacional alicerçada por sólido conhecimento da linguagem, vista como prática cotidiana, e muita vontade de fazer diferença, não apenas moda.

Partindo desse entendimento, na tentativa de melhorar o ensino da língua materna, que realizamos o trabalho com gêneros textuais. Buscando relacioná-lo com a linguagem e atentos para a função social e interativa que as expressões textual e oral desempenham na sociedade.

Assim, percebemos a necessidade de um trabalho pedagógico que priorize cada vez mais as práticas sociais de escrita, a priori, dentro do texto dissertativo argumentativo. Na tentativa de um efetivo trabalho, no que diz respeito à produção textual, existem algumas condições que são necessárias além das atividades prévias de discussões e reflexões, outro aspecto relevante é que o educando tenha uma finalidade ao escrever seus textos.

Com esta compreensão sobre gêneros textuais, trazemos para foco de nosso estudo o gênero dissertação escolar. Então, por essa razão vamos aprofundar esse conhecimento.

2.8.1 Gênero dissertação escolar

Frequentemente encontramos, nos autores e pesquisas sobre o tema, diferenças nas delimitações que levam a títulos como tipo argumentativo, expositivo e dissertativo, fazendo referência a tipologia textual. A caracterização do que seja um tipo expositivo ou argumentativo aparece mais claramente. No entanto, é frequente que o nome dissertativo seja usado para classificar um tipo que não faça a distinção entre expositivo e argumentativo (GARCEZ; CORRÊA, 2017).

De acordo com Manzoni (2007), o gênero dissertativo pode proporcionar a construção de um texto que se sustente em um aparato teórico-metodológico, para que, dessa forma, possa lançar um olhar analítico, crítico da realidade, refletindo sobre a mesma, problematizando de forma autônoma, e imprimindo-lhe sua maneira própria de observá-la. Por outro lado, pode, simplesmente, produzir um texto, acrítico, que parafraseie o senso comum, e utilize opiniões pautadas em uma ideologia bem determinada. Nas práticas escolares, é mais comum vermos o tipo dissertativo abranger tanto características do tipo expositivo quanto do argumentativo.

Esses dois caminhos, para focalizar as ideias, levam a diferentes classificações do tipo textual. Quando o texto dissertativo se dedica mais a expor ideias, a fazer com que o leitor/ouvinte tome conhecimento de informações ou interpretações dos fatos, tem caráter expositivo e podemos classificá-lo como expositivo. Quando as interpretações expostas pelo texto dissertativo vão mais além nas intenções e buscam explicitamente convencer o leitor/ouvinte sobre a validade dessas explicações, classifica-se o texto como argumentativo (COROA, 2008b, p. 121).

Do ponto de vista da sistematização no processo de ensino e aprendizagem, distinguir os dois tipos pode trazer a vantagem de tornar mais clara a necessidade, ou não, de convencer o leitor sobre uma tese, por meio de fortes articulações lógicas entre os significados no tipo argumentativo, ou de admitir apenas uma exposição de ideias e conceitos, sem necessidade de um forte convencimento no tipo expositivo.

Nas práticas sociais e culturais, o tipo expositivo é o mais indicado para informar ou para explicar relações entre processos ou acontecimentos, gêneros textuais que têm a finalidade de informar ou explicar são os que mais nele se realizam. Por isso, é um tipo muito comum nas práticas pedagógicas, seja na oralidade, seja na escrita (GARCEZ; CORRÊA, 2017).

Em contraste com o expositivo, o tipo argumentativo é organizado no encadeamento de relações lógicas. Tem claramente o objetivo de dar a conhecer alguma coisa ao leitor, informá-lo ou ensiná-lo, como também pretende o tipo expositivo, mas o tipo argumentativo busca mais:

visa a convencer o leitor sobre a verdade dos sentidos que constrói. Dessa forma, corroborando com a afirmação anterior, (MANZONI, 2007, p. 180) afirma que:

ao dissertar, o sujeito-enunciador expõe e defende ideias, devendo fazê-lo encadeando organizadamente argumentos por meio dos quais convence ou persuade o comunicador, almejando sua adesão. Para isso, é necessário que o enunciador tenha informação a respeito do tema a ser desenvolvido, tenha um razoável domínio do uso escrito da língua e capacidade para problematizar a realidade. O tema caracteriza-se, então, como a tradução pessoal a respeito de qualquer assunto e, ao problematizar a realidade, o enunciador assume o caráter ideológico de seu discurso, por meio do qual revela seu posicionamento.

Por causa desse objetivo, a articulação lógica entre as ideias usadas para a atribuição de qualidades, ou para a expressão de opinião, é fundamental. Nele, os fenômenos, conceitos ou ideias são chamados de tese e argumentos. E uma tese sustenta-se como verdadeira quando apoiada em argumentos que permitem uma continuidade de sentidos que não admitem contestação válida. Por articular os sentidos em uma rede de ações linguísticas de convencimento, é o tipo que predomina em textos que têm como objetivo provocar o leitor para um posicionamento a respeito de algum ponto de vista, como em editoriais de jornais e revistas e, principalmente, em textos publicitários que pretendem “vender” uma ideia, serviço ou produto (GARCEZ; CORRÊA, 2017). Assim, da mesma forma que os demais tipos textuais aparecem relacionados na realização de cada texto, o tipo argumentativo se vale, especialmente, da contribuição dos demais tipos textuais para se organizar.

Para que seja possível um desenvolvimento coerente da argumentação, é necessário que a escolha do ponto de partida seja respeitada ao longo da organização textual. As relações lógicas de argumentação têm compromisso não apenas com a retomada da ideia que foi introduzida como tese: também a inserção de novos referentes deve ser motivada. Referentes que apenas se ligam ao texto, sem assumir funções relevantes na argumentação, criam o risco de apontar para outras direções argumentativas e fraturar a coerência necessária à comprovação da tese. O elemento norteador encontra-se nos sentidos globais do texto. Esses sentidos, por sua vez, inter-relacionam-se com a veiculação social do texto (GARCEZ; CORRÊA, 2017).

O controle das informações, originadas no campo do autor e lançadas em forma de marcas de produção de sentidos para o leitor, é o compromisso que a tese assume em um texto dissertativo argumentativo.

Saindo do campo da tipologia textual e entrando na subdivisão gêneros, vamos tratar aqui, especificamente, do gênero textual dissertação escolar. O gênero que discute assuntos socialmente relevantes e costuma ser cobrado em provas como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme (GARCEZ; CORRÊA, 2017).

Entendemos que esse gênero requer textos que têm a finalidade de promover uma reflexão a respeito de um assunto, sendo o segundo com vistas à persuasão.

Este gênero textual é reconhecido por ter uma estrutura bastante rígida, dividida em três partes fundamentais: introdução, argumentação e conclusão. A dissertação é redigida em prosa, ou seja, estruturada por períodos e parágrafos, diferentemente de um poema ou de uma música, por exemplo, os quais são estruturados em versos e estrofes. O objetivo da dissertação é informar o leitor a respeito de um assunto, expor dados, pesquisas e a opinião de profissionais que possam esclarecer os leitores sobre o tema na sociedade. Isso significa que não há opinião pessoal do autor, mas, sim, elementos que possam contribuir para que o leitor reflita criticamente e formule seus pontos de vista (GARCEZ; CORRÊA, 2017).

Em contra ponto à ideia anterior, (MANZONI, 2007, p. 183) faz uma crítica a produção de textos dissertativos nas escolas brasileiras ao afirmar que:

a Escola leva o Aluno a adquirir um saber produzir textos dissertativos por meio de uma prática de categorias que se tematizam como parafrasear o jádito, decodificar, resumir, respondendo a coerções no modo de dizer já consolidado pelo ensino escolar. Assim, o modo de organização das estruturas do texto dissertativo escolar reflete a condição de um sujeito produtor de textos constituído pela escola ao longo dos anos escolares, uma escola que não permite ao sujeito aluno a conjunção com saberes que o leve a se tornar um sujeito analista de fato.

No entanto, é relevante ressaltar que o autor da dissertação deve ter condições de analisar o eixo temático, expondo pontos positivos e negativos a respeito do assunto para que, assim, mas não só pela via da afirmação ou pela via negação, se constrói uma argumentação eficaz. É necessário selecionar informações, fatos, opiniões e argumentos **em defesa de uma tese central** em torno do tema.

A tese é a opinião geral do autor a respeito do tema. Geralmente, ela é construída a partir de **relações de causas e consequências** que envolvem o tema. Ao longo do texto, o autor expõe as informações e seus pontos de vista com o **objetivo** de sustentar a sua tese inicial e persuadir o leitor. **Tanto a tese quanto os pontos de vista do autor** a respeito das informações inseridas no texto devem ser claros e objetivos (Garcez e Corrêa, 2017). “Assim, a esfera de

sentido do gênero dissertativo escolar é, geralmente, a exposição e a defesa de um ponto de vista; manifestação da opinião do enunciador e a discussão organizada de acontecimentos do mundo” (MANZONI, 2007, p. 180).

Assim, concluímos sobre o gênero textual dissertação escolar que para o autor ter condições de convencer o leitor a acatar o seu ponto de vista, ele deve **selecionar, organizar e relacionar argumentos consistentes**, ou seja, aqueles que podem ser comprovados a partir de informações verídicas: pesquisas, reportagens e mobilização de outras vozes de autoridade no texto para concordar ou refutar suas ideias, como pesquisadores, filósofos, estudiosos, sociólogos, profissionais da área etc.

3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Neste capítulo, separamos o percurso metodológico da pesquisa, destacamos a caracterização da pesquisa, do universo de estudo e da amostra. Também traz o levantamento histórico da nossa pesquisa, como a origem dos municípios de Portalegre e Viçosa e sua relação com a cultura indígena. Histórias sobre as fugas e resistência nas comunidades quilombolas Portalegre e Viçosa, a história dos massacres dos índios Tapuias Paiacus. O legado e os reflexos da cultura negra e indígena nos municípios de Portalegre e Viçosa nos dias atuais. Apresentamos o resultado das entrevistas realizadas nos municípios de Portalegre e Viçosa com idosos. E, por fim, a intervenção realizada em sala de aula com alunos dos 8º e 9º anos da Escola 29 de Maio, do município de Portalegre, assim como o detalhamento de cada oficina realizada.

3.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

Pesquisa de intervenção de abordagem qualitativa, realizada com a produção textual de alunos, em sala de aula, durante o projeto de intervenção. A partir da aplicação de oficinas, trabalhamos um conto, documentários, realizamos rodas de conversas, apresentamos o gênero textual dissertativo-argumentativo e expomos os relatos e entrevistas com idosos dos municípios de Portalegre e Viçosa. Também consideramos como pesquisa itinerante em campo, nos componentes curriculares, experiências e aprendizados, além das participações em eventos relacionados à temática da pesquisa, apresentando comunicações, sendo expositora em mesas redondas, assim como participação em organização de eventos escolares e semanas pedagógicas.

Uma busca de diálogos, partindo de um filosofar criticamente autêntico, que procura a emancipação dos horizontes holísticos da educação, onde o processo aconteça com um ensino contextualizado e adequado ao período histórico social e cultural do educando. Criação em conjunto, onde se educa na medida em que se aprende, escutam-se as vozes de todos os envolvidos – pedagogia do acontecer de Paulo Freire.

Assim, faz-se necessário pensar em um trabalho cuja educação atue valorizando e ensinando a história contada desde os sujeitos que a vivenciam, não uma história como está presente em muitos livros didáticos, que fala da escravatura e suas mazelas, mas do conhecimento vasto do negro africano, das suas singularidades e riquezas. Estimular uma educação que pensa e promove as relações étnico-raciais, educação que almeja e busca um pensar em comunidade, de forma contextualizada e justa, que valoriza e respeita as singularidades e diversidades culturais e as pessoas que constituem tal comunidade, sociedade.

O ensino de produção textual tem lugar garantido nas aulas de Língua Portuguesa, no entanto não é sempre que é realizado da melhor forma possível, ou que as orientações indicadas são eficazes para uma aprendizagem adequada e válida para os aprendizes. É importante o ensino de produção textual, porém mais importante que o ensino são as estratégias e condições para que os alunos aprendam e escrevam. Conhecer o gênero, seus objetivos, saber para que e para quem produzi-lo. Ampliar sempre os conhecimentos do aluno de forma que ele tenha a capacidade de interagir. Para evitar problemas na produção de textos precisamos repensar a forma de sua apresentação aos alunos. É necessário que o aluno vivencie situações diversas de comunicação e interação por meio das variadas possibilidades permitidas através dos textos lidos e produzidos.

O ensino de produção de texto, envolve quesitos importantes para a formação do aluno além do conhecimento sobre o assunto abordado. Permite compreender e valorizar o processo, os caminhos trilhados pelo aluno para chegar ao produto que é o texto. A valorização dada ao processo para realizar a produção final traz à tona pontos muito importantes que mostram a maturidade e capacidade de interação do aluno. O contato com as diversidades de gêneros textuais e as mais variadas situações de comunicação e produção textual faz com que o aluno compreenda que as aulas de língua portuguesa são úteis para sua formação no contexto de seu cotidiano.

O ensino da nossa língua materna deve ir além de uma exposição solta de regras gramaticais. Dessa forma, as aulas de Língua Portuguesa precisam oportunizar ao aluno o contato com situações de comunicação diversas e permitir que eles percebam que para cada situação devemos fazer reflexões e posicionamentos.

3.2 OS SUJEITOS E O UNIVERSO DA PESQUISA

Apresenta-se como universo desta pesquisa o contexto espacial e histórico de dois municípios do Estado do Rio Grande do Norte: Portalegre e Viçosa. Territorialmente, esses espaços fazem parte do contexto histórico no qual ocorreu o massacre de índios denominados Tapuias Paiacus, povos que habitavam a região do na época da colonização, espaço da antiga Ribeira do Apodi. Na época das expedições europeias foram berços da ocupação, tanto dos colonos como de aldeamentos indígenas (FREITAS, 2018).

Considerando essas informações, percebe-se que os universos geográfico e histórico, que situam o objeto de pesquisa, constituem-se de municípios que territorialmente se localizam

no espaço da antiga Ribeira do Apodi. Viçosa e Portalegre são, especificamente, dois territórios que, na época das expedições europeias, são berços da ocupação, tanto dos colonos como de aldeamentos indígenas, municípios situados na região do médio e alto Oeste.

Os sujeitos da pesquisa estão em processos formativos, são alunos dos 8º e 9º anos, do Ensino Fundamental, da Escola Estadual 29 de Março, localizada na cidade de Portalegre/RN. Uma amostra de 29 alunos contemplados com a intervenção, quatorze do oitavo ano, e quinze alunos do nono ano. Todos adolescentes, com uma faixa etária que varia entre treze e quinze anos, habitantes do município de Portalegre/RN, oriundos da área urbana e rural dessa cidade e da cidade de Viçosa. A grande maioria dos alunos pertence à área rural, eles advêm do sítio Pêga, onde residem remanescentes de quilombolas.

A temática é sobre a História e culturas indígena e quilombola-afro-brasileira ganhará capítulo próprio na estrutura da dissertação. Todos encantados pelo mundo virtual que os cerca e muitas vezes deixando de observar e conhecer suas raízes, suas histórias, o local onde vive. “Pela linguagem os homens e as mulheres se comunicam, tem acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, participam ou constroem visões de mundo, produzem cultura” (BRASIL, 2001, p. 19).

A Escola Estadual 29 de Março, na qual funciona o Ensino Fundamental I e II, os alunos chegam muito ativos, inquietos, necessitados de algo que os motivem e despertem o interesse de cada um para as aulas. A diversidade é visível, nas condições sociais, comportamentos, estrutura familiar e objetivos a serem alcançados por cada um. Este fato também nos motivou a realização desse trabalho com as referidas turmas. O universo de estudo também diz respeito às memórias contadas por pessoas idosas dos municípios de Portalegre e Viçosa/RN, coletadas através de entrevistas realizadas pelo pesquisador desse trabalho.

A temática desenvolvida, por incluir aspectos étnicos da história de um povo que originalmente faz parte da formação cultural e social de uma região, uma vez que já se sabe que há componentes vivos dessa etnia, é trabalhada na intervenção atentando para a ideia de reunir conhecimentos que possam situar os sujeitos/alunos como coparticipantes do desenvolvimento dessa sociedade, compreendendo o lado do oprimido, reconhecendo as circunstâncias em que os índios viviam no momento da colonização em relação à superioridade civilizatória vivenciada pelos colonizadores europeus.

Imprime-se a ideia de estimular os alunos a refletirem sobre sua própria condição, entendendo a necessidade de se reconhecer, enquanto ser, que pode transformar-se e transformar a história. Por isso, as bases didáticas do projeto de intervenção estão situadas nas ideias

pedagógicas de Paulo Freire em três obras: *Pedagogia do Oprimido* (1987), *Pedagogia da Autonomia* (1996) e *Educação como Prática de Liberdade* (1999), nas quais trata de defender um processo de ensino aprendizagem pautado no diálogo do aluno com a sua história, sua realidade e sua cultura para poder adquirir sua emancipação.

Dessa forma, compreende-se, assim como Freire (1999), que estas temáticas inseridas no contexto da prática pedagógica do ensino de Português, de forma interdisciplinar, remetem à ideia de que é preciso refletir sobre a existência e a vida, uma vez que viver é mais do que estar no mundo. É preciso entender que a história e a cultura se constroem pelo diálogo do sujeito com o exterior, com a sua evolução histórico-social, transcendendo-se e recriando-se para poder se integrar às condições do contexto em que vive. Vivencia-se com esta temática, uma intervenção com os aspectos de uma tendência pedagógica que trabalha.

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é a prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens (FREIRE, 1999, p. 81).

Entende-se assim que, ao trabalhar na escola, com a concepção de educação para liberdade, pode-se permitir as condições para que os alunos, enquanto seres humanos possam pronunciar o mundo, recriá-lo e voltar a pronunciá-lo de tal forma que nele se reencontrem e se reconstruam sob novas perspectivas e desafios. Para Freire (1999), é por meio das respostas aos desafios da reconstrução de si próprio que o ser humano se lança no domínio de refazer a sua história e a sua cultura.

Por isso, lança-se o desafio à escola e aos alunos de fazer uma reflexão acerca de fatos históricos desencadeadores de conceitos e preconceitos, presentes no seio da sociedade como herdeiros étnico culturais, e que estes possam se reconhecer dentro do processo de construção social.

Incluir a temática relacionada aos povos originários de muitos dos aspectos culturais e sociais, significa oportunizar os alunos a não somente conhecerem a história, mas se sentirem coparticipantes do processo de recriação cultural e social que se anseia para se ter uma história mais completa.

3.3 OBJETOS DE ESTUDO

3.3.1 Os municípios de Portalegre e Viçosa

Portalegre é um município brasileiro, localizado no interior do estado do Rio Grande do Norte, na região do Alto Oeste Potiguar, e pertence à mesorregião do Oeste Potiguar. A uma grande distância a oeste da capital do estado, Natal. Dista 372 quilômetros (km) de Natal e 2148 km de Brasília, capital federal. Ocupa uma área de 110,054 km² e se limita a norte com Riacho da Cruz, Tabuleiro Grande e Viçosa; a sul com Francisco Dantas e Serrinha dos Pintos; a leste com Martins e Viçosa e a oeste com Francisco Dantas. A população de Portalegre no censo demográfico de 2010 era de 7 320 habitantes, com uma taxa média de crescimento de 0,82% ao ano em relação ao censo de 2000, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017).

IMAGEM 5 - Casa da cultura Palácio das Louceiras, Viçosa/RN



Fonte: Arquivo de Pedro Alcântara (2019).

O relevo do município, com altitudes variando entre 400 e 800 metros, é constituído principalmente pelo Planalto da Borborema, formado por terrenos rochosos antigos

provenientes do período Pré-Cambriano, além da depressão sertaneja, que compreende uma série de terrenos de menor altitude, de transição entre o Planalto da Borborema e a Chapada do Apodi, conforme dados do IBGE (2017).

O primeiro prefeito constitucional de Portalegre foi Antônio do Rêgo Filho, eleito em 1928 e empossado em 1929 e o atual é Manoel de Freitas Neto, do Partido Progressista (PP), eleito em 2012 e reeleito em 2016 com 2971 votos, o equivalente a 58,25% dos votos válidos, tendo como vice Ecimar Pereira Carlos, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O poder legislativo é exercido pela Câmara Municipal, formada por nove vereadores. Cabe à casa elaborar e votar leis fundamentais à administração e ao executivo, especialmente o orçamento municipal, conhecido como Lei de Diretrizes Orçamentárias (IBGE, 2017).

IMAGEM 6 - Pórtico “Maria Suassuna de Alencar”, Viçosa/RN



Fonte: Arquivo de Pedro Alcântara (2019).

Existem também alguns conselhos municipais em atividade: alimentação escolar, assistência social, direito da criança e do adolescente, educação, FUNDEB, saúde e turismo. Portalegre se rege por sua lei orgânica, promulgada em 30 de março de 1990, e é sede de uma comarca de primeira entrância, do poder judiciário estadual, cujos termos são Riacho da Cruz, Taboleiro Grande e Viçosa. O município pertence à 63ª zona eleitoral do Rio Grande do Norte

e possuía, em dezembro de 2016, 6 389 eleitores, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o que representa 0,266% do eleitorado potiguar. O relevo do município, com altitudes variando entre 400 e 800 metros, é constituído principalmente pelo Planalto da Borborema, formado por terrenos rochosos antigos provenientes do período Pré-Cambriano, além da Depressão Sertaneja, que compreende uma série de terrenos de menor altitude, de transição entre o Planalto da Borborema e a Chapada do Apodi (IBGE, 2017).

O primeiro prefeito constitucional de Portalegre foi Antônio do Rêgo Filho, eleito em 1928 e empossado em 1929 e o atual é Manoel de Freitas Neto, do Partido Progressista (PP), eleito em 2012 e reeleito em 2016 com 2971 votos, o equivalente a 58,25% dos votos válidos, tendo como vice Ecimar Pereira Carlos, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O poder legislativo é exercido pela Câmara Municipal, formada por nove vereadores. Cabe à casa elaborar e votar leis fundamentais à administração e ao executivo, especialmente o orçamento municipal, Lei de Diretrizes Orçamentárias, segundo dados do IBGE (2017) e CEPEJUL (1999).

A maioria dos estudantes de Portalegre frequenta o Ensino Fundamental. De acordo com o IBGE, no ano de 2003, foram matriculados 278 alunos no Ensino Pré-Escolar; 1.491 no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, 364 alunos. Conforme a Secretaria Municipal de Educação, há sete escolas de Ensino Fundamental na zona rural e duas escolas de Ensino Fundamental na zona urbana. Dentre as escolas da Zona Rural, está a Escola Municipal Alfredo Silvério, no Sítio Baixa Grande; a Escola Municipal Manoel Joaquim de Sá, no Sítio Bonsucesso; e a Escola Municipal Elvira Gomes de Moura, no Sítio Genipapeiro, de acordo com o IBGE (2017).

A população conta com um hospital-maternidade na cidade, além de um centro de saúde. Na zona rural, são seis Unidades Básicas de saúde, sendo oferecidos, médicos, enfermeiras, dentistas, auxiliares de enfermagem e outros profissionais de saúde (IBGE, 2017).

Portalegre tem grande influência sobre o turismo na zona serrana potiguar. Com temperatura média de 20 °C, a cidade dá um belo convite para conhecermos as suas belezas naturais e desfrutar de um clima fresco e agradável. Entre os pontos turísticos de Portalegre existem o: Terminal Turístico da Bica; Cachoeira do Pinga; Mirante Boa Vista; Mirante Recanto Alto da Serra; Pôr do Sol na Ponta da Serra no Sítio Belo Monte; Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição; Trilha Ecológica das Torres e Sítio Arqueológico Pedra do Letreiro; Engenhos artesanais de produção de farinha; Comunidades remanescentes de quilombolas: Pêga, Arrojado, Engenho Novo e Sobrado (IBGE, 2017).

A história da região onde Portalegre situa-se mescla a influência entre os nativos das terras, os índios Paiacu, Tarairiu, portugueses e a expansão da carne do charque. No final do Século XVII foi registrado o surgimento de Portalegre através do avanço de currais de gado, durante o ciclo econômico da carne do charque, que se estendiam até a várzea do rio Açu/Apodi. O Capitão-mor Manoel Nogueira Ferreira ergueu a primeira fazenda do município pela necessidade de procurar paz e tranquilidade, subindo então para a serra. A terra foi demarcada com uma tora de madeira (dormentes), conforme Cavalcante e Dias (2010).

Daí o primeiro nome da vila foi considerado Serra dos Dormentes. No ano de 1740 a vila teve seus fundadores, os irmãos portugueses Clemente Gomes d'Amorim e Carlos Vidal Borromeu, casado com Margarida de Freitas, filha do Capitão-mor Manoel Ferreira. Em 1752, Dona Margarida de Freitas adoeceu. Ela e seu marido fizeram votos de cura a Nossa Senhora de Santana, construindo uma capela em homenagem à santa pela graça alcançada. O segundo nome de Portalegre veio através dessa devoção, passando a se chamar Serra de Santana, de acordo com Cavalcante e Dias (2010).

Depois do abandono das terras devido a morte famílias fundadoras, as estiagens, conflitos entre posseiros e as revoltas indígenas, os irmãos portugueses receberam do governo as concessões da terra, já faziam benfeitorias e, como não havia Títulos ou Cartas de Doação, o Capitão-mor Francisco Martins arrendava as terras pertencentes a Portugal. Por isso, a mudança do nome para Serra do Regente (da Regência), segundo (CAVALCANTE; DIAS, 2010).

No dia 12 de junho de 1761, a pedido do governador de Pernambuco, o juiz de Recife, Dr. Miguel Caldas Caldeira de Pina Castelo Branco, foi enviado à vila para demarcar a terra para os índios Paiacu que viviam na ribeira do Apodi. Em 1762, os Paiacu, aldeados na Missão Paiacu (hoje Pacajus/Ceará) vieram acrescentar-se comunidade indígena. Este fato causou conflitos entre os índios e os moradores da vila, de acordo com (CAVALCANTE; DIAS, 2010).

A presença dos índios está registrada no documento datado de 3 de novembro de 1825, que fala da prisão e fuzilamento dos índios na vila de Portalegre. Os índios Luíza Cantofa e João do Pêga, incentivadores da revolta indígena contra os moradores da vila, conseguiram escapar. Mais tarde, quando dormia a sesta debaixo de frondoso cajueiro, Cantofa foi despertada pelo povo, abriu um pequeno oratório e começou a rezar o ofício à Nossa Senhora. Quando um dos brancos cravou em seu peito um punhal, a velha Cantofa caiu lavada de sangue, sua neta Jandy caiu também, desmaiada a seus pés. Os brancos se retiraram sem ferir à Jandy. No dia seguinte a índia Cantofa foi sepultada no mesmo lugar de sua morte, nas proximidades da Fonte

da Bica. Segundo os antigos, por muito tempo tal lugar foi considerado assombrado. Não se soube mais do paradeiro de Jandy, consoante (FREITAS, 2018).

A fundação oficial da vila de Portalegre ocorreu em 8 de dezembro do 1761, em virtude da Carta-Régia de 1755 e Alvará-Régio, também de 1755. Segundo Luís da Câmara Cascudo, Portalegre foi a terceira vila a ser fundada no Rio Grande do Norte, sendo antecédida de Nova Extremoz do Norte (região que atualmente pertence a Ceará-Mirim), e da vila Nova Arês. Portalegre foi destaque na Revolução de 1817, lutando contra o poder imperial. Por esse motivo, é considerada a capital revolucionária do Oeste Potiguar, de acordo com (CAVALCANTE; DIAS, 2010).

Viçosa é um município brasileiro do interior do estado do Rio Grande do Norte. De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população era de 1.722 habitantes em 2016, sendo o município menos populoso do estado. Área territorial de 38 km², segundo dados do IBGE (2017).

A história de Viçosa se inicia no século XIX, a partir de 1841, com a fundação de uma fazenda de criação de gado às margens do riacho Forquilha, nas proximidades da serra homônima. Mas o povoamento da localidade se consolidou somente a partir do século XX, com a chegada de agricultores. A partir de então, o povoado de Viçosa desenvolve-se lenta e gradualmente, com economia baseada na agropecuária, segundo (CAVALCANTE; DIAS, 2010).

IMAGEM 7 - Auditório Cantofa e Jandi, Casa de Câmara e Cadeia, Portalegre/RN



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Em 28 de dezembro de 1963, Viçosa deixa de ser povoado e se torna um novo município do Rio Grande do Norte, desmembrado de Portalegre, através da lei estadual nº 3 045, sancionada pelo governador Aluísio Alves. A instalação do município aconteceu em 9 de janeiro de 1964 com a posse do primeiro prefeito, Silvestre Gomes Pinto. Desde então, o município é constituído apenas pelo distrito-sede, segundo (CAVALCANTE; DIAS, 2010).

Uma das versões acerca da etimologia do nome do município afirma que o nome “Viçosa” foi dado pelo juiz de direito de Olinda, em Pernambuco, Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, que, subindo a serra de Portalegre, sentiu-se encantado com as paisagens locais e afirmou: “Outra Viçosa”, em alusão à vila portuguesa homônima, residência dos Duques de Bragança (CAVALCANTE; DIAS, 2010).

De acordo com a divisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística vigente desde 2017, Viçosa pertence à região geográfica imediata de Pau dos Ferros, dentro da região geográfica intermediária de Mossoró. Até então, com a vigência das divisões em mesorregiões e microrregiões, o município fazia parte da microrregião de Pau dos Ferros, que por sua vez estava incluída na mesorregião do Oeste Potiguar.

Viçosa está distante 373 km de Natal, capital estadual, e 1 961 km de Brasília, capital federal. Ocupa uma área de 37,905 km², o quarto menor município potiguar em tamanho territorial, e se limita a norte com Riacho da Cruz; a sul com Martins e Portalegre; a leste com Umarizal e a oeste novamente Portalegre (IBGE, 2017).

O relevo do município, com altitudes predominando entre 200 e 400 metros, é constituído pela Depressão Sertaneja, que compreende uma série de terrenos de transição entre o Planalto da Borborema e a Chapada do Apodi. Viçosa está situado em área de abrangência de rochas metamórficas da Formação Serra de Martins, bem como da Formação Jucurutu. Predomina o solo podzólico vermelho amarelo equivalente eutrófico, típico das áreas de relevo ondulado, com alto grau de drenagem e fertilidade e textura média (IBGE, 2017).

A formação vegetal mais comum é a caatinga hiperxerófila, de pequeno porte, sem folhas na estação seca. Todo o município está situado na bacia hidrográfica do Rio Apodi/Mossoró, sendo cortado pelos riachos são dos Dormentes e da Forquilha. Viçosa possui clima semiárido quente com temperatura média anual em torno de 27 °C e chuvas concentradas entre fevereiro e maio (IBGE, 2017).

O relevo do município, com altitudes predominando entre 200 e 400 metros, é constituído pela Depressão Sertaneja, que compreende uma série de terrenos de transição entre o Planalto da Borborema e a Chapada do Apodi. Viçosa está situado em área de abrangência de rochas metamórficas da Formação Serra de Martins, bem como da Formação Jucurutu. Predomina o solo podzólico vermelho amarelo equivalente eutrófico, típico das áreas de relevo ondulado, com alto grau de drenagem e fertilidade e textura média (IBGE, 2017).

A formação vegetal mais comum é a caatinga hiperxerófila, de pequeno porte, sem folhas na estação seca. Todo o município está situado na bacia hidrográfica do Rio Apodi/Mossoró, sendo cortado pelos riachos são dos Dormentes e da Forquilha. Viçosa possui clima semiárido quente com temperatura média anual em torno de 27 °C e chuvas concentradas entre fevereiro e maio (IBGE, 2017).

A população de Viçosa no censo demográfico de 2010 era de 1 618 habitantes, sendo o município menos populoso do Rio Grande do Norte, o único do estado com menos de dois mil habitantes, apresentando uma densidade populacional de 42,69 km².^[20] Desse total, 1 541 habitantes viviam na zona urbana (95,24%) e 77 na zona rural (4,76%) (IBGE, 2017).

Conforme a divisão oficial da Igreja Católica no Brasil, o município está inserido na Diocese de Mossoró, Zonal do Alto Oeste, e pertence à paróquia de Nossa Senhora da Conceição, com sede em Portalegre (que também abrange os municípios de Francisco Dantas, Riacho da Cruz, São Francisco do Oeste e Taboleiro Grande), possuindo apenas uma capela, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, padroeira municipal. No censo de 2010 o catolicismo romano era a religião da maioria da população, com 1 367 seguidores, equivalente a 84,48%

dos habitantes. Viçosa também possui alguns credos protestantes ou reformados (BULCÃO, 2014, p. 110).

O poder executivo do município de Viçosa é exercido pelo prefeito, auxiliado pelo seu gabinete de secretários. O primeiro prefeito constitucional de Viçosa foi Silvestre Gomes Pinto, empossado em 9 de janeiro de 1964, data de instalação do município, e o atual é Antônio Gomes de Amorim, do Partido Progressista, eleito em 1996 e reeleito em 2000, sendo novamente eleito nas eleições municipais de 2012 e reeleito em 2016, tendo como vice Maria Rodrigues Pinto (PP). O poder legislativo é exercido pela Câmara Municipal, formada por nove vereadores. Cabe à casa elaborar e votar leis fundamentais à administração e ao executivo, especialmente o orçamento municipal (conhecido como Lei de Diretrizes Orçamentárias), segundo dados do (IBGE, 2017).

Em complementação ao processo legislativo e ao trabalho das secretarias, existem alguns conselhos municipais em atividade: alimentação escolar, assistência social, direito da criança e do adolescente, educação, FUNDEB, idoso e saúde. Viçosa se rege por sua lei orgânica, promulgada em 1990, e é um dos termos judiciários da comarca de Portalegre (sendo os outros dois Riacho da Cruz e Taboleiro Grande), de primeira entrância. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o município pertence à 63ª zona eleitoral do Rio Grande do Norte e possuía, em novembro de 2016, 1 833 eleitores, mais do que a população municipal, representando 0,076% do eleitorado potiguar (IBGE, 2017).

O serviço de abastecimento de água de Viçosa é feito pela Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN). O fornecimento de energia elétrica é realizado pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN), com voltagem de 220 volts (IBGE, 2017).

A rede de saúde de Viçosa dispunha, em 2009, de dois estabelecimentos, ambos públicos, municipais e prestando atendimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), com 23 leitos para internação, entre os quais o Hospital Municipal Maternidade Silvestre Gomes Pinto, que conta com serviços de atendimento ambulatorial, internação e SADT (Serviço Auxiliar de Diagnóstico e Terapia), além de leitos nas especialidades de cirurgia geral, clínica geral, obstetrícia clínica e pediatria clínica. Viçosa pertence à VI Unidade Regional de Saúde Pública do Rio Grande do Norte (URSAP/RN), com sede em Pau dos Ferros (IBGE, 2017).

Em 2012, Viçosa possuía uma rede de uma escola de ensino fundamental (com dezesseis docentes), uma do pré-escolar (dois docentes) e uma de ensino médio (quatro docentes), com 364 alunos matriculados (IBGE, 2017).

IMAGEM 8 - Cemitério dos índios, Viçosa/RN



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

A Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer é o órgão da prefeitura responsável pela área cultural do município de Viçosa, cabendo a ela a organização de atividades e projetos culturais, além dos setores esportivo e turístico. O município possui dois feriados municipais, definidos pela lei municipal nº 188, de 15 de setembro de 2014, sendo eles os dias 26 de setembro, dia da padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, e 28 de dezembro, data da emancipação política (IBGE, 2017).

Viçosa possui ainda alguns atrativos turísticos; são eles: a Casa de Cultura Popular Palácio das Louceiras; o Complexo Poliesportivo Dra. Julieta Dantas; a Gruta de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; as nascentes do Olho-d'água; o Pórtico Municipal; as praças Antônio Gomes da Silva, de Eventos e Manoel Forte Sobrinho e o Riacho dos Dormentes. E ainda o cemitério dos índios, onde foram fuzilados 70 índios ao pé da serra entre Viçosa e Portalegre/RN.

3.4 TEMÁTICA DO OBJETO DE ESTUDO: AS HISTÓRIAS DOS MUNICÍPIOS DE PORTALEGRE E VIÇOSA E SUA RELAÇÃO COM A CULTURA INDÍGENA E QUILOMBOLA

3.4.1 Histórias sobre as fugas e resistência nas comunidades quilombolas, de Portalegre e Viçosa

História de Portalegre

A partir do processo de colonização portuguesa. No Brasil colonial os núcleos populacionais e povoações diversas estavam sempre localizados nas proximidades de águas, principalmente dos rios. Assim sendo, a concepção de divisão regional que perdurou até, pelo menos, o início do século XIX foram às ribeiras. Já na segunda metade do século XVIII a Capitania do Rio Grande contava com diversas divisões regionais ribeirinhas; as ribeiras do Potengi, do Assu, do Seridó e do Apodi. A Serra dos Cabeços do Podi – futura Serra de Portalegre, também estava situada na Ribeira do Apodi (FREITAS, 2018).

Os topônimos atribuídos a serra, antes de ela passar a se chamar serra de Portalegre quando foi fundada a vila, também será objeto dessa discussão. A documentação, até pelo menos 1715, traz a designação de cabeços do Apodi ou Podi para a futura serra de Portalegre. Essa foi à primeira nomenclatura que recebeu a localidade que mais tarde se chamaria Serra de Portalegre. A segunda nomenclatura foi de Serra dos Dormentes: Nas primeiras décadas do século XVIII, Manuel Nogueira já havia desbravado as terras serranas e “desejando obter uma concessão de terra nos Cabeços do Pody, fincou naquela serra, entre dois olhos de água corrente, um toro de madeira lavrada 13n as quatro faces”. Cascudo acredita que a intenção de Manuel Nogueira era “firmar posse simbólica na região que percorria” e fincou não só um, mas dois ou mais toros 14d e madeira. Esses toros de madeira foram chamados de “dormentes” (FREITAS, 2018; CAVALCANTE; DIAS, 2010).

A terceira foi, Serra de Sant’Ana. A denominação de Serra de Sant’Ana, segundo Nonato Motta, teria sua origem a partir de Margarida de Freitas ou Margarida de Oliveira Nogueira, que em função de uma ‘doença’, no início da década de 1750, e pelo seu completo restabelecimento, teria feito votos a Nossa Senhora de Sant’Anna, prometendo construir uma capela com uma imagem da santa. Nesse sentido, podemos inferir que Margarida de Freitas havia se recuperado e cumprido a promessa, erguendo a Capela e comprando a imagem de

Sant'Anna, o que explicaria, possivelmente, a terceira nomenclatura que recebeu a futura Serra de Portalegre, o que pode ser verificado na carta de doação (FREITAS, 2018; CAVALCANTE; DIAS, 2010).

A quarta foi Serra do Regente e as Pedras do Rei. Há afirmações que mesmo depois do restabelecimento de Margarida de Freitas e depois da serra passar a ser chamada de Serra de Sant'Ana, as terras teriam ficado devolutas, já que “por não terem os concessionários demarcado as terras no prazo marcado pela lei, passaram as terras devolutas (matas) ao reguengo, sendo administradas ou regidas pelo Capitão-Mor e Governador do Rio Grande do Norte, ficando então conhecida por Serra do Regente” (FREITAS, 2018).

A primeira Pedra do R encontrada nas encostas da serra na localidade rural denominada Sítio Bonsucesso, encontra-se em terras particulares, no entanto, bem conservada e guardada pela própria mata que a cerca (CAVALCANTE; DIAS, 2010).

Em 8 de dezembro de 1761, com as terras demarcadas, se erigiu a Vila de Portalegre, e o Juiz de Fora seguiu o ritual legal de criação, convocando a população por edital, publicando as leis que a amparavam e estabelecendo o Pelourinho no dia marcado, conforme o Termo assentado pelo Escrivão Francisco Xavier Gayo, apud (CAVALCANTE; DIAS, 2010, p. 70):

se verifica a criação da Vila a partir de sua praça principal onde se localizaram a Igreja, a Casa de Câmara e o Pelourinho, e a partir da qual se estabeleceram as casas nucleares de habitação dos índios e colonos. Na descrição da demarcação das terras do termo da Vila estão especificadas as medidas que foram seguidas pelo Juiz de Fora Castelo Branco para a construção das moradias das outras Vilas: 30/40 palmos de frente por 60 de comprimento, além dos cem de quintal, conforme arranjo semelhante ao praticado nas casas coloniais.

Raízes culturais: identidade cultural e a memória cultural

Identidade segundo o dicionário Larousse é “(...) *característica, caráter permanente e fundamental que distingue um indivíduo ou grupo de outros*” (COELHO, 1997). Assim, entende-se identidade como os atributos de uma pessoa, suas atitudes e costumes. É a definição de onde pertencemos e nos situamos, e, o que nos diferencia de outros. São essas características que identificam o indivíduo dentro de uma sociedade. Com base nesse conceito, pode-se dizer que identidade é quem e como somos.



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

O homem em sua vivência, ao longo da vida, constrói gradativamente sua identidade. Processo que acontece ao aprender e assimilar a cultura de sua comunidade, de seu povo, ao passo que, assume características culturais próprias. Essas peculiaridades próprias individuais que vão defini-lo em relação aos outros. E a reflexão sobre a representação de si mesmo é que permite ao homem situar-se e definir-se como pertencente a algo.

Dança de São Gonçalo

A dança chegou ao Brasil em princípios do Século XVIII, com os fiéis do santo de Amarante. Na cidade do Porto, em Portugal, o ato de se dançar nas ocasiões de comemoração a São Gonçalo era chamado de Festa das Regateiras. No Brasil, atualmente não há dia determinado; aliás não fazem mais festas, romarias para o santo (outrora 10 de janeiro) somente oferecem-lhe uma dança e reza, cerimônia que ocorre sempre que alguém lhe tenha feito promessa e alcançado uma graça. Esta manifestação pode ser encontrada em quase todo o Brasil, com variações coreográficas bastantes diversificadas, tomando diferentes formas de execução.

IMAGEM 10 - Coreografia da Dança de São Gonçalo



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Dança religiosa de origem e aculturação portuguesa, inicialmente apresentada nos templos religiosos católicos, com o objetivo de catequizar os pecadores. Antigamente era realizada no interior das igrejas de São Gonçalo, festejado no dia 10 de janeiro, da ocasião em que participavam as mulheres que queriam se casar. A dança era realizada dentro da igreja, o que nos remete à Idade Média e Moderna em Portugal. Foi considerada de caráter mundano, sendo proibida pelas autoridades religiosas. Nos dias de hoje, destina-se especialmente a pagar promessas à São Gonçalo, com uma coreografa em roda, passando a ser cantada e dançada nas zonas rurais, onde ainda hoje é aceita e praticada (COELHO, 1997).

A dança hoje é organizada em pagamento de promessa devida a São Gonçalo. O promesseiro é quem organiza a função, administrando todo o processo necessário à realização deste ritual. É realizada dentro de casa ou em local coberto, onde se arma um altar com a imagem deste santo e outros de devoção do promesseiro. Em frente a este altar é que se desenvolve toda a dança. Tem como personagens o Mestre, tocador de viola; o contra-mestre, tocador de meia-

cuia ou meia cabaça, dois Guias que são sempre os segundos de cada cordão e os demais participantes dançadores, todos vestidos de brancos, com quepes e turbantes. Os dançarinos se organizam em duas fileiras, uma de homens e outra de mulheres, voltadas para o altar. Cada fileira é encabeçada por dois violeiros, mestre e contra-mestre, que dirigem todo o rito. A dança é dividida em partes chamadas “volta”, entre cada “volta” há interrupção e todos aproveitam para se servir das iguarias oferecidas pelo promesseiro.

A música que acompanha os cantos e danças é o Baião de viola. A roda de São Gonçalo é iniciada com todos os participantes parados diante do altar, cantando louvações ao santo e em seguida começa o ritual, com um deles segurando a imagem de São Gonçalo. No final, os que estão pagando promessa vão para o centro da roda e os dançadores continuam a dançar, sempre batendo forte com um dos pés (1997).

Em alguns locais o Santo (Imagem) é representado da forma Católica, ou seja, com a ausência da viola, no entanto as imagens do Santo destinadas para o culto popular através da Dança de São Gonçalo. Se houver mais de um pagador de promessa e mais de uma imagem, todos os promesseiros carregam simultaneamente as imagens. No caso de haver apenas uma imagem para vários promesseiros, o santo vai passando de mão em mão, enquanto os demais dançarinos agitam lenços brancos (COELHO, 1997).

Perspectivas políticas quilombolas

Segundo a Constituição de 1988, caberia ao Estado brasileiro reconhecer, certificar, demarcar e titular as terras das comunidades remanescentes de quilombos espalhadas de norte a sul do País. Embates jurídicos e acadêmicos, mobilizações dos movimentos sociais e reações de setores ruralistas foram constantes. Segundo dados da Fundação Cultural Palmares, do INCRA e de outros órgãos e instituições, estima-se que existam hoje no Brasil cerca de 5.000 comunidades, sendo que aproximadamente 193 tiveram a sua titulação finalizada. Após oito anos de tramitação, em abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal começou a julgar a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra o Decreto presidencial 4.887/2003, regulamentando a titulação das terras dos quilombolas.

Mais do que uma disputa política com desdobramentos parlamentares, estão em jogo perspectivas de identidade, territorialização e autorreconhecimento das comunidades quilombolas. Quem define que uma comunidade rural negra é remanescente de quilombo? Tão somente sua história, cultura, memória social e identidade autodeclarada de sua população? Ou a burocracia do Estado, com ações de comprovação documental, perícia e laudos antropológicos, históricos ou arqueológicos?

IMAGEM 11 - Semana da Consciência Negra, Comunidade Quilombola/Pêga, Portalegre/RN



Fonte: Cedida por do arquivo de Pedro Vitor (2019).

Mais do que uma perspectiva positivista, ou de qualquer "verdade histórica", é sugerido vários caminhos que possam articular diversas áreas do conhecimento sobre experiências da escravidão, pós-Abolição e a realidade atual das formas camponesas no Brasil, especialmente aquelas das comunidades remanescentes de quilombos.

A expressão “comunidade remanescente de quilombos”, portanto, reapareceu, no final da década de 80, não apenas para descrever um processo de cidadania incompleto. Veio também sistematizar um conjunto dos anseios por mudanças de parte da sociedade brasileira. Veio solicitar a proteção, por parte do Estado, das terras e manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras. Um dos dispositivos propostos e aprovados, o Artigo 68 do Ato das disposições transitórias exprimia a preocupação, já há muito existente, com a questão da

titulação e proteção das áreas ocupadas pelos negros. Artigo 68: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (MACHADO, 2014).

No processo de colonização portuguesa, na capitania do Rio Grande, foi fundada a Vila de Portalegre. Havia sido implantadas cinco missões de aldeamento indígena, pertencentes a diferentes ordens religiosas. Dentre elas encontrava-se a Missão do Apodi, a primeira e única a se estabelecer no sertão, ao contrário das outras que se instalaram no litoral. Era composta, principalmente, por índios Paiacu e foi fundada em 1700, por jesuítas, em meio às lutas que se travavam entre os conquistadores portugueses e os aguerridos indígenas do sertão, que resistiam à tomada de suas terras e à sua escravização pelos brancos (ALVES, 2017).

A Missão do Apodi duraria, nessa primeira fase, somente até 1712. Extinta a missão, os indígenas que antes lá habitavam, sob a proteção de padres missionários, foram transferidos para uma Vila que se criava no mesmo ano de 1761, na serra do Regente, a Vila Nova de Portalegre. Numa transferência compulsória e vigiada, dezenas de famílias, escoltadas por uma milícia e sob a autoridade de um Juiz de Fora do Recife, Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, caminharam durante dias em direção à serra onde se situaria a Vila, a primeira a ser criada em todo o sertão da capitania. A quem caberia o trabalho braçal para a instalação desse núcleo populacional senão aos índios? Era necessário desbravar a mata e limpar o terreno para a demarcação de terras e o estabelecimento do traçado da Vila, onde seriam construídas as instalações públicas. A Casa de Câmara e Cadeia e a Igreja Matriz foram construídas por mão de obra indígena. De acordo com Lopes (2005, p. 148-149), nesse momento, na Vila havia uma população indígena composta de 1805 pessoas.

Os colonos, que se estabeleciam recebendo sesmarias, prosperaram com o cultivo de uma lavoura de exportação – o algodão, mas, também, de lavouras de alimentos, voltadas, ao que tudo indica, para o abastecimento de núcleos populacionais que iam se estabelecendo no sertão da capitania. Situada no alto de uma serra, gozando de um clima tropical quente e subúmido, com uma temperatura mais amena devido à altitude e contando ainda com várias fontes e “olhos d’água”, Portalegre estava numa situação privilegiada para a produção de farinha, milho, feijão e frutas, produzia também a cana-de-açúcar (FREIRE, 2018).

A produção e o comércio da Vila, porém, enfrentavam as dificuldades de transporte impostas pelas condições naturais: as tropas de animais, que conduziam as cargas, tinham que subir e descer a serra, a mais de 700 m de altitude, por caminhos de difícil trânsito, especialmente no período das chuvas.

Foi o cultivo do algodão, estimulado pela fome de matéria-prima das fábricas têxteis inglesas, que levou à compra de escravos negros pelos donos de terras. Em 1805, na capitania do Rio Grande, haviam 5.768 escravos, o que correspondia a 11,7% da população total. A estreita faixa litorânea leste dos canaviais concentrava, aproximadamente, 40% desse número, enquanto os 60% restantes encontravam-se dispersos pelos núcleos de povoamento de todo o interior da capitania. No sertão, a Vila do Príncipe (atual Caicó) contava com 452 escravos; a vila de Portalegre e as povoações do Apodi e Pau dos Ferros, com 1820; e a Vila da Princesa (atual Assú) com 1.182 escravos (MACHADO, 2014).

A prosperidade e importância da Vila de Portalegre no início do século XIX são atestadas pela participação, direta ou indireta, daqueles que constituíam sua elite – as famílias dos senhores de terras e escravos – nos movimentos políticos das capitanias/províncias do Norte do Império, no primeiro quartel do século XIX: o Movimento de 1817, as lutas pela Independência do Brasil e a Confederação do Equador (FREITAS, 2018).

Tratava-se uma sociedade altamente hierarquizada, em cujo ápice estavam os sesmeiros e seus descendentes, os chamados “homens bons” do período colonial, aos quais cabia o monopólio do poder local em suas diferentes formas. Entretanto, eles eram em pequeno número, relativamente, quando observada a população da Vila. Nesse ano, a população de Portalegre somava um total de 1.017 habitantes, dos quais 262 eram brancos, 255 mulatos, 510 pretos e 400 índios. Os brancos constituíam, portanto, 25,7% do total da população, enquanto os índios, os pretos e os mulatos juntos somavam 74,2% (FREITAS, 2018).

Nessa grande maioria de não brancos encontravam-se os escravos, mas também os homens livres, pobres e mestiços, excluídos do acesso à terra pelo sistema sesmarial. Eram jornaleiros (trabalhando por diária ou acordando serviços mediante uma remuneração em dinheiro), meeiros (trabalhando em terra alheia em troca da entrega de parte da colheita), artesãos (como ferreiros, pedreiros, sapateiros) e vaqueiros; mas também existiam os “vadios e mendigos”, de acordo com as autoridades. Os indígenas de Portalegre, que haviam dado origem à Vila, em 1761, viviam marginalizados e explorados, em situação de conflito permanente com os colonos (FREITAS, 2018).

Nas palavras de (GUERRAUERRA, 1982), não tiveram os índios do Apodi um destino feliz na sua nova e estranha aldeia. A Câmara Municipal de Portalegre destinou aos índios que acabavam de chegar na localidade terras improdutivas, reservando os melhores terrenos para os moradores do lugar. Este ato provocou protestos por parte dos novos habitantes de Portalegre,

gerando, daí em diante, forte rivalidade entre índios e moradores da vila. A exaltação dos ânimos resultou em lutas sangrentas, nas quais se perderam vidas.

Após o ataque dos índios à Vila de Portalegre, a população local desencadeou terrível perseguição aos indígenas, que há pouco havia chegado àquela localidade. No ano de 1825, esse longo conflito teve um desfecho trágico, mas, sobretudo, revelador do longo processo de desocupação da terra de seus habitantes nativos para sua ocupação pelos colonos portugueses e seus descendentes (FREITAS, 2018).

Uma manhã, os índios reuniram-se, atacaram a Vila de Portalegre, travando luta com os moradores, da qual resultou a morte do delegado de polícia, Capitão Bento Inácio de Bessa e o suicídio do Coronel Vieira de Barros. Restabelecida a ordem, foram os índios presos e algemados, seguindo escoltados para a cadeia da cidade de Natal (FREITAS, 2018).

Ao chegarem ao pé da Serra, entre o sítio Viçosa e a Vila de Portalegre, levantaram uma grande cruz e depois de rezarem um terço, foram os prisioneiros passados pelas armas. Foram autores de tão horrível carnificina, entre outros, Antônio Bezerra, Florêncio de Albuquerque, Antônio Caboba e Joaquim Cavalcante. Quem viajar entre o sítio Viçosa e Portalegre, verá próxima à estrada a cruz e as sepulturas daqueles que foram os primeiros povoadores deste sertão. Os criminosos nada sofreram, e o resto dos índios, inclusive as famílias das vítimas, retiraram-se para os centros dos Cariris, e não voltaram mais (FREITAS, 2018).

Esse episódio de 1825 talvez tenha sido o último capítulo da luta da resistência indígena no sertão do Rio Grande, resistência essa que havia se iniciado na década de 1680, portanto, mais de um século antes. Por sua importância não apenas para a história indígena, mas também para a história das lutas pela terra no Brasil, o levante de 1825 aguarda que historiadores a ele dediquem trabalhos de pesquisa, assim como esse nosso trabalho.

3.4.2 A história dos massacres dos índios Tapuias Paiacus: as lutas dos índios pela vida de Cantofa e Jandi

Os remanescentes que permaneceram no Apodi foram retirados de suas terras e aldeados em uma faixa de terra nos arredores da recém-criada Vila de Portalegre. Os colonizadores faziam vista grossa aos protestos da comunidade indígena, que reclamava da péssima qualidade da terra, que não oferecia as condições mínimas para suas subsistências.

Dia após dia, os nativos se mostravam cada vez mais impacientes diante da insensibilidade dos colonizadores, que para os colonos reservaram terras boas, enquanto à eles sobraram terras emprestáveis. Em 1825, sob a liderança de Luíza Cantofa e João do Pêga, os índios atacam a Vila de Portalegre, resultando na morte do delegado de Polícia, Capitão Bento Ignácio de Bessa, e o suicídio do Coronel Vieira de Barros.

IMAGEM 12 - Cova da Índia Cantofa, Portalegre/RN



Fonte: Prefeitura Municipal de Portalegre/RN - Artista plástico Guaracy Gabriel (2019).

No dia 03 de novembro, já restabelecida a ordem, os índios foram feitos prisioneiros. A pretexto de que seriam encaminhados à cadeia de Natal, a cerca de uma légua da Vila de Portalegre, após serem obrigados a construir uma grande cruz e rezarem um terço, foram colocados lado a lado e cruelmente fuzilados. O macabro evento culminou com um saldo de 70 índios mortos, só escapando João do Pêga e a índia Jandira, que conseguiram fugir. Na verdade, a suposta sobrevivência do cacique João do Pêga nunca foi comprovada, já que após o trágico episódio ele nunca mais foi visto, o que suscitou muitas lendas em torno do seu nome.

Após a tragédia de 1825, os indígenas sobreviventes, órfãos de líderes, recolheram-se em sua aldeia, distanciando-se dos olhares discriminatórios do restante da população, que os viam como filhos da maldição. Apesar de submetidos ao isolamento social, os indígenas sempre se mostraram receptivos ao acolhimento dos negros escravizados, alforriados ou fugitivos, que buscavam abrigo em suas terras. Consequentemente, essa aproximação entre as duas etnias promoveu vínculos matrimônios interracial. A comunidade conserva com muito zelo e respeito uma imagem de São Gonçalo, relíquia histórica e religiosa que teria pertencido ao lendário João do Pêga.

Em 7 de fevereiro de 2007, o Governo Brasileiro, através da Fundação Palmares, reconheceu que a população e a área que ocupam têm relação com os antigos quilombos. A comunidade passa, então, a ter direitos e amparos legais, estabelecidos pelos artigos nº 215 e nº 216 da Constituição Federal, que preveem defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro e a obrigação do poder público em promovê-lo e protegê-lo.

Da resistência ao contexto atual

A partir do massacre de 1825 aprofunda-se a ideia de extermínio dos Tapuia, disseminase o discurso de que estes índios Paiacu do Apodi foram dizimados no massacre ocorrido no local onde hoje trata-se da cidade de Viçosa e que nesta região não mais foi possível encontrá-los. Estabelece-se a metáfora do massacre, assim como o principal mito fundador (CHAUÍ, 2000) da história da região que na atualidade inclui uma diversidade de municípios, dentre os quais destacam-se Apodi, Viçosa e Portalegre.

Luiza Cantofa, tendo fugido do massacre juntamente com sua neta Jandy, foi viver nas grutas da serra. Ao procurar por alimentos nos arredores da vila, alguns donos de sítio, ao avistarem-nas, as seguiram, descobrindo o seu esconderijo. Quando o povo soube de tal fato foram a procura da velha índia. Segundo Mota (s/d):

Debaixo de um frondoso cajueiro dormia ela à sesta, quando foi despertada pelo povo. Abrindo um pequeno oratório, ajoelhou-se e [...] começou a rezar o ofício de N. Senhora. Quando a velha rezava a coluna ‘Deus vos salve! Relógio, que andando atrasado serviu de sinal’ [um dos algozes] cravou um punhal no peito da velha cabocla que caiu fulminada e lavada em sangue.

Cantofa não escapou da ira dos seus algozes. Sua neta Jandy caiu desmaiada junto ao corpo da avó. À menina nada foi feito, porém, não se sabe que rumo ela tomou. Nunca mais foi

vista. A velha Cantofa foi sepultada ali mesmo no lugar onde foi assassinada (MORAIS, 2005). Atualmente, as histórias que prevalecem é que o esconderijo delas era nas proximidades do terminal turístico de Portalegre denominado de Fonte da Bica. Morais (2005), ao realizar estudos através de entrevistas com pessoas mais velhas daquele lugar menciona relatos de muitos moradores – por muito tempo se ouvia o choro de Jandy e a reza de Cantofa, denominando o lugar como mal-assombrado.

A história de Cantofa e Jandy foi contada ao longo dos séculos como se fosse uma lenda. A ideia de que os índios foram exterminados perpassa também por esse fato, uma vez que, na cidade de Portalegre acredita-se que elas tenham sido as últimas de seu povo a serem vistas na vila que em 1833 foi transformada em município. Dela foram desmembrados neste mesmo ano o município de Apodi. Em anos posteriores foram desmembrados: Martins (1841), Pau dos Ferros (1856), Riacho da Cruz, Francisco Dantas, São Francisco do Oeste, Rodolfo Fernandes e Tabuleiro Grande (1936), e o último foi Viçosa (1983).

As pesquisas de Lúcia Tapuia Paiaçu – índia viva e residente no município de Apodi, através de entrevistas realizadas, tanto em Apodi quanto na cidade de Viçosa revelam fatos quando se trata do extermínio de índios Tapuia Paiaçu. A pesquisadora entrou em contato com diversos membros de famílias que vivem ao pé da serra e que até hoje sustentam os relatos de pertencimento a esse povo. Geralmente a expressão mais usada é “índia pega a casco de cavalo ou a dente de cachorro”, em referência às buscas que os colonizadores faziam para encontrar os Tapuia que fugiam e se embrenhavam nos matos – os homens eram mortos e as mulheres escravizadas e seviciadas nas casas dos senhores, sendo estes atos rotineiros dos coronéis.

Três fatores podem ter contribuído para que a etnicidade indígena fosse encoberta em todo o sertão: a tentativa de extermínio, a fuga e a miscigenação. Esta última, geralmente, forçada. A pesquisadora não tem dúvidas, mesmo que não existam estatísticas, de que houve um etnocídio (CAVIGNAC, 2003).

E essa ideologia do “extermínio” e da “miscigenação”, assim como das fugas, se deram constantemente, ao longo das invasões da terra, mas, também mesmo após o estabelecimento das vilas e dos colonos em suas fazendas.

A apresentação das covas de indígenas mortos nos arredores de Portalegre, em especial em Viçosa, não significa uma prova cabal dos fatos. Porém, faz parte dos relatos repassados de geração em geração, na história de famílias do lugar. Assim, registramos e apresentamos as situações cruéis às quais se submeteram os Tapuia. Há relatos que perpassam por séculos na memória do povo, indicando que os indígenas não foram exterminados como foi propagado. Há

famílias que resistem até hoje, usufruindo da liberdade de dizer quem são, o que sabem sobre seus antepassados. Isso é mais do que a prova de resistência do povo Tapuia Paiacu.

3.4.3 O legado da cultura indígena nos municípios de Portalegre e Viçosa

Em 20 de novembro de 2003, o decreto 4.887, regulamentou o reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas. Essas ações são coordenadas pela SEPPIR, através da Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais (Dados Fundação Cultural Palmares, 2012).

3.4.4 Os reflexos das culturas negra e indígena nos municípios de Portalegre e Viçosa nos dias atuais

Qual é a realidade do índio e do negro hoje no Brasil?

É importante frisar que desde o século XX, e considerando o contexto atual, já não é mais possível compreender que existam indígenas no Brasil que vivam a cultura original dos povos encontrados pelos europeus há mais de quinhentos anos, mesmo que haja grupos isolados em algumas partes do Norte do país. A partir do momento em que outros povos chegaram aos territórios tradicionais dos povos indígenas e puseram em prática seus projetos de colonização – considerando a presença da Holanda, Espanha, França, além de Portugal, a experiência do contato foi desastrosa.

Os grupos étnicos interagem suas categorias de símbolos culturais de tal forma que se intercalam com outros símbolos. E com isso, não se pode afirmar que um grupo, culturalmente possa ter absorvido totalmente os símbolos culturais do outro, mas, passa a viver os seus próprios processos de forma sutil.

Percebemos que mesmo com a ação dominante do colonizador, foram as interações sociais, isto é, o contato dos povos natos no Brasil com outros que aqui chegaram que provocou as variações existentes na formação cultural tão diversa da sociedade brasileira. No entanto, esses traços diversos não anulam a etnicidade, não apagam o pertencimento dos indivíduos a seus antecessores originários.

No caso brasileiro, não se pode afirmar que houve um processo de “aculturação”, mas a dinâmica cultural pelas interações sociais, pois, indígenas, negros, brancos, cada grupo, a seu

modo, deu continuidade à valorização dos seus processos culturais, expressando-os interativamente e reciprocamente. No entanto, é preciso saber que, mesmo considerando as interações sociais, não se pode afirmar que uma etnia não prevaleça sobre a outra.

No Brasil como um todo, em especial no território habitado pelos Tapuia, não existia nada da prática canibal, sendo esta vista de forma imaginária pelos europeus, uma vez que eles já traziam, no século XVI, toda a doutrina e filosofia da religião cristã. Esse confronto de cultura religiosa fez com que o povo indígena fosse demonizado, apontado como bárbaro. Daí o surgimento das “guerras justas”, relacionadas a uma ação salvadora da coroa portuguesa, argumentos usados para poder se promover massacres e conflitos contra os índios, a fim de que o interesse colonial prevalecesse.

Essas considerações sobre as diferenças religiosas, em especial quando se fala do Tapuia, confirma a ideia de que o discurso europeu primava por construir um ideal demoníaco do índio, do qual se podia tirar a justificativa para as guerras e matanças. Segundo Martins (1981), “Ao longo de quatro séculos, mantivemos a posição histórica de desrespeito ao universo cultural do índio, quando não o exterminamos, pura e simplesmente”.

Uma breve reflexão sobre a realidade atual faz perceber que essa ideia permanece, afinal é inegável que há povos que são discriminados como inferiores por sua cultura diferenciada em seus aspectos gerais, como também pelo caráter dos usos linguísticos. No contexto atual, o preconceito racial ainda é observado, em se tratando do julgamento feito pelos que não têm pele negra, a marca da discriminação é muito forte.

Imagina-se que muitos desses preconceitos tenham também raízes fixadas na história da diferença que se processa ao longo dos tempos e que tem como resultado não somente um tratamento discriminatório, mas, um tratamento político diferenciado desde a colonização.

Índios e negros trouxeram esse patrimônio enorme para o nosso país, mas acontece que nem as crianças têm noção disso, de quanto que os pais deles, os avós deles, deram esse benefício para o nosso país, se o Brasil é gigante que é hoje, é graças a raça negra.

Em termos legais, algumas leis foram criadas voltadas para enfrentamento de desafios e preconceitos. Como a Lei 12.288, de 20 de junho de 2010, que normatiza proibições ao preconceito e a discriminação étnico-racial, priorizando assim o respeito às diversas etnias e na Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.

Além de leis, instituições são criadas com o mesmo intuito, como a Organização Não Governamental (ONG) e o Centro Histórico Cultural Tapuia Paiacu da Lagoa do Apodi (CHCTPLA), que trabalha com a pesquisa e com o movimento indígena. A referida entidade

reúne conhecimentos que permitem a luta pela igualdade de direitos ao grupo Tapuia Paiacu, primeiros habitantes da região onde se situa o município de Apodi. Busca-se instigar a autoafirmação dos povos indígenas ao mesmo tempo trabalhar um pensamento e tratamento respeitoso com relação à sua etnia, conforme a legislação indigenista orienta.

É preciso esclarecer que a força dominante da colonização portuguesa-europeia no país não conseguiu apagar a memória e os aspectos da cultura indígena e negra. O que acabou acontecendo em muitos contextos foi o colonizador europeu se deixar influenciar pela riqueza da pluralidade cultural dos nossos índios. Portanto, dada a importância cultural e histórica, outras temáticas se incluem nesta pesquisa. Primeiramente, considera-se o respeito ao trabalho com a escrita da história indígena por gerar debates sobre a cultura e a memória dos primeiros habitantes da região em que atualmente se situa o médio e alto Oeste do Rio Grande do Norte.

A segunda diz respeito ao trabalho com os negros. Quilombola, cerca de 60 anos, vive na comunidade do Pêga, Zona rural de Portalegre/RN. Para a quilombola, a sua história, a história do seu povo, a contribuição da raça negra reivindicada por ela na formação da nação brasileira, não é passado. A palavra "passado" aí ganha o sentido de inutilidade, sem conotação de valor, o valor que ela como descendente do povo negro não quer esquecido. O sentido de se envergonhar de ser negro está relacionado ao passado que deve ser esquecido, a história vergonhosa, sem mérito e de escravidão.

Esse apagamento da história do povo negro tem fundamentos na teoria do embranquecimento da população brasileira, que surgiu aliada a ideia de "progresso" e ao crescimento da economia internacional, trazendo as raízes do racismo, e que, apesar do tempo, esses discursos ainda estão aí, de vez em quando retomados com nova roupagem.

Ao considerar a história do negro como passado, ou seja, não precisa ser lembrada, muito menos valorizada, e de que os negros devem se envergonhar por serem negros, esses discursos estão inscritos na ideologia do racismo, que consiste na classificação das raças e reafirma a superioridade da raça branca sobre as demais. Segundo Maringoni (2011), essa teoria passou a existir dentro de cada país, mesmo nos países periféricos, como explicação determinista para a dominação de classe. O desnível social e a europeização acrítica de suas camadas dominantes.

Ao contrário dessa ideologia, encontra-se o enfrentamento ao racismo e todas as formas de discriminação, seja ela de raça, etnia, orientação sexual ou gênero, é nessa formação discursiva que se encontra o discurso quilombola, ou seja na inclusão do povo negro e suas lutas por igualdade racial.

No caso da quilombola, há uma contra identificação com a formação discursiva dominante, ela quer que a história do seu povo, da sua comunidade seja reconhecida e valorizada e não signifique “passado” e sim “presente”, que toda riqueza acumulada, todo progresso conseguido, com a contribuição do seu povo, seja dividido de maneira mais igual e que a sua comunidade, suas crianças conheçam e se orgulhe dessa história.

Assim, com essa origem burguesa, a questão das terras no Brasil sempre foi problemática, elas até hoje estão concentradas nas mãos dos ricos, os indígenas perderam suas terras por causa das invasões e exploração colonial e atualmente continua perdendo espaço para os grileiros. Para os negros, por causa da sua condição de ex-escravos, saído do processo de abolição sem nenhum direito civil garantido, a posse da terra tornou-se quase impossível. Como a terra sempre significou status, riqueza, sempre esteve nas mãos da classe dominante.

Voltando ao discurso, têm-se um quilombola, em pleno século XXI passados mais de um século da abolição da escravatura, reivindicando uma porção de terras para sobreviver. Reafirmando que a única atividade econômica dessas comunidades, é a agricultura de subsistência, sem a titulação das terras podem ser expulsos delas a qualquer momento. Os negros ainda se encontram vulneráveis na sociedade brasileira, é no espaço do trabalho que eles enfrentam as maiores dificuldade. Após a abolição a maioria dos ex-escravos perambulavam pelas grandes cidades sem trabalho, realidade durável até hoje.

Atualmente os negros ainda são relacionados ao ócio, a preguiça e conseqüentemente à marginalização, basta observar as diferenças nas abordagens policiais nas ruas. Ao se referir à limitação de andar na comunidade, pode-se dizer que os negros brasileiros não são livres, sendo quilombola ou não, ainda é escravo das conseqüências do racismo, que o coloca como cidadão "limitado", limitado em seus direitos de estar em todos os lugares, pois assim como acontece com o quilombola, há lugares onde os negros têm sua entrada limitada, como estudos comprovam em determinados cursos considerados de elite nas universidades seja ela pública ou privada, citando apenas um exemplo; limitado no mercado de trabalho recebendo os piores salários, segundo dados do censo (IBGE, 2010) e se ocupando das chamadas profissões precárias, as que não são assistidas por direitos trabalhistas e são eles também que enfrentam os maiores índices de desemprego, são os que mais buscam atendimento na saúde pública e não recebem cobertura, enfim limitado, considerado como cidadão de segunda categoria.

3.5 ATIVIDADE DE INTERVENÇÃO

Sabemos que intervenção pedagógica é um modelo de avaliação utilizada para solução de questões de aprendizagem ou para responder a questões temáticas que possam desenvolver e construir conhecimentos para e pelos alunos. Trata-se de um ótimo recurso para combater dificuldades escolares comuns, melhorando o relacionamento entre alunos e escola.

É preciso, portanto, atentar para o diagnóstico real de cada escola, sua situação pedagógica, seu contexto histórico vinculado ao local em que ela está inserida, bem como saber que aspectos de aprendizagem se quer focalizar na turma (COLELLO, 2003).

Dessa forma, entendemos que não devemos propor, tampouco pôr em prática fórmulas genéricas e pré-estabelecidas de intervenção. Então propomos uma ação educativa flexível e contextualizada na forma de abordar o conteúdo. Com o objetivo de possibilitar que o aluno compreenda e absorva os conteúdos desenvolvidos em oficinas.

A constituição do *corpus* desta pesquisa envolveu o resultado final de todas as oficinas, que foi textos elaborados por alunos dos 8º e 9º anos da Escola Estadual 29 de março, realizada no ano de 2019. Um total de 29 textos, onde elaboramos critérios para escolhermos 20, 10 de cada turma, constituindo, assim, o *corpus* de nossa pesquisa. Cada um apresentando a mesma temática, todavia com pontos de vista diferenciados.

No que concerne à importância do *corpus*, segundo Orlandi (1999, p. 63), a construção do *corpus* está ligada à análise, obedecendo, a critérios que abordem a análise do discurso:

Assim, a construção do *corpus* e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca de propriedades discursivas. Atualmente, considera-se que a melhor maneira de atender à questão da constituição do *corpus* é construir montagens discursivas que obedeçam a critérios que decorrem de princípios teóricos da análise do discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão. Esses objetivos, em consonância com o método e os procedimentos, não visam a demonstração, mas a mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentido.

Em razão de essa pesquisa tratar de um *corpus* constituído por textos escritos por alunos e de utilizarmos para a análise a argumentação, consideramos a importância da constituição do *corpus*, levantando os critérios de trabalhar com textos de alunos para trazer a essência de nossa pesquisa, através de um número reduzido de textos que, mesmo tratando de temática única, são específicos os pontos de vista, pois são produções de dissertação escolar, onde cada tese defendida significa muito na discussão sobre a temática, apresentando assim a relevância social para o reconhecimento da cultura indígena, quilombola e afrodescendente.

3.5.1 Oficinas com os alunos da Escola Estadual 29 de Março, em Portalegre

As aulas de língua portuguesa precisam mostrar-se mais investigativas e atuantes, valorizando o aprendizado cotidiano, as relações sociais, entre outros fatores que não fazem parte do dia a dia de sala de aula. Cientes da importância de práticas interativas para a formação dos alunos, nosso trabalho tem o propósito de ministrar aulas com mais diálogo, curiosidade, motivação e oportunidades para apresentar que o ensino de algo tão rico como nossa língua vai além dos assuntos presentes nos livros didáticos.

Desejamos motivar experiências no âmbito das culturas negra e indígena e extrair destas uma construção de identidade e valorização das mesmas, pois são bem presentes nas cidades de Portalegre e Viçosa. Dessa forma, apresentamos temas que podem contribuir para a formação do aluno ao despertar interesse pelo conhecimento, leitura e produção de textos.

A proposta que desenvolvemos em sala de aula segue a sequência didática organizada em oficinas. E dedicamos a incentivar o valor que deve ser dado às relações com outras pessoas, com o lugar a qual pertencemos, à cultura, os eventos culturais realizados na cidade ou escola. Também às histórias, à ancestralidade, à oralidade e memórias coletivas e individuais. E tem como objetivo geral trabalhar com os discentes gêneros textuais, especificamente culminar com o gênero dissertação escolar através da produção textual.

3.5.2 Oficina 1: Proposta de leitura com alunos no Ensino Fundamental (dos 8º e 9º anos) do conto “A negrinha”, de Monteiro Lobato

- **Objetivo Geral:**
- Apresentar o conto *A Negrinha*, de Monteiro Lobato aos alunos, estimulando a leitura de texto.
- **Objetivos Específicos:**
- Apresentar o conto e o autor Monteiro Lobato: a biografia, época, obra e importância para a literatura brasileira.
- Discutir a representação do negro no conto;

Atividades de pré-leitura:

- Mostrar a capa do livro que contém o conto e imagens de pessoas negras famosas visando instigar o interesse acerca da temática;

- Explorar o diminutivo usado no título e o vocabulário do conto;

Atividades durante a leitura

- Propor uma leitura silenciosa do conto;

Atividades de pós-leitura:

- Apresentar um documentário da História de Conceição Evaristo e “Vida no Quilombo”;
- Recomendar obra Olhos D’água como sugestão de leitura futura;
- Roda de conversa com questionamentos, relacionar a conversa com a vivência dos alunos, estimulando a oralidade;
- Levantamento de hipóteses através de questionamentos orais sobre a temática tratada no conto, nos documentários e outros materiais trazidos durante a discussão;
- Discutir com alunos o que acharam mais interessante dos temas tratados? O que há em comum entre as histórias com os tempos modernos?

Análise do resultado da oficina

O conto, datado de 1920, trata de expor os bastidores da sociedade patriarcal da época, o racismo e o preconceito colocando, lado a lado, farsa e sarcasmo, tragédia e compaixão. Faz uma forte crítica à mentalidade escravocrata brasileira que persistiu três décadas depois da abolição.

O conto foi apresentado as turmas em momentos diferentes, primeiramente à turma do 8º ano, posteriormente aos alunos do 9º. Em ambas as turmas, durante as discussões em roda de conversa na sala de aula, permitiu-se reflexões e debates sobre uma série de temas, tais como o negro, preconceito, racismo, desigualdade social, mentalidade escravocrata, maus-tratos à infância, intolerância aos índios, culturas quilombola e indígena, padrão de beleza, a importância e o direito de brincar (garantido, inclusive pelo Estatuto da Criança e do Adolescente). Também foi possível a discussão do bullying dentro e fora da escola.

Com a atividade foi possível observar o interesse pela temática por parte da maioria dos alunos. Também notamos a necessidade de incluir mais práticas de contos históricos sobre a cultura negra e indígena no ambiente escolar. E, pode servir, além disso, de ponto de partida para o estímulo à leitura e construção de textos com as temáticas discutidas.

Durante as discussões, a turma do 8º ano mostrou-se interessada em debater os temas advindos do conto, alguns alunos participaram expondo relatos de bullying e padrão de beleza atrelados ao racismo. E no que diz respeito à produção textual, a turma não apresentou o mesmo interesse. Enquanto a turma do 9º ano, o interesse pelas discussões e na produção de um texto com os temas debatidos foi idêntico.

Após a leitura e durante a roda de conversa onde foi estimulado entre outras coisas a oralidade e participação de todos na discussão, alunos pesquisaram material na *internet* e apresentaram aos demais, inclusive vídeos.

A oralidade, especialmente nas sociedades tradicionais, é um modo de ser, de estar no mundo. Podemos considerá-la, na atualidade, como um importante instrumento metodológico para reconstituição e continuidade da história local. Ela é imprescindível para a conservação da tradição, dos mitos, das lendas, das epistemologias dos seus diferentes povos e é por meio dela que a palavra se faz elemento produtor da história, formador da comunidade, da pessoa e de tudo que existe (MACHADO, 2019).

IMAGEM 13 - Leitura do conto “A negrinha”



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

A tradição oral é mantida por meio de histórias, estórias, símbolos, contos, provérbios, mitos recontados, que muitas vezes são alterados em função do bem comum, dos acontecimentos locais e em acordo com a realidade de cada comunidade. Assim a tradição oral é preservada e os princípios e valores continuam sustentando e preservando as identidades das comunidades, além de permitir conhecermos as particularidades da cultura de origem dessas histórias.

Ao exibir também o documentário “Vida no Quilombo” facilitamos o aprofundamento nos temas de cultura afro-brasileira, afrodescendente, quilombola e indígena. E lançamos algumas perguntas na roda de conversa, para estimular a participação oral dos alunos, foram elas: 1 Sou racista? 2 como enfrento o racismo? 3 como apresento sugestões para combater o racismo? As perguntas lançadas por mim durante as discussões geraram muito conteúdo e interesse nos alunos. Inclusive quanto à construção dos textos.

IMAGEM 14 - Projeção de vídeo na oficina 1



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

A exposição do Documentário da história de Conceição Evaristo despertou interesse nos títulos da autora. Os alunos ficaram encantados com a história da autora, que recentemente anunciou que vai se candidatar à Academia Brasileira de Letras (ABL). Em busca de maior representatividade no mercado literário, mulheres têm conquistado mais espaço nas livrarias e ganhado mais voz nas histórias. Porquanto, Conceição estudou Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), graduação conhecida dos alunos, em seguida tornou-se Mestre em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

IMAGEM 15 - Projeção de vídeo na oficina 1



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

A autora reflete suas experiências em suas obras, como em *Olhos d'água*, livro que apresentei como sugestão de leitura aos alunos, que a fez ganhar um prêmio Jabuti. Com apenas 116 páginas, a obra é arrebatadora e comovente, quinze belíssimas histórias que a escritora reúne. Personagens principais quase sempre femininas -Velhas, moças, crianças, negras, quase todas e quase todos, ex-prostitutas, domésticas, pedreiros, traficantes, e outros e outras. Pobres

todas e todos – A obra evidencia violência urbana e desigualdade social, principalmente em relação às mulheres negras. Nas histórias, a autora expõe o cotidiano de mulheres que sofrem com a miséria e a exclusão social.

Também gerou conteúdo para a discussão, pois o documentário contou um pouco das obras que abordam temas sobre discriminação racial, de gênero e classe. Os livros da escritora são fundamentais para dar mais visibilidade às mulheres negras, que sofrem violência e preconceitos diariamente na sociedade. E por ela ser militante do movimento negro e de políticas sociais.

Por meio de análises das formas de como o racismo vem sendo aplicado no contexto da educação, dentre outros, que nossa oficina conseguir atingir seus objetivos além de outros não previstos, esclarecendo perspectivas que devem ser trabalhadas nas práticas escolares. Essa perspectiva é importante para a superação de visões que reduzem a identidade negra às questões relacionadas à cor da pele, como aquelas que acabam por folclorizar o trabalho curricular, a partir do momento que reduz ao conhecimento de festas e ritos culturais de matriz africana em detrimento ao desafio e preconceitos construídos no decorrer da história.

3.5.3 Oficina 2: Roda de conversa com os alunos para trabalhar o texto dissertativo argumentativo, também argumentação, teses e valores a partir do conhecimento prévio acerca das histórias das culturas indígena e afro-brasileira

- **Objetivo Geral:**
- Trabalhar com os discentes gêneros textuais, especificamente com o gênero dissertação escolar, argumentação, tese e valores.
- **Objetivos Específicos:**
- Apresentar as características dos gêneros textuais presentes em textos com ênfase no gênero dissertação escolar;
- Exibir conteúdo de argumentação, teses e valores na produção textual;
- Identificar o conhecimento prévio sobre histórias das culturas indígena e quilombola com alunos durante roda de conversa;

Atividades de pré roda de conversa:

- Organizamos um grande círculo na sala de aula;

- Conversa informal para diagnosticar o grau de intimidade e de importância que os alunos dão ao conhecer os gêneros textuais.

Atividades durante a roda de conversa:

- Apresentamos expositivamente o conteúdo de gêneros textuais presente em textos, com ênfase no gênero dissertação escolar. Também o conteúdo de argumentação, teses e valores.
- Para nortear a conversa foram feitas algumas perguntas para que os alunos pudessem falar sobre os assuntos em foco:
 - ☐ Quem sabe escrever textos dissertativos argumentativos?
 - ☐ Quem já conhece o gênero textual dissertação escolar?
 - ☐ Quem costuma conversar sobre os índios e negros?
 - ☐ Vocês gostam de conversar sobre esses assuntos?
 - ☐ Quais as histórias que vocês costumam ouvir sobre os índios e negros?
 - ☐ Vocês acham interessantes as histórias contadas pelas pessoas mais velhas?
 - ☐ As histórias mais atrativas para vocês são as relacionadas ao município ou à vida particular dos índios e negros?

IMAGEM 16 - Aplicação da oficina 2



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Atividades de pós roda de conversa:

- Levantar questionamento a cerca do conteúdo teórico exposto – argumentação, teses e valores;
- Indagar um pouco sobre como os discentes se sentem ao ouvir as lembranças das pessoas mais velhas acerca desta temática;
- Perguntar se existe alguma história que os alunos ouviram e que de certa forma foi marcante.

Análise do resultado da oficina

A roda de conversa nos possibilitou perceber o nível de conhecimento do conteúdo teórico, tanto no tocante ao gênero textual dissertação escolar, quanto ao uso da argumentação, teses e valores na produção de textos. Também foi possível observar o entusiasmo de alguns alunos sobre a valorização dada a conversas sobre as culturas indígena e quilombola, e nos permitiu perceber que outros alunos não se mostraram tão entusiasmados assim. O que mostra

como o contato direto com a temática, seja familiar ou não, é algo que é atrativo para alguns alunos e outros não.

O formato desta segunda oficina, em configuração debate entre os alunos com a intenção de identificar o conhecimento prévio sobre produção textual foi uma experiência exitosa, pois muitos alunos levantaram suas dúvidas acerca do gênero textual e das características próprias da dissertação escolar. Bem como foi uma forma interativa de levar conteúdo sintático da língua portuguesa para os alunos de forma mais interativa e motivadora.

Ao apresentar o conteúdo, iniciamos por fazer um apanhado da tipologia textual e os gêneros, para então enfatizamos no que será cobrado na produção dos alunos. Nas práticas escolares é mais comum vermos o tipo dissertativo abranger tanto características do tipo expositivo quanto do argumentativo. Então, optamos por trazer as características e diferenças deles e já trabalhando também a argumentação, teses e valores.

Destacamos que para ser possível um desenvolvimento coerente da argumentação nos textos, é necessário que os alunos apresentem seu ponto de vista sobre a temática desde o ponto de partida ao longo da organização textual. E que as relações lógicas de argumentação têm compromisso não apenas com a retomada da ideia que foi introduzida como tese: também a inserção de novos referentes, de maneira a promover coerência necessária à comprovação da tese.

Este gênero que discute assuntos socialmente relevantes e costuma ser cobrado em provas como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). É um gênero textual reconhecido por ter uma estrutura bastante rígida, dividida em três partes fundamentais: introdução, argumentação e conclusão. Redigido em prosa, ou seja, estruturada por períodos e parágrafos, diferentemente de um poema ou de uma música, por exemplo, os quais são estruturados em versos e estrofes.

O objetivo da dissertação é informar o leitor a respeito de um assunto, expor dados, pesquisas e a opinião de profissionais que possam esclarecer os leitores sobre o tema na sociedade. Isso significa que não há opinião pessoal do autor, mas, sim, elementos que possam contribuir para que o leitor reflita criticamente e formule seus pontos de vista (GARCEZ; CORRÊA, 2017).

Portanto, também trabalhamos que o controle das informações, originadas do autor devem ser lançadas em forma de marcas de produção de sentidos para o leitor, e é o compromisso que a tese assume em um texto argumentativo.

Entendemos que esse gênero requiere textos que têm a finalidade de promover uma reflexão a respeito de um assunto, sendo o segundo com vistas à persuasão. Sendo relevante ressaltar que o autor da dissertação deve ter condições de analisar o eixo temático, expondo pontos positivos e negativos a respeito do assunto para que, assim, mas não só pela via da afirmação ou pela via da negação, se constrói uma argumentação eficaz. É necessário selecionar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de uma tese central em torno do tema.

IMAGEM 17 - Aplicação da oficina 2



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Assim, concluímos a aula sobre o gênero textual dissertação escolar que para o autor ter condições de convencer o leitor a acatar o seu ponto de vista, ele deve selecionar, organizar e relacionar argumentos consistentes, ou seja, aqueles que podem ser comprovados a partir de informações verídicas: pesquisas, reportagens e mobilização de outras vozes de autoridade no texto para concordar ou refutar suas ideias, como pesquisadores, filósofos, estudiosos, sociólogos, profissionais da área etc.

No tocante a temática que será dissertada nos textos, e histórias das culturas indígena e quilombola nos municípios de Portalegre e Viçosa/RN, os alunos ao decorrer das oficinas mostram-se curiosos. Alguns aproveitaram a oficina para colaborar com relatos enquanto outros ficaram curiosos e ansiosos por mais momentos como aquele. Desta forma concluímos que

explorar os conteúdos do nosso estudo promoveu sensibilização e interesse, relevante no ambiente estudantil, aproximando produção de textos com uma temática pela qual se motivaram a escrever.

3.5.4 Oficina 3: Relatos de idosos entrevistados nos municípios de Portalegre e Viçosa/RN

- **Objetivo Geral:**
- Apresentar relatos de idosos entrevistados nos municípios de Portalegre e Viçosa no Rio Grande do Norte, acerca da temática: cultura indígena e quilombolas e seus remanescentes.
- **Objetivos Específicos:**
- Apresentar material coletado em entrevistas realizadas com idosos de Portalegre e Viçosa no Rio Grande do Norte, acerca da temática: cultura indígena e quilombolas e seus remanescentes;
- Expor as fotos autorizadas pelos idosos dos momentos das entrevistas.

Atividades de pré-produção textual:

- Organizamos a sala com as cadeiras em formato de círculo, assim como durante a roda de conversa da oficina anterior.

Análise do resultado da oficina

Com o propósito de valorizar, conhecer e apreciar as experiências das pessoas idosas e de despertar o interesse, a sensibilidade, o laço que existe entre sua geração com a cultura indígena e afro-brasileira tão presente nos municípios de Portalegre e Viçosa. Apresentamos e selecionamos partes das entrevistas para serem expostas para a turma para ouvirmos a opinião de cada um na tentativa de melhorar o entendimento da temática indígena e negra para a realização da produção textual, também expomos algumas fotos autorizadas pelos idosos nos momentos das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas em momentos distintos, durante visitas às residências dos entrevistados, de forma oral e informal. Ao realizar as entrevistas foram feitas perguntas com intuito de orientar acerca da temática indígena e afro-brasileira para obter mais informações sobre o conteúdo das culturas pesquisadas. As perguntas foram semiestruturadas, de forma que permitissem o idoso recordar, viajar e recontar para trazer através das lembranças as informações.

Os temas sugeridos foram: Histórias dos índios que residiram em Portalegre e Viçosa há anos, os quilombos e os remanescentes existentes até hoje, a origem e a própria história dos municípios. Também perguntamos sobre eventos marcantes como: as festas tradicionais, transformações físicas da comunidade: aparência das construções, ruas e praças de outros tempos, crescimento da cidade. De onde vieram os primeiros habitantes, como eram as primeiras moradias, escolas, hospitais. Questões sobre a língua, a forma de falar, o modo de viver do passado, a religião e espiritualidade, relacionar-se com os brancos, modo de vestir, comprar, cultivar a terra, comercializar, produzir objetos, festejar datas especiais; participação na vida social e a resignação aos brancos.

Fomos bem recebidos pelas pessoas idosas, todas se mostraram disponíveis e com boa vontade para contribuir com suas histórias. Foi muito satisfatório a realização, inclusive fizemos alguns registros desses momentos.

QUADRO 1 - Descrição das entrevistas com idosos nas cidades de Viçosa e Portalegre/RN

Idosos entrevistados	Cidade - Tema discutido
Idosos moradores da cidade	Viçosa/RN • História dos índios • Massacre dos 70 índios • Visita ao local onde foram sepultados os índios do massacre

		
		Portalegre/RN • Comunidade Quilombola Sobrado • Negros
		

 A photograph of three women standing outdoors in front of a light-colored building with dark doorways. The woman on the left is wearing a dark patterned dress. The woman in the middle is wearing a white lace top and dark pants. The woman on the right is wearing a white short-sleeved shirt and blue shorts. They are all smiling at the camera.		
 A photograph of three people standing in a room that appears to be a sewing workshop. On the left is a man wearing a white t-shirt with a logo that says 'JUSTICA SÓBADO' and blue shorts. In the middle is a woman wearing a yellow patterned dress and a brown jacket. On the right is a woman wearing a pink shirt and a green skirt. In the background, there are sewing machines on tables and a doorway.		Portalegre Visita à fábrica de Costura: “As Amélias”. Comunidade Quilombola Sobrado



1 Homem

Portalegre/Comunidade
Arrojado
• Remanescentes
quilombolas

1 Mulher	Portalegre Comunidade Quilombola Pêga • Negros e índios
----------	--



	Comunidade Quilombola Sobrado Residência da líder e escritora de cordel: Dona Dasa.
	Cova da Índia Cantofa Terminal Turístico de Portalegre
	Na foto, Dasa com professoras.

Fonte: Arquivo pessoal (2020).

Apresentar o resultado das entrevistas proporcionou atividade valorosa aos estudantes e discentes, levamos ensinamentos adquiridos que serão refletidos na forma de pensar, no comportamento e na formação individual de cada aluno. Confirmamos a importância de um ensino que busca parcerias, vai além das salas de aula e que se faz presente na vida dos educandos. De forma geral, os alunos demonstraram gostar dessa oficina, evidenciaram envolvimento com as apresentações do tema e das contribuições das falas dos idosos durante a roda de conversa, tendo a curiosidade despertada.

3.5.5 Oficina 4: Produção textual articulada às culturas indígena e afro-brasileira dos municípios de Portalegre e Viçosa

- **Objetivo Geral:**
- Desenvolver um texto dissertativo argumentativo sobre os assuntos discutidos na sala de aula durante as oficinas anteriores. Como a cultura indígena, quilombola, racismo, intolerância ao índio, desigualdade social, mentalidade escravocrata, maus-tratos à infância, padrão de beleza, a importância e o direito de brincar, bullying dentro e fora de fora da escola.
- **Objetivos Específicos:**
- Analisar a argumentação nos textos;
- Observar também teses e valores na argumentação ao defender os pontos de vista dos alunos em seus textos.

Atividades de pré produção textual:

- Organizamos a sala com as cadeiras em formato de círculo, assim como durante a roda de conversa das oficinas anteriores.

Atividades durante a produção textual:

- O texto foi orientado a ser escrito com cuidado com a linguagem escrita, preferir a linguagem formal;
- Foi revisto neste momento alguns pontos necessários para a produção textual como: Evitar marcas da oralidade; Uso adequado dos tempos verbais e pronomes; Recursos estilísticos; Marcas linguísticas que indicam tempo.
- Receberam orientações para escreverem 1 lauda, de 20 a 30 linhas.
- Cada aluno pode imaginar como se posicionar e defender seus pontos de vista mediante o tema escolhido para produzir o texto.
- O momento foi bastante oportuno para que os alunos pudessem fazer perguntas sobre algumas informações que ainda não estavam claras o bastante para eles.

Atividade pós produção textual:

Para concluir este momento da produção textual os alunos socializaram seus textos, isto nos permitiu observar a leitura dos alunos e a propriedade com que apresentaram os argumentos, a abordagem e identificação com a temática.

Análise do resultado da oficina

Com a leitura dos textos produzidos foi possível identificar aqueles que conseguiram melhor aproximar a produção com o gênero textual solicitado, que foi dissertação escolar e os que tiveram dificuldades de dissertar da forma esperada. Tivemos textos que conseguiram transparecer sensibilidade e nos permitiu reflexões, outros textos pareceram não entender a proposta da produção textual e assim, vimos a necessidade de esclarecer para os alunos a diferença que deve existir quando produzimos um texto dissertativo argumentativo de textos narrativos.

Para que seja possível um desenvolvimento coerente da argumentação, é necessário que a escolha do ponto de partida seja respeitada ao longo da organização textual. As relações lógicas de argumentação têm compromisso não apenas com a retomada da ideia que foi introduzida como tese, têm também a inserção de novos referentes deve ser motivada. O controle das informações, originadas no campo do autor e lançadas em forma de marcas de produção de sentidos para o leitor, é o compromisso que a tese assume em um texto dissertativo argumentativo.

O gênero textual dissertativo argumentativo é um tipo de texto que discute assuntos socialmente relevantes, são textos que têm a finalidade de promover uma reflexão a respeito de um assunto. Este gênero textual é reconhecido por ter uma estrutura bastante rígida, dividida em três partes fundamentais: introdução, argumentação e conclusão. A dissertação é redigida em prosa, ou seja, estruturada por períodos e parágrafos, diferentemente de um poema ou de uma música, por exemplo, os quais são estruturados em versos e estrofes.

O objetivo da dissertação argumentativa é informar e conscientizar o leitor a respeito de um assunto, expor dados, pesquisas e a opinião de profissionais que possam esclarecer os leitores sobre o tema na sociedade. Ao longo do texto, o autor expõe as informações e seus pontos de vista com o objetivo de sustentar a sua tese inicial e persuadir o leitor. Tanto a tese

quanto os pontos de vista do autor a respeito das informações inseridas no texto devem ser claros e objetivos.

Assim, concluímos sobre esse texto que para o autor ter condições de convencer o leitor a acatar o seu ponto de vista, ele deve selecionar, organizar e relacionar argumentos consistentes, ou seja, aqueles que podem ser comprovados a partir de informações verídicas: pesquisas, reportagens e mobilização de outras vozes de autoridade no texto para concordar ou refutar suas ideias, como pesquisadores, filósofos, estudiosos, sociólogos, profissionais da área etc.

Foi possível observarmos algumas figuras de linguagem presentes nos textos dos alunos. Alguns textos escritos de maneira mais subjetiva, atrativo e singular. Entre as figuras de linguagem encontradas, destacamos: Metáfora; Comparação; Metonímia; Ironia; Hipérbole; e, Eufemismo. Percebemos que esses recursos foram usados de forma natural sem necessidade de fazer um uso forçado e que a presença deles enriquece uma produção textual, quando bem empregados.

Desta forma, realizamos um trabalho com espaço para que seja reconhecida a função social, bem como a realização de práticas de produção textual com propósitos definidos e que resultarão na formação de alunos produtores de textos e formadores de opinião que fazem parte da origem de cada um.

3.5.6 Oficina 5: Roda de leitura dos textos produzidos pelos alunos

- **Objetivo Geral:**
- Apresentação dos textos produzidos pelos alunos em uma roda de conversa.

- **Objetivos Específicos:**
- Verificar o interesse dos alunos pelos textos dos colegas;
- Compreender o empenho pelo tema cultura indígena e quilombola.

Atividades de pré produção textual:

- Organizamos a sala com as cadeiras em formato de círculo, assim como durante a roda de conversa da oficina anterior.

Análise do resultado da oficina

Na oficina foi realizada a leitura dos textos, onde cada aluno leu seu respectivo texto, após ouvimos as opiniões relacionadas aos textos. Os depoimentos dos alunos foram significativos em relação ao que entenderam sobre o assunto, aprofundando ao ouvir as opiniões dos colegas. Essa troca de informações, de conhecimentos foi enriquecedora nas discussões sobre o tema discutido durante as oficinas.

Percebemos nas discussões um contexto familiar, onde houve depoimentos de alunos que conhecem ou vivenciam, ou seus parentes, situações de racismo e discriminação. Para a maioria dos alunos, esta ocasião foi de certa forma marcada por uma relação de pertencimento. Como eles estivessem descobrindo suas raízes, seus ancestrais, sua identidade cultural.

Esta oficina oportunizou também a oralidade dos alunos, a identidade e a construção da memória coletiva. A troca de conhecimentos foi de uma riqueza imensurável para a vida desses estudantes. Alguns momentos marcados de emoção, fazendo do diálogo algo mais próximo e mais presente, portanto, gratificante para todos nós.

A intervenção foi realizada em sala de aula no ano de 2019, em alguns encontros e concluiu em uma culminância durante evento cultura da cidade de Portalegre/RN.

4 ANÁLISE DOS TEXTOS À LUZ DA NOVA RETÓRICA

Neste capítulo, apresentaremos a análise das produções textuais do gênero dissertação escolar, escritas por alunos de séries concluintes do ensino fundamental, 8º e 9º anos, da Escola Estadual 29 de Março, localizada no município de Portalegre/RN. Um total de 29 textos, dos quais, utilizamos 20 em nossas análises.

Nas análises, interessa-nos identificar as teses, os valores e suas hierarquias, que emergem em cada texto, tendo como base a teoria da argumentação discutida no capítulo teórico deste estudo. Dessa forma, as análises se ancoram, teoricamente, no estudo da Nova Retórica. Observando-se de forma interpretativa as teses e os valores argumentativos.

Optamos por apresentar nas análises apenas trechos das produções textuais e os textos na forma integral estão nos anexos. Escolhemos também por categorizar teses e valores em um quadro, elencando e identificando-os, exibindo-os de maneira sequencial, da maior para a menor frequência presente nos textos, para, dessa forma, situar no geral todos os textos dos alunos que participaram da pesquisa.

A análise, nesta etapa, compõe um dos principais passos de nossa pesquisa e busca a resposta para as seguintes questões: 1) De que maneira a produção textual de textos argumentativos desenvolvidos em aulas de Língua Portuguesa, tendo como temática as culturas indígena e afro-brasileira, promovem a aprendizagem por intermédio da cultura popular? 2) Como se constroem as teses e os valores argumentativos sobre as culturas indígenas e afrodescendentes, em produções de dissertações escolares, escritas por alunos do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, no município de Portalegre/RN?

A seguir, o primeiro quadro apresenta as informações dos textos das duas séries, 8º e 9º anos juntamente com os títulos dos textos e identificação dos alunos. Importante salientar que alguns alunos não utilizaram títulos em suas produções, como vemos no quadro 2.

QUADRO 2 - Títulos dos textos selecionados para análise

DISSERTAÇÕES ESCOLARES PARA ANÁLISE
--

Código	Título do Texto/Tema	Aluno
Texto 1	A presença e importância das culturas indígenas e quilombolas	B. M.B.S.
Texto 2	Sem título	A.C.M
Texto 3	Cultura Quilombola	J.E.
Texto 4	A cultura e a tradição	Y. L.
Texto 5	O preconceito não devia existir	F. M. O.
Texto 6	Viver hoje é melhor que antes	H. J. F.
Texto 7	A cultura é uma herança social	A.L.A.
Texto 8	A importância dos quilombolas	J.E.
Texto 9	As culturas negras e indígenas	V. R. R.
Texto 10	A importância das culturas indígenas e quilombolas	J. F. F.
Texto 11	A presença das culturas indígenas e quilombolas em Portalegre e Viçosa	J. E.F.
Texto 12	A cultura indígena e quilombola de Portalegre	J. E. A. R.
Texto 13	A história do negro em Portalegre	G. M.S.
Texto 14	Os índios em Portalegre	T. A. G. H.
Texto 15	O massacre em Viçosa	T.P. B.
Texto 16	A vida antigamente dos povos indígenas e negros	A. J. S.L.
Texto 17	O Racismo	H. L. P.
Texto 18	A cultura quilombola e indígena	A. C. M. P.
Texto 19	Respeito e direito do negro e do índio	A. É. S. S.
Texto 20	Todos são seres humanos	M. R. B.

Dividimos a análise em dois tópicos: os textos dos alunos do 8º ano e dos alunos do 9º ano. E, para organização dos dados, utilizamos para cada dois quadros: o primeiro explicitando o texto, o título e as teses defendidas; e o segundo apresenta os principais valores mobilizados pelos alunos e o topo da hierarquia em cada dissertação escolar. Acrescentamos, ainda, que para melhor organizar o texto, utilizamos de excertos dos textos dos alunos que compõem o *corpus* de nossa pesquisa.

A seleção de textos foi feita com bases nos critérios de presença de processos argumentativos – teses e valores, para o andamento e desenvolvimento o trabalho. Dessa forma, teremos maior visibilidade quanto as categorias argumentativas escolhidas para compor a nossa análise.

4.1 TESES, VALORES E LUGARES DA ARGUMENTAÇÃO NA PRODUÇÃO TEXTUAL DOS ALUNOS DOS 8º ANO, DA ESCOLA ESTADUAL 29 DE MARÇO

Como resultado da oficina de produção textual, analisamos os trabalhos escritos das duas turmas, dos 8º e 9º anos. De maneira geral os alunos se saíram bem na organização dos argumentos, foram relativamente bem articulados. Acredito que o gosto pela produção de textos, além da leitura ocasionará enriquecimento nos processos argumentativos.

De acordo com a perspectiva argumentativa, um dos objetivos da pesquisa é identificar as teses centrais nas produções textuais escritas pelos alunos. Para tanto, respaldamo-nos em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), por enfatizar que ao argumentar, contamos com a adesão do auditório a certas teses. Tais teses são fundamentadas por Souza (2003), quando coloca que as interações discursivas ocorrem nas relações sociais, sendo que cada orador, ao construir seu texto, defende sua tese.

Identificar uma tese não é uma tarefa simples, pois conforme os autores, devemos procurar a ideia mais verossímil, a mais unificadora dos diversos aspectos dentro do texto e se o texto for bem construído, teremos uma tese única. Assim, iremos responder a seguinte questão, a fim de encontrarmos a tese central do texto: O que se diz disso? ou seja, qual a tese que o aluno/orador defende.

Vale considerar que a tese constitui da opinião do articulista expressa discursivamente em seu texto. Para Ide (2000), a opinião carrega em si a subjetividade, que pode ser sinal de humildade, mas também pode revelar empobrecimento do pensamento. Desse modo, registramos o que o aluno/orador expressou através da sua escrita.

Levando em consideração os pressupostos teóricos ora discutidos, elencamos no quadro abaixo as teses reveladas em dez dissertações escolares escritos por alunos do nono ano, em seguida apresentaremos mais dez dos alunos do oitavo ano. Ao todo iremos analisar vinte textos, dez de cada turma.

Como apresentamos no capítulo dois, as teses representam a ideia central de um discurso, é o que o orador quer realmente defender. Está ligada direta ou indiretamente ao contexto social, aos valores, ao que pensa e pretende ser apresentado pelo orador como verdade para seu auditório.

QUADRO 3 - Teses defendidas por alunos do 8º ano

TEXTO	TÍTULO/TEMA	TESES DEFENDIDAS
T11	A presença das culturas indígenas e quilombolas em Portalegre e Viçosa	O legado dos índios e quilombos para as cidades de Portalegre e Viçosa
T12	A cultura indígena e quilombola de Portalegre	Traços que Portalegre herdou das culturas indígena e quilombola

T13	A história do negro em Portalegre	A história dos negros que viviam em Portalegre contada por idosos da região.
T14	Os índios em Portalegre	A história dos índios que viveram em Portalegre.
T15	O massacre em Viçosa	O massacre dos índios que aconteceu na cidade de Viçosa
T16	A vida antigamente dos povos indígenas e negros	Costumes dos povos indígenas e negros
T17	O Racismo	O racismo ainda é presente e deve ser combatido
T18	A cultura quilombola e indígena	A cultura indígena e negra foi importante para os dias atuais
T19	Respeito e direito do negro e do índio	Os direitos dos negros e índios devem ser respeitados
T20	Todos são seres humanos	Não deve haver discriminação e racismo

Apresentaremos no quadro 5 os valores presentes nas produções textuais dos alunos do oitavo ano. Verificamos que os alunos/oradores colocaram racismo em seus textos, sendo o valor mais citado seguindo de simplicidade e tradição, dentre outros. No topo da hierarquia cinco alunos apontaram racismo, três alunos a tradição, dois a família, dois a educação, três a simplicidade e três apontou a fé/devoção. Também foram citados valores como danças e alimentação, Costumes, humildade, pais e crianças e direitos.

QUADRO 4 - Valores, hierarquias e lugares da argumentação mobilizados por alunos do 8º ano em seus textos

TEXTO / TÍTULO	VALORES MOBILIZADOS	ORDEM DA HIERARQUIA	LUGARES DA ARGUMENTAÇÃO
T11 - A presença das culturas indígenas e quilombolas em Portalegre e Viçosa	Simplicidade; Fé/devoção; Família;	1) Simplicidade; 2) Fé/devoção; 3) Família;	
T12 - A cultura indígena e quilombola de Portalegre	Tradição; Danças e Alimentação; Fé/devoção;	1) Fé/devoção; 2) Tradição; 3) Danças e Alimentação;	
T13 - A história do negro em Portalegre	Costumes; Racismo; Fé/devoção;	1) Costumes; 2) Fé/devoção; 3) Racismo;	
T14 - Os índios em Portalegre	Costumes; Humildade; Simplicidade;	1) Humildade; 2) Simplicidade; 3) Costumes;	

T15 - O massacre em Viçosa	Racismo; Pais e crianças; Família;	1) Racismo; 2) Família; 3) Pais e crianças;	
T16 - A vida antigamente dos povos indígenas e negros	Fé/devção; Simplicidade; Costumes;	1) Fé/devção; 2) Simplicidade; 3) Costumes;	
T17 - O Racismo	Racismo;	1) Racismo;	
T18 - A cultura quilombola e indígena	Educação; Racismo. Justiça;	1) Educação; 2) Racismo; 3) Justiça;	
T19 - Respeito e direito do negro e do índio	Racismo; Direitos; Educação;	1) Racismo; 2) Direitos; 3) Educação;	
T20 - Todos são seres humanos	Educação; Racismo;	1) Racismo; 2) Educação;	

Observamos no quadro 4 que alguns alunos apontaram valores como: família, tradições, educação, racismo, humildade, simplicidade, fé/devção, danças, alimentação, presentes também nos textos dos alunos da outra turma. Entre os valores abstratos destacamos o uso mais recorrente dos seguintes: fé/devção, costumes, simplicidade, humildade, tradição e racismo. Presente nos textos dos excertos 11, 12, 13 e 14, também do 16 ao 20. Entre os valores concretos identificamos: os pais e as crianças, presente no excerto 15.

Excerto 11 – “De acordo com os fatos citados, o racismo é um dos motivos pelo qual aconteceu o massacre dos 70 índios, em que três conseguiram fugir. Hoje o racismo não acontece muito em Portalegre, pois as coisas estão mais rígidas que antigamente”.

Excerto 12 – “Por se tratar historicamente das culturas indígena e quilombola nos municípios de Portalegre e Viçosa, é importante ressaltar casos de discriminação racial que decorreram com tais comunidades, ficando explícito que o racismo é uma prática antiga e que perpetua até hoje”.

Excerto 13 – “Os casos de racismo em Portalegre no período de sua fundação ficaram expostos após o massacre de aproximadamente 70 índios. Tal ato discriminatório é conhecido como racismo cultural, que foi usado como justificativa para colonizar territórios”.

Excerto 14 – “O racismo é a crença em que uma raça ou etnia seja superior a outra e que nos dias atuais é considerada crime, de acordo com a lei número 7.716 sendo ela uma punição como violação dos direitos humanos”.

Excerto 15 – “Com a abolição podemos aprender, ter direito de frequentar a escola, as coisas estão muito melhores que nos tempos dos meus avós, mas ainda precisam melhorar mais, porque ainda tem gente que se acha melhor que os outros só porque é branco ou rico”.

Excerto 16 - “As histórias lembradas pelas pessoas entrevistadas são muito boas, precisamos acreditar que tudo isso ficou no passado. Somos pessoas com diferenças não podemos deixar ninguém ser discriminado”.

Fazendo um apanhando **dos excertos 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20** todos têm o racismo como foco e valor apresentado, cada autor expressou com argumentos ou fatos, ou descrevendo-o à sua própria maneira, mas que ao hierarquizar concluímos e definimos o valor “racismo” como o valor mais citado em todos os textos dos alunos.

Sendo assim, os alunos conseguiram, no texto produzido, demonstrar valores que são importantes nos dias de hoje. São valores abstratos que revelam compromisso e vontade de lutar por uma vida digna. Ressaltamos que só através do reconhecimento de tais valores foi possível que os alunos deixassem transparecer na produção este aprendizado.

Alguns textos analisados trazem recordações do tempo passado sobre costumes, trabalhos, educação, momentos vividos. Percebemos que os valores em sua maioria são valores abstratos, nos permitem pensar sobre questões muito importantes para todas as pessoas, moradores de qualquer cidade. São questões que dizem respeito à educação, a mudanças de costumes, conquistas e perdas.

Excerto 17 – “Aqui no Brasil perdeu tudo até sua fé foi abalada, porque eles não podiam manifestar sua religião; No Brasil os índios e os negros são hostilizados. Todos os dias na televisão mostra índios sendo queimados no meio da rua, negros mortos nas favelas só pela sua cor de pele”.

Enquanto os **excertos 11, 12, 13, 14, 15 e 16** trazem fortemente o racismo como tese central dos textos, e os valores como educação e família, no **excerto 17** diferentemente dos excertos anteriores, verificamos a presença forte da religiosidade.

O aluno/orador defende em seu discurso a tese de que os negros ao chegarem no Brasil não podiam manifestar sua religião, além de uma marca trágica de hostilização no histórico dos índios e negros que aqui viveram e vivem. Usa a informação religiosa, sobretudo, pela defesa da crença das pessoas da comunidade quilombola.

Vemos que, para fortalecer o seu posicionamento na dissertação, ele é bem objetivo, pois além de situar o auditório acerca do ocorrido, agrega novas informações. Observamos que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) ressaltam que a busca da objetividade corresponde a trazer as particularidades sejam elas históricas ou locais, haja vista que as teses apresentadas pelo orador passam a ser aceitas por todos. Assim, o aluno/orador direciona sua tese para um auditório particular, evidenciando a questão da religião em trechos como “até sua fé foi abalada”.

Outro aspecto que devemos considerar na análise argumentativa são os valores emergentes no discurso. A aluna/oradora aponta valores abstratos como o racismo e a fé/devolução. Esses valores, segundo Reboul (2004) se baseiam na razão, pois não estão presos a pessoas ou a instituições. Os valores concretos elencados no discurso são descritos como o as mortes de índios sendo queimados, negros sendo mortos nas favelas. Esses valores vinculam-se diretamente ao racismo cultural.

Observa-se que o topo da hierarquia é racismo, pois é o valor que mais se destaca em todo o discurso, que subjaz a essa dissertação escolar.

Excerto 18 – “Portanto existem campanhas para a prevenção e combate do racismo, que não são respeitados por parte da população, mesmo com a prisão de quem comete tal ato. Deve-se primeiro conscientizar as crianças e adolescentes para que não passem algum tipo de preconceito em relação a pessoas com raça ou etnia que se difira das dele”.

No excerto 18, para a defesa da tese principal, a aluna/oradora faz uso dos valores costumes e racismo e da hierarquia dos mesmos. Esse novo argumento surge para convencer e persuadir o auditório sobre a veracidade de seu posicionamento, através de novas informações envolvendo o racismo. Notamos que, mesmo que as pessoas não tenham um contato com as histórias noticiadas na televisão, conseguem visualizar através da sua sensibilidade.

Analisando os processos argumentativos do texto T18, “Deve-se primeiro conscientizar as crianças e adolescentes para que não passem algum tipo de preconceito em relação a pessoas com raça ou etnia que se difira das dele”, em que o aluno/orador defende a tese de que as crianças e adolescentes devem serem bem informados e orientados ao enfrentamento de

situações de discriminação verificamos que a partir da tese principal novos posicionamentos foram assumidos sobre o racismo.

Desse modo, para fortalecer sua tese, o aluno/orador apresenta em seu texto valores como racismo e justiça e a própria conscientização, representando os valores abstratos e concretos, no processo argumentativo. O topo da hierarquia recai sobre educação, como podemos verificar em: “conscientizar as crianças e adolescentes”.

Observamos que na conclusão apresentada no T38 traz outros detalhes importantes na constituição dos valores citados acima, pois a criação de leis contra atos racistas é uma forma de justiça.

Diante da tese defendida, verificamos que ele, além de trazer os argumentos estabelece uma correlação com os dias atuais, como exposto logo no início do seu discurso: “Portanto existem campanhas para a prevenção e combate do racismo”. Essa informação inicial já dialoga com o auditório, pois agrega o cotidiano de um aluno/orador no contexto social vigente. Para a defesa da tese, o aluno/orador parte de valores que marcam seus posicionamentos diante do ocorrido. Destaca-se três valores no texto: a educação, a justiça e o racismo.

Excerto 19 - “Basta, estamos revoltados. Somos gente, somos brasileiros e somos seres humanos também”.
--

Excerto 20 - “Todos temos o nosso direito. Por isso os brasileiros precisam respeitar os pobres, os negros e os índios”.
--

Nos **excertos 19 e 20**, os alunos concluíram seus textos com valores como Racismo, Direitos e Educação. Podíamos elencar como valor também o respeito. Todos os valores iniciais presentes são abstratos, pois não estão vinculados a pessoas e a instituições, já o último valor está agregado às pessoas, que é o respeito. Dentre os valores assume o topo da hierarquia o racismo. Os alunos/oradores em seus discursos chamam atenção dos fatos e atos discriminatórios para e mostrar ao seu auditório que na atualidade existem casos de forte racismo contra índios e negros, também com os pobres.

Enfim, verificamos os processos argumentativos nos excertos pertencentes as dissertações escolares escritas por alunos/oradores por alunos dos 8º e 9º anos. Assim sendo, prevalecem na maioria dos excertos os valores como Família, Tradições, Costumes, Educação, Direitos, Racismo, Humildade, Simplicidade, Danças e alimentação, Pais e crianças,

Fé/devção. A presença da argumentação nos textos ficou bem pontual e através dos discursos dos alunos/oradores, verificamos as teses, valores, hierarquias.

Os valores mobilizados foram essenciais para tornar as ideias mais claras, para que as teses defendidas fossem aceitas pelo auditório, mesmo tratando-se de discursos escritos e sabendo que o auditório é amplo, alunos dos 8º e 9º anos da Escola Estadual 29 de março, levados pela curiosidade de apresentar seus textos produzidos aos colegas, de dialogar sobre os assuntos abordados.

Identificamos a presença da argumentação em parte dos textos dissertativos, outros foram descritivos ou narrativos sem a presença da argumentação. Identificamos a educação como o valor abstrato que está no topo da hierarquia e a partir dele outros valores como família e racismo. E o valor concreto em maior escala hierárquica foi pais e crianças.

Diante de tudo isso, constatamos que o trabalho com a cultura local e a argumentação traz uma contribuição para o ensino e a aprendizagem no que concerne a produção textual nas aulas de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental – anos finais, e ao desenvolvimento de posturas críticas e reflexivas.

As teses defendidas estão relacionadas aos títulos e temas dos textos, foram em sua maioria identificadas logo no começo de cada texto e apresentam de forma clara a ideia defendida com relação ao assunto tratado como podemos ver em alguns textos.

Nesse sentido, a partir de uma visão geral das teses podemos perceber que os alunos/oradores apresentam em seus discursos a presença e importância da cultura indígena e quilombola nos municípios de Viçosa e Portalegre. Notamos a visão ampla dos alunos/oradores, ou seja, a ocorrência do uso de afirmações e questionamentos para iniciarem suas argumentações. Percebemos nas teses a frequência do uso de fatos históricos para defender a relevância de ambas as culturas para os dias atuais, assim como o legado deixado por elas. Também observamos teses relacionadas a discriminações enfrentadas pelos negros e índios no passado e em dias atuais como também os direitos conquistados.

4.2 TESES, VALORES E LUGARES DA ARGUMENTAÇÃO NA PRODUÇÃO TEXTUAL DOS ALUNOS DO 8º ANO, DA ESCOLA ESTADUAL 29 DE MARÇO

A seguir o quadro referente aos títulos e/ou tema dos textos dos alunos do oitavo ano, bem como as teses apresentadas e defendidas.

QUADRO 5 - Teses defendidas por alunos do 9º ano

TEXTO	TÍTULO/TEMA	TESES DEFENDIDAS
T1	A presença e importância das culturas indígenas e quilombolas	A importância do legado dos índios e negros para a população hoje.
T2	Sem título	Fatos históricos sobre como era a vida dos negros do Brasil no passado.
T3	Cultura Quilombola	Porque foram criados os quilombos e como era a vida nos quilombos no passado.
T4	A cultura e a tradição	As tradições indígenas e afrodescendentes que a sociedade de hoje herdou.
T5	O preconceito não devia existir	O preconceito que existe ainda hoje com os negros e índios.
T6	Viver hoje é melhor que antes	As melhorias e conquistas adquiridas pelos índios e negros na sociedade de hoje.
T7	A cultura é uma herança social	A herança das culturas indígenas e negros.
T8	A importância dos quilombolas	A importância da existência dos quilombos para os negros.
T9	As culturas negras e indígenas	O legado das culturas negra e indígena.
T10	A importância das culturas indígenas e quilombolas	O que herdamos das culturas negra e quilombola.

Tendo em vista as considerações acerca das teses, vale ressaltar que a análise também versa sobre os valores mobilizados nos textos dos alunos e como colocam a ordem hierárquica no que diz respeito à temática, sendo esta conhecida por todos, através do que foi trabalhado em sala de aula durante as oficinas e dos relatos de antigos moradores apresentados também nas oficinas.

Por conseguinte, apresentamos de forma simplificada nos quadros 5 e 6, os principais valores e hierarquias que constituem os discursos dos alunos/oradores, delimitando assim, o nosso estudo no âmbito da argumentação.

Reconhecemos que todo auditório tem seus valores, que estes podem ser classificados em concretos e abstratos e que é de suma importância o orador conhecer os valores de seu auditório. No entanto, mais importante, é conhecer a hierarquia de valores apresentada pelo auditório, pois é a hierarquia que determina o que é mais significativo, o que vem em primeiro plano e para o orador é imprescindível ter este conhecimento. É através da hierarquia de valores que os argumentos são construídos.

Identificamos através de nossas interpretações os valores apresentados nos textos e organizamos definindo a hierarquia. Os textos em análise defendem teses e para defender estas teses são apresentados os valores relacionados a cada ideia defendida fortalecendo a relação com os temas abordados.

Observamos que os valores mais usados nos textos em análise são os valores abstratos. Há em menor quantidade a presença dos valores concretos, isto não torna um valor mais importante que outro, mas reforça a ligação que existe entre o abstrato e o concreto para que as ideias sejam esclarecidas e as teses sejam convincentes para o auditório.

QUADRO 6 - Valores, hierarquias e lugares da argumentação mobilizados por alunos do 9º ano em seus textos

TEXTO/ TÍTULO	VALORES MOBILIZADOS	ORDEM DA HIERARQUIA	LUGARES DA ARGUMENTAÇÃO
T1 - A presença e importância das culturas indígenas e quilombolas	Fé/devolução; Tradições; Família;	1) Família; 2) Fé/devolução; 3) Tradições;	
T2 - Sem título	Tradições; Costumes; Simplicidade	1) Simplicidade; 2) Costumes; 3) Tradições;	
T3 - Cultura Quilombola	Fé/devolução; Pais e crianças; Inocência;	1) Fé/devolução; 2) Pais e crianças; 3) Inocência;	
T4 - A cultura e a tradição	Obediência; Violência; Tradições;	1) Violência; 2) Tradições; 3) Obediência;	
T5 - O preconceito não devia existir	Racismo; Direitos; Educação;	1) Educação; 2) Direitos; 3) Racismo;	
T6 - Viver hoje é melhor que antes	Tradições; Educação; Direitos	1) Educação; 2) Direitos; 3) Tradições;	
T7 - A cultura é uma herança social	Tradições; Fé/devolução; Danças Alimentação; e	1) Fé/devolução; 2) Tradições; 3) Danças e Alimentação;	
T8 - A importância dos quilombolas	Danças; Família; Simplicidade;	1) Família; 2) Simplicidade; 3) Danças;	

T9 - As culturas negras e indígenas	Tradições; Alimentação; Simplicidade;	1) Simplicidade; 2) Tradições; 3) Alimentação;	
T10 - A importância das culturas indígenas e quilombolas	Tradições; Humildade; Simplicidade;	1) Tradições; 2) Humildade; 3) Simplicidade;	

Muitos dos valores citados, podem ser identificados em quase todos os textos, sendo eles concretos e abstratos. Consideramos importantes os valores, todavia de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), a hierarquia de valores é muito mais importante do ponto de vista argumentativo. Assim, verificamos que, no quadro acima, 6 (seis) alunos/oradores colocam a tradição em seus textos, sendo o valor mais citado, seguindo de simplicidade e humildade. E no topo da hierarquia, três alunos apontaram a tradição, dois a família, dois a educação, dois a simplicidade e três apontaram a fé/devoção.

Conforme, os quadros, através da teoria da argumentação, identificamos as teses, os valores mobilizados pelos alunos/oradores e a ordem em que se apresenta a hierarquia. É pertinente destacar que prevalecem nos discursos, constituídos pelos alunos/oradores a tradição e a simplicidade de ambas as culturas.

Como podemos perceber através dos quadros acima, entendemos inicialmente que as teses defendidas pelos alunos/oradores trazem o contexto social e local da comunidade.

Notamos, também, que nos textos escritos alguns não apresentavam títulos e os que possuíam nem todos dialogam diretamente com o que está escrito no texto, todavia é no decorrer do discurso que os valores e a hierarquia estão próximos.

Assim sendo, iniciamos as análises a partir dos textos dos alunos do nono ano em seguida os dos alunos do oitavo ano.

Observamos no quadro 4 que os alunos apontaram valores como: família, tradições, educação, direitos, racismo, pais e crianças, humildade, simplicidade, fé/devoção, danças, alimentação, dentre outros. Entre os valores abstratos destacamos o uso mais recorrente dos seguintes: família, educação e racismo. Presente nos textos dos excertos 1 e 2. Entre os valores concretos identificamos: os pais e as crianças, que também estão presente no excerto 2.

Excerto 1 - “Produção textual sobre a presença e importância da cultura indígena e quilombola nos municípios de Viçosa e Portalegre. O Brasil é um país diverso em todos os aspectos culturais, raças, questões religiosas e assim por diante. Algo bem evidente em nosso país, principalmente em determinadas regiões, é a presença das culturas indígena e

quilombola. Mas então qual a importância do conhecimento de tais culturas em nossa sociedade?”

Excerto 2 - “Portanto, toda criança tem direito de ir para a escola, de estudar, o aluno que é filho do pai e da mãe que é negro também é para ir para a escola aprender a ler e ter um trabalho e se formar”.

Podemos perceber que o aluno já iniciou o texto apresentando fatos conclusivos em “O Brasil é um país diversos em todos os aspectos culturais, raças, questões religiosas...” notamos então que o aluno faz uso desta afirmação para iniciar sua argumentação, trazendo em seguida um questionamento. Percebemos também que o mesmo já trouxe dois valores, a educação e religiosidade.

Aqui o autor deixa claro a sua tese que é o direito à educação universal, para todos. Podemos observar que ao defender sua tese ele apresenta valores concretos como Crianças e valores abstratos como Família, Educação e Trabalho e os hierarquiza, onde as crianças são prioridade e a educação está acima do trabalho. Este texto traz uma grande evidência da relação existente entre valores abstratos e valores concretos, visto que as referências feitas às pessoas (valores concretos) desencadeiam o uso de algum valor abstrato.

Excerto 3 - “Tema: Cultura Quilombola / Importância dos Quilombos / Desde o seu descobrimento em 1500, o Brasil mostrou uma ilha temporal árdua, tanto para os índios que aqui vivem, quanto para os negros que eram trazidos por escravos. Assim com o passar das décadas, esses vassalos desaparecem e formaram tribos onde viviam e se protegiam, local deram o nome de quilombo”.

Vemos no discurso do excerto 3 que a aluno/orador tanto definiu o tema, como suas ideias e construiu sua tese, e deu ao seu texto um título amplo, dando a entender que irá discorrer sobre a cultura quilombola no Brasil, de modo geral. No entanto, ela escreve uma dissertação focada na temática e defende a tese que a fé/devoção são os principais valores presentes na vida dos quilombolas e de seus remanescentes.

Percebemos que o autor inicialmente faz uma explanação do ocorrido, para situar seu auditório acerca da história, colocando inclusive o ano de descobrimento do Brasil. Dessa forma, recorre inicialmente ao acordo prévio para desenvolver a sua argumentação no que diz respeito à tese central. Além da tese central, apresenta valores e hierarquias. O discurso revela

valores trazidos de uma cultura simples, e a forte relação de pais e crianças, onde os filhos ajudam os pais desde cedo nos afazeres.

Expõe também em seu texto valores como obediência e inocência. Além desse valor encontramos no excerto acima, outro valor ainda mais forte, a fé e a devoção aos santos e religiões trazidas pelos negros.

Diante da defesa da tese, percebemos que com base nos valores citados, o topo da hierarquia é à fé/devoção, o que prevalece em todo o texto.

Excerto 4 - “A cultura e a tradição das comunidades rurais formadas por descendentes de africanos escravizados em presidente Kenedy, são mantidas vivas pelas comunidades quilombolas, localizadas em covinhas e Boa Esperança, interior do município, os locais abrigam cerca de 500 famílias. No próximo sábado 13, quando se comemora a abolição da escravidão no Brasil, ao representar por igualdade dos negros no país, ainda está longe de chegar ao fim”.

Aqui o autor apresentou dificuldade de tornar claro qual o propósito do seu texto, somente ao final do parágrafo conseguiu expressar minimamente suas ideias. Percebemos que, no processo argumentativo desse discurso é feita uma retomada ao passado.

A defesa, presente no excerto 4, aponta que a desigualdade era algo recorrente e para sustentar a sua tese apresenta valores como obediência, violência e tradições, ocorridas antes da abolição da escravidão aos quais viviam os negros.

O topo da hierarquia descrita no discurso é a violência, sendo esse o principal fato abordado na dissertação escolar. A violência ganha destaque no texto para ser encerrada e depois para ser parte como algo ruim a ser evitado. Desse modo, utiliza no texto pontos que narram o ocorrido, tendo em vista obter uma maior aproximação com o fato.

Excerto 5 - “Os povos quilombolas eram espécies de comunidade composta por ex-escravos que fugiam das fazendas na época do Brasil colonial. O período de maior formação entre o século XVI E XIX. Os quilombolas tinham uma organização com aldeias de onde os quilombos eram originários”.

Este apresentou em seu texto fatos históricos caracterizando a temática – quilombos - o que concluímos com a análise é que o aluno não fugiu da temática, contudo não compreendeu a proposta de fazer um texto dissertativo e não apresentou argumentos, trouxe fatos. O excerto do texto T5, “O preconceito não devia existir”, já nos leva a inferir que o aluno deixará claro

em seu discurso valores como racismo, sendo o topo da hierarquia. Também apresentou valores como direitos e educação.

Excerto 6 - “Com a evolução podemos aprender, ter direito de frequentar a escola, as coisas estão melhores que nos tempos de meus avós, mas ainda precisam melhorar mais, porque ainda tem gente que se acha melhor que os outros porque é branco ou porque é rico”.

Nesse texto o aluno abordou os avanços na sociedade referentes ao direito a educação, também falou da discriminação social e racial. Assim, mais uma vez este valor é citado, o que podemos concluir que está presente na mentalidade dos alunos e por essa razão apresentam-se em seus textos. Seus argumentos iniciais são convidativos, pois tratam a questão do tempo e de como mudanças foram acometidas pela sociedade, ressaltando assim tradições, educação e direitos.

Percebemos que o autor apresenta valores direcionados as melhorias dos tempos atuais com enfoque na educação universal. Ainda para fundamentar a tese principal, ele coloca no topo da hierarquia a tradição, pois em vários momentos de seu discurso aponta a “tradição” como motivo pelo qual as mudanças podem ser motivos de resistência.

É pertinente observarmos que a aluna/oradora compreendeu as sequências desenvolvidas durante as oficinas, pois apresentou sua tese e pontos de vista acerca da temática.

Excerto 7 - “Podiam ser com seus hábitos culturais africanos e praticar livremente seus cultos religiosos, também até hoje.”

No T7, de título “A cultura é uma herança social”, o autor retratou a religiosidade dos remanescentes quilombolas e suas religiões vindas da África, país de origem. Nas análises constamos a presença de religião nos textos, o que os gerou a conclusão de que a religiosidade é um valor, sendo ele abstrato. Desse modo, para ilustrar o seu discurso e aproximar o auditório valores como tradições, danças e alimentação também estão presentes em seu texto.

Excerto 8 - “Em suma, ainda há estradas para garantir a visão da importância dos quilombos na sociedade e seus legados. Portanto cabe ao governo federal divulgar projetos, realizar campanhas informativas e incentivos a crítica e realizar uma ficção engajada”.

Excerto 9 - “As culturas em questão são mostradas em determinadas porções de terra do território nacional habitados por um ou mais povos indígenas, ou ainda, por comunidades quilombolas, que abrangem suas atividades produtivas para sustento próprio, como plantio de alimentos, além de garantir seu bem-estar, necessário à reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Isso se vê presente nos municípios de Portalegre e Viçosa, principalmente em Portalegre. A história dessa cidade tem tudo a ver com os índios, visto que, segundo a tradição, duas índias habitavam uma oca até hoje preservada na fonte da bica. Saber mais sobre essa história tem sido essencial para o desenvolvimento histórico e turístico da cidade”.

Excerto 10 - “Os turistas e até mesmo os habitantes do município têm a oportunidade de conhecer um pouco dessa história, pois vários pontos da cidade trazem à tona. Uma placa localizada na fonte da bica e a casa de Câmara e cadeia da Vila de Portalegre – Espaço cultural Cantofa e Jandi, que contém uma grande pintura das índias aqui citadas são exemplos disso. Portanto, podemos concluir que, aprender sobre os povos indígena e quilombola e suas culturas nos permite conhecer mais sobre a história nacional e regional do lugar em que vivemos, Isso também confere a esse espaço um rápido desenvolvimento turístico e histórico. Que cada um de nós possa se motivar a conhecer mais sobre o assunto.”

Os valores apresentados nestes 3 trechos de textos são de cunho social, como incentivo a políticas públicas voltadas aos remanescentes quilombolas e índios, também o turismo histórico e a importância de conhecer a história do lugar onde vive, valores coerentes com a temática proposta da escrita. Assim, o discurso é desenvolvido, destacando a importância do fato de os alunos terem a oportunidade de produzirem textos que trazem esses valores refletido no conhecimento adquirido e na construção de identidade. É possível para os alunos pensarem em algumas práticas que realizam e na importância de valores, já não tão vivos no cotidiano de cada um, mas que podem ser vistos como algo relevante para suas vidas.

5 CONSIDERAÇÕES CONCLUSÓRIAS DO ESTUDO

Ao realizarmos a presente pesquisa, foi possível confirmar a importância do estudo no que se refere a argumentação, peça significativa para a vida em sociedade. Reforçamos a ideia de que, mesmo de forma inconsciente, a utilizamos em nossos discursos, confirmando sua holística amplitude e contribuição diante das nossas necessidades comunicativas.

Nosso estudo foi guiado por questionamentos, envolvendo teses e valores argumentativos em textos sobre a cultura dos povos indígenas e negros. Textos esses que foram

motivados por discussões efetivadas em oficinas com alunos, em aulas de Língua Portuguesa. Essas oficinas contribuíram valorosamente para a constituição do *corpus* da nossa pesquisa, pois elas apresentam conteúdos, como o conto *A Negrinha*, documentários como o da vida da escritora negra Conceição Evaristo e “Vida no Quilombo”, também o material das entrevistas realizadas com moradores dos municípios vizinhos, Viçosa e Portalegre/RN, que tratavam de suas memórias sobre as histórias dos índios e negros que viveram nas duas cidades.

Outras contribuições do nosso estudo dizem respeito aos aspectos argumentativos na produção dos textos dos alunos, analisados em conformidade com a nova retórica. O ensino de produção textual é, de forma específica, um fenômeno constitutivo do discurso oral e escrito, apresentado, no *Tratado da Argumentação*, por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Autores que norteiam nosso marco teórico ao abordar argumentação, teses, os valores e hierarquia.

No tocante à temática histórica do nosso estudo, acreditamos ser muito relevante, porque atende primeiramente aos referenciais curriculares regulamentados pelo Ministério da Educação para essa área de ensino do Português, que é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que, por sua vez, é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a BNCC norteia os currículos escolares de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. Ela estabelece conhecimentos, competências e habilidades, as quais devem ser desenvolvidas pelos estudantes, ao longo de sua escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

Segundo a BNCC, as competências gerais da educação básica no Ensino Fundamental, no Rio Grande do Norte, consistem em doze. Em nossa pesquisa, pudemos trabalhar com algumas delas, como a valorização dos conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo social e cultural, de diversas manifestações artísticas e culturais locais e também participar de práticas diversificadas das relações étnico raciais. Ao valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências, que lhe possibilitem fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. E, ainda, argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência

socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

Nossa pesquisa, então, procurou garantir que os componentes curriculares da BNCC fossem contemplados, ao trabalhar a educação das relações étnico-raciais e o ensino da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena, na perspectiva de proporcionar aos estudantes uma educação compatível com uma sociedade democrática, multicultural e pluriétnica. Ambicionamos, assim, promover como fruto desse trabalho uma formação continuada direcionada aos professores, gestores e funcionários de apoio, de maneira a proporcionar estudos sobre a educação das relações étnico-raciais e o ensino da história e da cultura afrobrasileira, africana e indígena.

Além da BNCC, nosso estudo se enquadra nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Os PCN apresentam um volume orientando as abordagens temáticas esclarecendo que se trata de um documento elaborado para de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras (BRASIL, 1998).

Temos com isto, um conjunto de fatores que contribuem de forma positiva, para o conhecimento, o estudo, a análise e a produção de textos por parte de alunos tão jovens e que precisam desenvolver o reconhecimento e o valor que a análise crítica através de textos pode trazer para cada um.

No processo que culminou com a produção textual, coube ao aluno posicionar-se de maneira a possibilitar que os leitores tragam para o coração emoção observada e quem sabe sentida por quem escreveu, teremos alcançado parte de nossos objetivos na formação destes, através das aulas de língua portuguesa.

Com os textos dos alunos, observamos o envolvimento dos estudantes com a temática, que valores eles foram capazes de receberem e de construírem. Mais que isso, percebemos a importância da argumentação na construção e conscientização dos temas dissertados na vivência em sala de aula e cotidianamente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paula de Fátima Peres Teixeira. **Escrever Cartas, Relatórios e O. Docs com o MS Word 2007**. Lisboa, Edições Silabo, 2009.

ANGELO, Francisca Novantino P. de. Políticas educacionais com os povos indígenas. In: RAMOS, Nogueira Marise. (Org.). **Diversidade na educação**: reflexões e experiências. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 2003, p. 105-109.

BARROS, Oscar F.; HAGE, Salomão Mufarrej. Retratos de realidade das escolas do campo: multissérie, precarização, diversidade e perspectivas. In: ROCHA, Maria Isabel Antunes; HAGE, Salomão Mufarrej. (Orgs.). **Escola de direito**: reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 49-78.

BELTRÃO, Breno Augusto; ROCHA, Dunalson Eliezer G. A. da; MASCARENHAS, João de Castro; SOUZA JUNIOR, Luiz Carlos de; PIRES, Saulo de Tarso Monteiro; CARVALHO, Valdecílio Galvão Duarte de. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento Por Água Subterrânea Estado do Rio Grande do Norte Diagnóstico do Município de Portalegre**. PRODEM. Recife. 2005.

BULCÃO, Valéria; et al. 80 anos da diocese de Santa Luzia. Fé e Evangelização, 2014.

CAMPATO Jr., João Adalberto. **A Comunicação Persuasiva**: Teoria e Prática. São José do Rio Preto: HN Publieditorial, 2015.

CAVALCANTE, Maria Bernadete; DIAS, Thiago Alves. **Portalegre do Brasil**: história e desenvolvimento: 250 anos de fundação de Portalegre. Natal/RN: EDUFRN, 2010. 126 p.

CAVALCANTE, Maria Bernadete; DIAS, Thiago Alves. Portalegre do Brasil: **história e desenvolvimento: 250 anos de fundação de Portalegre**. Natal/RN: EDUFRN, 2010.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JUVENAL LAMARTINE. Personalidades Históricas do Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto, 1999.

COELHO. T. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. São Paulo Iluminuras, 1997.

COSTA, Ricardo da. **Revista Trans/form/ação**, v. 42, n. 4, p. 355-384, 2019, Edição Especial, p. 353-390.

ECO, Umberto. **Como se Faz uma Tese**. 14. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

FALCÃO, Christiane Rocha. A Dança de São Gonçalo da Mussuca. **UNIrevista**, v. 1, n. 3, julho. 2006.

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo; CORRÊA, Vilma Reche. (Orgs.). **Textos dissertativoargumentativos**: subsídios para qualificação de avaliadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2017). Base de dados por municípios das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias do Brasil.

MAIA, Joseane. **Herança quilombola maranhense**: história e estórias. São Paulo: Paulinas, 2012.

MANZONI, Rosa Maria. **Dissertação escolar**: um gênero em discussão. Faculdade de Ciências e Letras (UNESP). Assis/SP, 2007.

MATEUS, Samuel. **Introdução à Retórica no Séc. XXI**. Covilhã, Livros Labcom, 2018.
PEREIRA, Alexandre; POUPA, Carlos. **Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o Word**. 5. ed. Lisboa: Sílabo, 2012.

PERELMAN, Chaïm. **Lógica jurídica**. Tradução Vergínia K. Pupi. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**: a nova retórica. 3. ed. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2014.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Memória, oralidade, danças, cantorias e rituais em um povoado Amazônico**. Cametá: B. C. M. P. Editora, 2007.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Os Remanescentes de Quilombolas na Região do Tocantins/PA: História, Cultura, Educação e Lutas por melhores condições de vida. In: **Dimensões da Inclusão no Ensino médio**: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006, p. 271-304.

PRATA, Mário. Uma tese é uma tese. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, Segundo Caderno, 7 out. 1998.

PROCÓPIO, Maria Gorete Cruz Procópio. A Escola Almejada Pelo Povo Assurini da Aldeia Trocará. In: **Educação Escolar Indígena na Amazônia**: uma abordagem histórica sobre os desafios, avanços e perspectivas na Escola Wararaawa Assurini Localizada na Transcametá Tucuruí-Pará. UFPA: Cuntins-Cametá, 2012, p. 98-121.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria da Educação e da Cultura. **Documento curricular do Estado do Rio Grande do Norte**: ensino fundamental. Natal: Offset, 2018. Disponível em: <<https://rn.undime.org.br>>. Acesso em: 23 fev. 2020.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167851771993000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 fev. 2020.

SILVA, Francisca Carlene da. **Memórias Literárias de Riacho de Santana**: argumentação em produções textuais no ensino de português. Francisca Carlene da Silva. Pau dos Ferros/RN, 2018.

THEODORO, Mário; JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei. **As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil. 120 Anos Após a Abolição**. 14. ed.

IPEA. Brasil. 2008.

VEIGA, Juracilda; FERREIRA, Maria Beatriz Rocha. **Desafios atuais da Educação Escolar indígena**. Campinas/SP: Ministério do Esporte, Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, 2006.